

O MORAR E A MORADIA

ROSA MARIA CORTÊS DE LIMA

O MORAR E A MORADIA

2016

Editora  UFPE

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitora: Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos

Diretor da Editora: Lourival Holanda

Vice-Diretor: Fábio Andrade

Comissão Editorial

Presidente: Lourival Holanda

Editor Chefe: Eduardo Cesar Maia

Titulares: Alberto Galvão de Moura Filho, Allene Carvalho Lage, Anjolina Grisi de Oliveira de Albuquerque, Dilma Tavares Luciano, Eliane Maria Monteiro da Fonte, Emanuel Souto da Mota Silveira, Flávio Henrique Albert Brayner, Luciana Grassano de Gouvêa Melo, Otacilio Antunes de Santana, Rosa Maria Cortês de Lima, Sonia Souza Melo Cavalcanti.

Suplentes: Charles Ulises de Montreuil Carmona, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Ester Calland de Souza Rosa, Felipe Pimentel Lopes de Melo, Gorki Mariano, Luiz Gonçalves de Freitas, Madalena de Fátima Pekala Zaccara, Mário de Faria Carvalho, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva, Silvia Helena Lima Schwanborn, Tereza Cristina Tarragô Souza Rodrigues.

Revisão Gramatical: Maria Etiene Colares de Moura.

Diagramação: Maria Magaly Colares de Moura Alencar e Rosa Maria Cortês de Lima.

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

L732m

Lima, Rosa Maria Cortês de.

O morar e a moradia [recurso eletrônico]/ Rosa Maria Cortês de Lima.
UFPE, 2016.

Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado - UFPE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Serviço Social, 1990) sob o título "o morar e a moradia: as representações dos moradores da favela do Chié no Recife".

Inclue referências

ISBN: 978-85-415-0853 (online)

1Habitação - Recife (PE). 2. Comunidade - Organização - Recife (PE). 3. Planejamento urbano. 4. Política habitacional. 5. Serviço Social. I. Título

363.5098134 CDD(23. ed.) UFPE (BC2017-017)

v

“Foram aterrando até ficar a favela do Chié e hoje a
Vila do Chié [...].”

Morador do Chié
Em 1989

Para JAERTON,
meu filho, com muito
carinho.

Para JOÃO REBOUÇAS e ÁUREA CORTÊS,
(em memória)
meus pais, com gratidão.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos. Escrever é uma tarefa solitária, mas cercada de múltiplas presenças que dão sustentação à feitura da escrita final, por conseguinte, partilhado.

Ao meu filho, Jaertinho, pelas horas que suprimi da nossa convivência, no processo de elaboração do texto inicial como dissertação de mestrado, na Pós-Graduação em Serviço Social-CCSA/UFPE, e ora publicado como livro.

Aos meus irmãos e familiares, pelo apoio e incentivo.

À Associação de Moradores da Ilha do Chié, em particular à Fátima – liderança do Chié quando da pesquisa – cuja atitude foi permeada de disponibilidade no tempo da coleta de dados de campo e firmemente vivida. Abriu caminhos para o acesso a informações junto à população do lugar.

Agradeço também a todos os entrevistados do Chié – cidade do Recife –, e àqueles com quem conversei sobre o fenômeno investigado. Os entrevistados, com suas narrativas, disponibilidade de apresentar distintas informações, fomentaram as incursões nas análises aqui apresentadas.

Em especial, meus agradecimentos a Denis Bernardes (em memória), orientador do trabalho acadêmico de Dissertação, incentivador persistente da feitura inicial deste trabalho, ao ler as primeiras versões, indicando e anotando críticas e sugestões que foram agregadas ao texto. Atitude que perdurou ao instigar a publicação na forma de livro. Constitui este um momento particular para viabilizar e socializar o conhecimento produzido sobre esse quinhão da cidade do Recife e das relações sociais estabelecidas na constituição deste território.

Rosa Maria Cortês de Lima

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
PARA ALÉM DA INTRODUÇÃO: O CHIÉ NO TEMPO.....	17
INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1 - A ILHA DO CHIÉ.....	37
1 A Ocupação.....	40
1.2 As Tentativas de Expulsão.....	54
1.3 O Chié Quando da Pesquisa.....	77
1.4 O Projeto de Urbanização.....	84
CAPÍTULO 2 - MORADIA E TRABALHO.....	95
2.1 Localização e Trabalho.....	95
2.2 Acesso aos Serviços Urbanos.....	107
2.3. Sobrevivência e Trabalho.....	119
2.4 Pobreza e Trabalho.....	125
CAPÍTULO 3 - MORADIA E CIDADANIA.....	133
3.1 Por Que Lutam?.....	134
3.2 O Chão e a Moradia Como Instrumento de Luta.....	142
3.3 A Organização e as Formas de Pressão.....	148
CAPÍTULO 4 - MORADIA E AÇÃO POLÍTICA.....	159
4.1 Interesses Divergentes.....	159
4.2 Uma Alternativa: do individual ao coletivo.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	178

Rosa Maria Cortês de Lima

PREFÁCIO

Jan Bitoun

Professor da Pós-graduação em Geografia-CFCH/UFPE

Este livro precisava ser editado. Resulta de uma minuciosa investigação realizada no final dos anos oitenta do século passado pela professora Rosa Maria Cortês de Lima para elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social. Trata de um modo de construir a cidade que está enraizado nas práticas urbanas das mais antigas cidades do país especialmente daquelas cidades litorâneas onde as famílias pobres construíram por meio do labor e da luta cotidiana seus espaços de moradias em condições sociais e ambientais desfavoráveis. Muitos leitores e estudantes encontrarão no estudo de Rosa Maria Cortês de Lima esclarecimentos sobre a gênese física, social e política dessas comunidades que receberam diversas denominações no cenário urbano do país, tais como “mocambos” (no Recife), “favelas” (no Rio de Janeiro), “vilas” (em Porto Alegre) e que não são formas incomuns em cidades crescidas num ambiente marcado pela herança de sociedades escravistas, nas quais a apropriação formal do solo se deu a partir de privilégios e o acesso ao trabalho remunerado sempre foi precário.

A autora, além de dar a ver os aspectos materiais, começando pela constituição do solo em áreas alagadiças por meio de técnicas ao alcance das famílias, privilegiou a fala dos agentes envolvidos na constituição desses espaços de moradia, recuperando a memória do lugar onde já se sucederam várias gerações. Apresenta também com bastante clareza os conflitos e alianças possíveis de ser estabelecidas para alcançar a simples condição de se manter na cidade transtornada por diversos projetos urbanísticos que reconfiguram periodicamente o espaço e sempre consideram essas comunidades autoconstruídas como uma dimensão marginal, ignorada ou subestimada, da dinâmica de produção da cidade.

Por isso mesmo, a edição desse livro vem tarde, mas em boa hora. Na época da redação do estudo sobre a Ilha do Chié, já havia se tornado evidentes os limites da construção de conjuntos habitacionais pelo Banco Nacional da Habitação. Rosa Maria Cortês

Rosa Maria Cortês de Lima

de Lima, que desempenhava um papel profissional na questão da habitação de interesse social para melhoria das condições urbanas da maioria dos cidadãos, estava engajada em dar centralidade à estratégia de urbanização e regularização de favelas em consonância com os movimentos sociais que, gozando do firme apoio do arcebispado de Dom Helder Câmara, alcançaram visibilidade e reconhecimento inclusive em dispositivos legais locais que foram mais tarde incorporados na Lei do Estatuto da Cidade em 2001. No presente, quando investimentos do Governo Federal por meio do Programa Minha Casa Minha Vida apontam novamente pela construção de novas unidades habitacionais em grandes conjuntos na periferia das cidades brasileiras, a publicação do estudo de Rosa Maria Cortês de Lima serve para lembrar que, sem um consistente programa de dotação de infraestruturas públicas, de regularização fundiária e de melhoria urbanística das comunidades que constituíram por meio da autoconstrução seus espaços de vida nas mais diversas áreas das cidades, a política de habitação de interesse social não será completa. Essas áreas abrigam no Recife cerca de metade da população e cerca de um terço do espaço construído. Precisa para intervir nelas, formar competências nas Universidades e este livro é um meio para aproximar a comunidade universitária deste amplo e desafiador universo. Continuar a menosprezar na requalificação do espaço urbano essas comunidades tão numerosas e tão diversas é aceitar como “normal” a monotonia da pobreza das nossas intervenções urbanísticas

PARA ALÉM DA INTRODUÇÃO: O CHIÉ NO TEMPO

Retomar um trabalho escrito há mais de um quarto de século e apresentado inicialmente como dissertação de mestrado, em 1990, ao Programa de Mestrado em Serviço Social na UFPE, conduz a pontos de reflexões e indagações nos dias de hoje. Qual a atualidade do trabalho elaborado? Qual a relevância em publicizar, por meio de livro, este estudo no universo da urbanização do Recife, capital do estado de Pernambuco e cidade núcleo da Região Metropolitana do Recife (RMR)? Quais aspectos semelhantes a outros lugares da realidade brasileira dos dias atuais, atendo, em especial, a elementos da dimensão da formação socioeconômica e histórica desta cidade do Nordeste brasileiro e do país? Quais as razões que impulsionaram o movimento que inclui a relação tempo e espaço, a questão do morar e da moradia, persistente nos dias atuais, a questão do acesso à terra para habitar pela população pobre do Recife? Essas e outras questões perduram como fontes desafiantes para o processo de análise, de produção do conhecimento, mas também como forma de reconhecimento de lutas sociais dos segmentos populares perpassadas ao longo de décadas e arraigadas nos múltiplos tempos de ocupação e construção da cidade.

O tempo, rastreado na dinâmica das relações socioeconômicas e jurídicas da formação histórica do Recife tendo como referência o Chié, possibilita reaver concepções, conflitos, prática e contradições na forma de apropriação, uso e domínio da terra. A concentração da terra privadas gera profundos impedimentos de acesso para os pobres. A terra sob domínio da União guarda similitudes no que concerne a esse acesso. Conforme afirma Maricato (2011, p. 185), “A Terra é o Nó”. Nessa perspectiva, acrescenta a autora: “No campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira.”

Rosa Maria Cortês de Lima

E prossegue: “Tocados do campo, excluídos do acesso à terra urbanizada ou a moradias formais, essa população migrante - e em alguns caso imigrantes - se amontoa em favelas sem água, esgotos, transportes, emprego, escolas e hospitais.”

O Chié tem demarcado o início da ocupação entre os anos 1920 a 1930, assinalada pela construção do solo para instalar as habitações. Trata-se de área de mangue aterrada ao longo do tempo. A população pobre deixa as marcas nesse forte processo adotado como alternativa para construir suas moradias e se instalar na cidade. O solo vai seguidamente sendo construído ao ser, sobre as parte de água, depositado restos de construção, de terra deslocada de outros lugares, de lixos encontrados e no vai e vem da água da maré que lavava o solo.

Dessa forma, se erguem os terrenos no qual se assenta o mocambo, termo empregado no período e em décadas sucessivas, mas que perde essa denominação, assumindo em seu lugar o termo barraco, para posteriormente ser denominado de casa, habitação, quando construído de tijolo. Trata-se de território desbravado e caracterizadamente com o solo construído por seus ocupantes, enfrentando intensa disputa com as águas que dele fazia seu ancoradouro.

Os mocambos - construídos com o trançado de galhos e longas palhas de árvores, parte delas oriundas do corte de manguezais, e preenchidas com barro socado -, assumiam feições variadas ao utilizar restos de materiais descartados, madeira, flandres, latas criando habitações de tipologia precária e instaladas em áreas precárias desprovidas de infraestrutura, em particular trechos de manguezais.

Com a expansão urbana do Recife, o Chié e as áreas vizinhas confrontam-se com múltiplos interesses e a valorização dos lugares, gerando permanentes riscos de expulsão dos moradores, impondo o recorte do território ocupado para outros usos, entre os quais a abertura da avenida Agamenon Magalhães. Via de ligação norte-sul da cidade, do Recife a Olinda e demais municípios da metrópole pernambucana.

A ocupação do Chié remete ao período no qual se registra crescente deslocamento da população do rural para o urbano, fenômeno acelerado entre anos de 1940 a 1960, quando o Recife passa de 343.740 mil para 788.336 mil habitantes, quando se registra um aumento da população para além do dobro. Esse movimento

impacta sobremaneira no acesso à terra urbana pelo pobres.

Trata-se, portanto, o Chié de uma área ocupada pela população pobre que agrega no seu entorno três áreas: a Ilha de Joaneiro, localizada na mesma margem do Chié e as áreas de Santo Amaro e de Santa Terezinha na margem oposta, visto que são separada pelo curso d'água - o canal. Ensejam singularidades e particularidade, componentes de uma totalidade das áreas de mocambos, favelas, áreas pobres, assentamentos populares, assentamentos precários inseridos no território da cidade.

Situada às margem do canal, a avenida que corta as quatro áreas, foi, anteriormente denominada Avenida Canal, hoje Avenida Agamenon Magalhães. Conformam trechos de antigos mocambo, retrato de sua configuração primeira, cuja tipologia habitacional caracterizava-se por habitações de taipa, espaços de mocambos e parte do prolongamento de ocupações de terras alagadas ou alagáveis desde as Derby na cidade do Recife. Traduz marcas do tempo, a luta incessante da população no enfrentamento da questão da habitação e torna evidente a escassez da habitação e a disputa pela terra.

A construção da cidade, a constituição do tecido urbano envolve diferentes sujeitos sociais e agentes públicos e privados que nele interfere. Interesse e correlação de força tornam-se a tônica comum na definição de lugares ocupados por classes sociais diferentes.

Sobre a questão da moradia, ensina Engels (2015, p. 40) ao analisar o assunto no período da Revolução industrial:

A escassez de locação com certeza atinge o trabalhador mais duramente do que qualquer classe mais abastada; mas, a exemplo do logro praticado pelo merceeiro, não constitui uma precariedade que aflija exclusivamente a classe trabalhadora e, na medida em que atinge a classe dos trabalhadores, tem de receber certa compensação econômica assim que chega a um nível determinado e a certa duração.

Assim, pode-se dizer, que são construídas diferentes cidades

Rosa Maria Cortês de Lima

em uma mesma cidade. Aquelas que recebem impacto direto e traduzido por processo de expulsão calcado na ação dos proprietários de terra, na ação de reaver as terras ocupadas, sejam de sua propriedade ou que sobre elas mostrem interesses, seja o Estado em suas diferentes instâncias para assegurar a expansão urbana, privilegiando lugares, grupos e classes sociais.

Pactos explícitos ou nem sempre aparentes têm sido claramente firmados na direção do embelezamento e modernização da cidade, na abertura de espaços para o avanço de outra tipologia de habitações distintas dos antigos mocambos ou das habitações erguidas pela população pobre.

Narrativas da população habitante do lugar, moradores entrevistados para a feitura deste trabalho, apontam para um processo de ocupação do território que se alonga por quase um século, decorre de múltiplas formas de luta e de resistência para ter um lugar para morar e instalar sua moradia. O acesso à terra para habitação em uma sociedade na qual esse bem é historicamente concentrado, já anuncia a existência de estrada, caminhos, veredas percorridas de forma sinuosas, ao mesmo tempo em que mostra aspectos determinantes do modo de produção capitalista, ao imprimir força que bloqueia o acesso à terra e à moradia.

Território desbravado, é construído, reconstruído mostrando. Há um notório processo de desterritorialização e de reterritorialização assentado, porém em contínuos e desafiantes percalços determinado pelas relações estabelecidas entre os homens na sociedade capitalistas. Correlação de força e de poder contribuem para definir formas de apropriação da terra.

Registra-se um longo tempo de decisão política, planejamento, captação de recursos e execução, paralisação de obras, além de ausência de conexão entre os diferentes componentes que envolvem a ação do poder público para urbanização de áreas pobres e assentamentos populares.

É na trajetória história construída e reconstruída por sujeitos sociais partícipes diretos do processo de ocupação e do habitar que se torna possível recompor o processo de ocupação do lugar, movimento esse assegurado, em particular, por intermédio da história oral dos mais antigos e das suas narrativas repassadas por aqueles que habitavam o Chié durante a realização do estudo, agora constituído em livro.

Ademais, se incorporam as narrativas de outros que abordam os tempos por eles vivenciados no contínuo processo de construção desse lugar. Pode-se, portanto, verificar que o tempo, possibilita a captura dos registros, elementos singulares magistralmente erguidos pelos sujeitos sociais ouvidos, articulando fragmentos de composição do urbano recifense, do qual o Chié revela suas singularidades como parte desse urbano.

Na composição de uma sociedade que demonstra compassos lentos de desenvolvimento econômico e social, profundas desigualdades sociais, as respostas do Estado no enfrentamento da questão da habitação têm se apresentado de modo alongado para com a população das áreas pobres. Isso se mostra nos projetos de urbanização do lugar iniciado nos primeiros anos de 1980, no caso do Chié e das áreas vizinhas, visto que as ações iniciadas são frequentemente interrompidas, reiniciadas e deixadas inconclusas.

Um tempo alongado, denunciaador do modo como parcela dos habitantes luta e resiste pela permanência na cidade, bem como as diferentes manifestações da questão social - aqui expressa na questão da habitação -, são enfrentadas pelo poder público no jogo de correlação de forças situadas no interior do urbano.

Há um acentuado descompasso entre interesses e necessidades dessa parcela da população, o Estado e as diferentes classes sociais, acentuando-se contradições nas relações travadas entre aqueles que compõem o processo de construção do urbano recifense. As lutas sociais em torno do acesso a terra e à habitação mostram-se, no percurso da história do Chié e das denominadas áreas pobres do Recife, ou seja, das áreas ocupadas pela população pobre, como focos, por excelência, de resistências na ocupação e constituição do urbano do Recife.

Proximidades e distâncias territoriais, sociais, econômicas e jurídicas realçam determinações vinculadas ao sistema capitalista. Assim, o real, que se na aparência sugere ocultar-se, desvela-se no traçado do aprofundamento sobre os diferentes aspectos deste real e suas múltiplas contradições emergentes daquilo que emerge do obscurantismo, desvelando-se. Nesse território desbravado, construído e reconstruído pela população que ali assentou sua moradia e viveu extremos, perdura o Chié, mesmo com muitos recortes no desenho urbano.

Rosa Maria Cortês de Lima

Entre os espaços de conquistas, assinala-se a regularização fundiária do Chié, assegurada passados mais de 30 anos da formulação do projeto de urbanização da área, respondendo a demanda e necessidade da população. Trata-se de terra sob o domínio da União, caracterizada como Terras de Marinha, sendo, afinal, transformada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Lei Nº 17.930/2013, e passando a compor 67 Área ZEIS do Recife, do tipo 1, além de seis Áreas ZEIS do tipo 2 destinadas à implantação de conjuntos habitacionais e/ou equipamentos comunitários, em consônança com as necessidades da população e a política habitacional do município, segundo as normas exigentes.

Mesmo recortada por tantas intervenções para a expansão da cidade, no dias atuais, constata-se que a fisionomia do Chié alterou significativamente ao se comparar com os retratos desenhados por seus primeiros ocupantes e referentes às primeiras décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Editado por SCHRÖTER, Michael. Tradução: RIBEIRO, Vera. Revisão técnica: DAHER, Andrea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. Sobre a questão da moradia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edição Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. A cidade autoconstruída. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

_____. O tempo desvelado: a autoconstrução de moradia. In:

O Morar e a Moradia

Cadernos IPPUR. v. XXI, n. 1. jan/jul. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007 p. 71-98.

MARICATO, Ermina. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

PONTUAL, Virginia. Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora universitária, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SOUZA BARROS, Manuel. A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Academia Ltda, 1972.

Rosa Maria Cortês de Lima

Outubro de 2014

(Atualizado em dezembro de 2016).

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social
(PPGSS) - UFPE

Rosa Maria Cortês de Lima

INTRODUÇÃO

A escolha do tema¹ de estudo está envolta em múltiplas razões. No caso do presente trabalho, um aspecto relevante tem suas raízes na prática profissional, como Assistente Social, no campo da habitação para a população de renda situada entre zero e três salários mínimos, em áreas de favelas, na cidade do Recife. A vivência com a favela e com o cotidiano da população que habita esses lugares provocou um efeito significativo. Evocou indagações sobre a problemática do pobre urbano, como morador da favela. Como perceber a situação que vive? O que é ser morador desse lugar? Que sentido atribui ao morar e à moradia?

As indagações formuladas conduziram à busca de literatura sobre a questão habitacional, em especial nas áreas de favela. Dessa forma, procurava uma compreensão na perspectiva da totalidade da situação. As respostas poderiam ser simplistas ou por demais teóricas. Busquei não restringir o caminho. Na prática, constatei que os pobres elaboram seu modo de pensar a realidade e, mais que ninguém, sabem o que têm de enfrentar para sobreviver. Parti do pressuposto de que o enfrentamento do real, o concreto, coloca-os no caminho da reflexão, permitindo a articulação com o mundo. Era necessário captar esse processo de pensar a vida a partir de uma determinante fundamental – a moradia. Um pensar que se apresenta, também, como um processo dialético.

Como profissional² vinculado a uma instituição pública – Companhia

¹ Este estudo foi originalmente produzido como Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, defendida em 1990. Agora, na versão disponibilizada em forma de livro, o trabalho foi revisto, muito embora mantendo-se fiel ao conteúdo original.

² A autora exerceu a prática profissional como Assistente Social da COHAB-PE, no período de 1977 a 1994, atuando, em especial, em áreas de favela do Recife e da Região Metropolitana do Recife (RMR). Nesse período, desenvolveu ações de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação de política, programas e projetos, bem como realizou pesquisa em áreas de favela. Exerceu cargos diversos entre eles: coordenação de serviço, gerência da área social em assentamentos populares, assessoria, além de ações executivas em campo. Coordenou e participou

de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE) –, responsável pela execução da Política Habitacional pós 1964 na esfera estadual, convivia com situações que revelavam as duas faces da moeda. De um lado, ouvia da população críticas, aprovações e desaprovações. Vivenciava pressões, presenciava manifestações e reivindicações endereçadas ao poder público, frente à política pública do Estado e a execução de programas e projetos habitacionais. De outro lado, conhecia mais de perto os trâmites burocráticos, os limites dos programas e o jogo do poder do Estado, posto no interior do sistema capitalista, ao encaminhar as respostas às demandas da população. Essas situações eram bastante enriquecedoras, por apresentarem perspectivas diferentes e, em determinados momentos, por serem contraditórias.

Situada no fluxo desse duplo movimento – população e poder público –, e, envolvida com uma tarefa acadêmica como discente do curso de Mestrado em Serviço Social, no período de realização deste estudo, busquei mergulhar no entendimento dessa dinâmica. A ação profissional, os desafios e incitamentos da prática, as dúvidas e questões, as falas dos moradores transformar-se-iam, também, em um projeto de investigação.

Na busca de literatura sobre a questão habitacional, constatei que a maioria centrava-se na análise da política habitacional e de sua execução. De forma mais restrita, abordava a questão a partir da perspectiva da população. Decidi percorrer o caminho inverso em relação à predominância dos estudos. Optei por priorizar as percepções e representações, utilizando, para tanto, a fala do morador da favela. A minha opção por essa via de estudo estava, portanto, associada à prática profissional.

No decorrer da ação profissional, presenciei, com certa frequência, em favelas distintas, queixas da população sobre o volume de pesquisas realizadas nessas áreas, sem nenhum resultado concreto para a população do lugar. Conhecedora desse fato, sentia-me, por vezes, constrangida em ser mais um a indagar. Escrever sobre favela é no mínimo, desafiante.

Em contraposição às queixas, constatei a disponibilidade com que a população pobre se colocava para prestar informações sobre de programas e projetos de urbanização, regularização fundiária, autoconstrução de moradias, melhoria habitacional e entre outros.

os problemas, enfrentados no lugar, de moradia e as condições postas no cotidiano. Elementos dessa disponibilidade podem ser destacados como: supostamente são problemas bastante visíveis para os habitantes e tão, aparentemente, invisíveis para o Estado; admitiam os moradores que, assim, estariam contribuindo para modificar a situação existente ou denunciar a própria realidade vivida; ou mesmo utilizar o pesquisador como intermediário junto à instituição pública, à qual estava vinculada, no sentido de agilizar a “solução dos seus problemas” habitacionais. Entretanto, muitas outras alternativas podem ser exploradas.

A população estimada da cidade do Recife para o ano de 1978 previa o universo de 1.174.000 mil habitantes, desse total, 518.600 mil, correspondente a 44,2%, as moradias estavam localizadas em assentamentos populares; estimativa para o ano de 1990 antevia o universo de 1.319.300 pessoas na cidade, dos quais 830.850 habitantes ocupavam assentamentos populares, representando 63,3%³ do total da população desses assentamentos (SOUZA, 1990), como registrado no MAPA N° 1, na cidade do Recife.

A questão do acesso ao solo e à moradia constitui uma das questões centrais da problemática social do Recife, aquela que historicamente e mais diretamente tem confrontado o poder público com os diversos interesses sociais e aquela que intensamente expressa o conflito de classe na cidade.

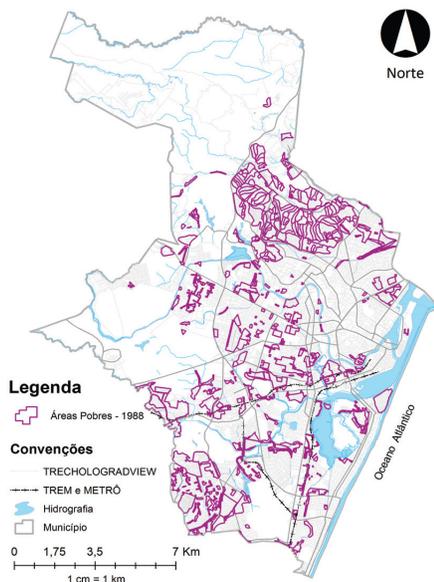
O estudo sobre a pobreza apresenta associações, nos meios acadêmicos, ao discurso que envolve o social e a sua eleição como categoria de análise. Ao que indica, relaciona-se a uma postura crítica, atualizada e identificada com as hostes progressistas. No âmbito das intenções, esse discurso passou a ser absorvido pelos governantes,

³ A população do Recife, segundo o Censo Demográfico de 1980, atingiu 1.203.899 habitantes. As áreas pobres, informações do Cadastro dos Assentamentos Populares da cidade do Recife, 1998, representou 46,32% da população da cidade, indicando significativa queda em relação a estimativa calculada para o ano de 1990 (LIMA, 2012). Convém considerar a criação das Zonas Especiais e Interesse Social (ZEIS), nos anos da década de 1980, que traz para a população dessas áreas possibilidades de segurança do acesso a terra e, conseqüentemente, avanços na melhoria das condições de vida. Outra fator a considerar diz respeito à metodologia utilizada no cálculo apresentado para os anos de 1990, gerando diferenças quando da realização do Censo Demográfico para a década seguinte e da população ocupante das áreas pobres (LIMA, 2012).

Rosa Maria Cortês de Lima

ao abordar a temática do social incorporando-a a programas de políticos, candidatos a cargos eletivos.

Mapa 01: Cadastro dos Assentamentos Populares da Cidade do Recife, 1988 (1990).



Fonte: Observatório das Metrôpoles - PE. Origem dos Dados Geográficos: SIGAP — (Sistema de Informações Geográficas da Região Metropolitana do Recife. Autoria: José Gleidson Dantas da Cunha. In: LIMA, 2012. p. 116.

A vinculação institucional da autora quando da realização desta pesquisa, se em algum momento poderia ter obstaculizado a tarefa de campo, na área escolhida para estudo, ao contrário, facilitou-a. O exercício da atividade profissional permitiu uma aproximação mais forte com a Associação de Moradores e a população do Chié, anterior a definição do objeto de estudo, atuando, portanto, como aspecto de grande relevância na realização e no aprofundamento do trabalho de campo.

O desempenho desse duplo papel exigiu uma atenção permanente,

no sentido de explicar à população quando se tratava de tarefa acadêmica. E, assim clarificando os papéis, era poupada da cobrança das atividades institucionais. Nesta circunstância, a vinculação com a instituição oficial gerou uma situação distinta, pois acionou a aproximação da autora em quanto integrante das atividades profissional e, ao mesmo tempo, participante como investigadora de um mesmo processo. As informações e dados levantados tornaram-se relevantes por contribuírem para aprofundar as reflexões a respeito da realidade.

Buscou-se apoio no método de trabalho de campo, tão em voga na Antropologia Social – ciências com significativa contribuição às ciências sociais, situando-se no estudo das sociedades primitivas, buscando o exótico, mas buscando também a produção de conhecimentos sobre sociedades urbanas.

Entre outros, afirma Geertz (1978, p. 24) “[...] o objetivo da antropologia é o alargamento do discurso do universo humano.” Enquanto Velho (1980, p. 18), em relação a antropologia, escreve: “A tarefa consiste em captar o arbitrário cultural que define toda e qualquer sociedade”. E, ainda lembra, “[...] o problema teórico é perceber a abrangência destes sistemas de classificação e representações.”

Em meio a tantas áreas de favela no Recife, apresentando elementos diversos e semelhantes, no que tange a sua constituição, relacionados a fatores condicionantes e determinantes, escolhi a do Chié, cuja caracterização será feita adiante. Definido a favela – o lugar para o estudo de caso, passou-se à tarefa de trabalho de campo, sustentada em referências teóricas, informações e dados oficiais, somados à vivência com os elementos empíricos.

A escolha da área de estudo esteve pautada nos seguintes critérios: ser uma área ocupada por um tempo superior a 40 anos; estar inserida no tecido urbano em conflito de uso do solo, em termos da expansão e renovação urbana; estar sem regularização da posse da terra; ter representação popular organizada; encontrar-se em fase de atendimento por projeto de habitação popular, pelo poder público; ter vivido o processo de expansão urbana e a ele sobrevivido.

Na primeira fase da investigação, nos meses de setembro a novembro de 1989, foram iniciados os contatos com a Associação de Moradores

e, por seu intermédio, os caminhos foram facilitados para coleta de dados. Identificaram-se os moradores mais antigos, os grupos existentes na localidade. Observou-se, mais profundamente, as relações entre moradores de Chié e favelas circunvizinhas – Ilha do Joaneiro, Santo Amaro e Santa Terezinha – testemunhas de uma história similar no curso da expansão urbana da cidade do Recife. Ademais, documentos existentes na Associação de Moradores do Chié foram analisados. Acrescentam-se ainda dados levantados na COHAB-PE, mapas, além de informações de jornais de circulação em Pernambuco.

Na segunda fase, de dezembro de 1989 a abril de 1990, o objetivo principal da pesquisa foi recolher informações a respeito das representações sobre o morar e a moradia, na perspectiva de estabelecer a relação entre moradia e trabalho, moradia e cidadania, moradia e ação política. Essa fase caracterizou-se particularmente, pela observação e realização de entrevistas e, o contato com membros da Associação tornou-se mais constante.

Convém destacar que em nenhum momento da realização do trabalho de campo, senti rejeição por parte de moradores ao que executava – o trabalho institucional. Percebi, nas primeiras entrevistas, que despertava o interesse e ouvi reclamações de um morador pelo fato de não estar sendo entrevistado. A este morador, procurei explicar, em seguida, os critérios definidos para a realização de entrevistas, ao mesmo tempo em que, oportunamente, travaria um conversa informal com os moradores não entrevistados. As entrevistas foram realizadas tendo por base um roteiro semiestruturado.

A Pesquisa Socioeconômica aplicada pela Coordenadoria de Articulação e Acompanhamento (CAC-DPE), da COHAB-PE entre 1987/1988, em caráter censitário, indicava a existência de 530 famílias residindo na Ilha do Chié. Dessas famílias pesquisadas, 444 moravam em casas e 86 em “correr⁴ de quartos”. As entrevistas

⁴ Correr de quarto caracteriza-se por um conjunto de quarto construídos em um mesmo lote que, em geral é parte do terreno de uma unidade habitacional, dispondo quase sempre de banheiro coletivo. São quartos alugados para famílias ou para uma pessoa. Essa modalidade de habitação era bastante frequente nas áreas pobres do Recife. A concentração de terra e a falta de habitação, a habitação para fins de aluguel, mesmo precária, associada a outros fatores congregam elementos explicativos desse tipo de habitação. Nos dias atuais, ainda que permanecendo essa modalidade, observa-se sua redução e, em certos casos, a substituição por kitnetes,

foram distribuídas entre intencionais e aleatórias. As entrevistas intencionais concentraram-se em moradores antigos, membros das diversas diretorias da Associação de Moradores, do grêmio esportivo, da escola de samba, da escola comunitária, do posto médico, membros do grupo da igreja católica e confissões religiosas. Em alguns casos, uma mesma pessoa se repetia como representante de cada uma das três favelas circunvizinhas – Santo Amaro, Santa Teresinha e Joaneiro.

As entrevistas aleatórias tiveram por base a subdivisão física da favela, feita por moradores, durante o processo de elaboração e execução do projeto Ponte do Maduro⁵, assim constituída: Chié, Hermínio Gomes, Sítio da Viúva, Avenida Agamenon – antes Avenida Canal –, Bururu e Rua Continental – ampliação do Bururu –, adotando o seguinte: uma amostra de 18% de cada subárea, cujas entrevistas foram selecionadas de modo aleatório com frequência de 10 em 10.

A observação direta tornou-se um instrumento complementar das entrevistas, sendo adotada em relação ao cotidiano dos moradores do lugar, por ocasião da participação em reuniões e assembleias comunitárias. E, por força da vinculação institucional da pesquisadora⁶, naquele momento, também tomava parte em reuniões com representantes da Associação de Moradores e população local, quando da discussão e de vigorosos processos de negociação sobre o projeto habitacional e de urbanização para a área do Chié.

Os dados levantados na pesquisa qualitativa mostraram aspectos que não traduziam um conteúdo uniforme. Todavia, a sistematização das incluindo instalação hidrossanitárias. Denominação atribuída, pela população, à semelhança desse tipo de habitação situadas em edifícios localizados em outras áreas da cidade.

⁵ O Projeto Ponte do Maduro foi elaborado entre 1980-1981, abrangendo as seguintes áreas: Ilha do Chié, Ilha de Joaneiro, Ilha de Santa Terezinha e Ilha de Santo Amaro contendo a concepção geral de propostas de urbanização, construção de casas, legalização da posse da terra, saneamento básico, sistema viário, instalação dos serviços de infraestrutura e atividades econômicas. O Projeto foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Ação Social com a participação da população das áreas citadas, sendo sua elaboração financiada pela COHAB-PE. Um segundo Projeto Ponte do Maduro foi elaborado pela COHAB-PE, em 1988, com base nas propostas da população e encaminhado à Caixa Econômica Federal (CEF) para financiamento. O referido projeto continha, como propostas básicas, macrodrenagem e aterramento de trechos alagados.

⁶ A pesquisa para este estudo foi realizada no ano de 1989 e início de 1990.

informações possibilitou captar a articulação entre representações formuladas pelos entrevistados e, nessa perspectiva, as entrevistas forneceram um quadro rico de expectativas, esperança, sentimentos, aspirações reais e imaginárias. Indicaram a luta incessante pela sobrevivência por meio das atividades inseridas no complexo e contrastante mundo urbano.

Apontaram a luta pelo acesso à terra, retratada na construção do solo para erguer sua moradia, criando estratégias de acesso à moradia.

Com esses dados, procurou-se reconstruir um fragmento do que seja a vida e a luta do morador da favela por espaço no tecido urbano, nos aspectos propostos neste trabalho. Espaço que, como demonstram as entrevistas, ultrapassa os metros quadrados da casa e do chão onde está assentada a moradia, para disputar um lugar como cidadão, como parte atuante da sociedade em que vive.

As falas dos moradores permitiram além de reconstruir parcela da história da ocupação dessa área, possibilitaram também estabelecer correlações como o processo de ocupação do solo, pela população pobre, na cidade do Recife. Tornou-se possível apreender a distinção, formulada pelos moradores, entre morar na favela e ser favelado. Morar na favela significa a situação imposta pela pobreza, decorrente da ausência de renda como trabalhador. Surge, portanto, como um autorretrato por ser pobre. Favelado assume uma conotação pejorativa, decantada no senso comum, reforçada pelos meios de comunicação e introjetada por alguns segmentos da sociedade, como: antro de marginais, local inseguro, perigoso, onde residem os excluídos. Essa perspectiva tomaria corpo e estaria embutida em todo esse estudo. Entretanto, morar na favela vincula-se aos determinantes e determinações do sistema capitalista.

As representações expressas nas falas e que, por seu intermédio, socializam-se, propiciam o adentramento no mundo imaginário do morador da favela. Os sistemas de representação diz Oliven (1980, p. 27) “[...] se constituíram em um campo de estudo fundamental para compreensão da dinâmica do que ocorre nas regiões urbano-industriais do Brasil.” As imagens têm como sustentáculo o concreto, estando pautadas nos aspectos culturais.

Geertz (1978, p. 24) chama a atenção sobre a importância dos aspectos culturais que perpassam as relações sociais e, assim, se

expressa:

Como sistema entrelaçado de signos interpretáveis, a cultura não é poder ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos: ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descrito com densidade.

Subsidia esse debate a abordagem de Saussure via Barthers, quando afirma que: “O significado não é uma ‘coisa’, mas uma representação psíquica da ‘coisa.’” (BARTHERS, 1964, p. 53).

Novamente recorre-se a Geertz (1978, p. 15) ao balizar:

O homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como Max Weber – como sendo essa teia e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Introduz-se nesse debate Bourdieu (1982, p. 208), ao defender que o: “O campo cultural transforma-se por reestruturações sucessivas.”

Referenciada nessas discussões pode-se entender que as representações são as imagens formuladas à luz do concreto, com base na cultura vivenciada.

Os pobres urbanos formulam suas imagens e representações a respeito das condições de vida, práticas, valores, normas, significados no contexto em que estão inseridos e a partir da influência que sofrem das instituições, sejam estatais, religiosas, e dos meios de comunicação de massa. Isso passa por um processo de socialização que não está fechado em si mesmo, porquanto não reduz o seu pensar a um conjunto cultural autônomo (ZULUAR, 1985). Na sua capacidade de sobrevivência, utilizam diferentes instâncias de mediação entre si e o resto da sociedade, na composição de sua visão

de mundo, das relações de poder e de classe e do sistema econômico.

As representações que fazem sobre o morar e a moradia vislumbram-se como fonte que contribui para remodelar os padrões das relações sociais numa dada sociedade, reordenando as coordenadas do mundo experimentado. Existem como imagens vinculadas aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas da vida comum. As palavras refletem a sua verdade contextualizada. Nesse horizonte, mantêm contato com o ambiente político e econômico na qual se situam os homens. Ambiente que enseja fio condutor de conflitos, de lutas formadas e articuladas um conjunto e não isoladamente. A razão disso é simples. Os conflitos, as ações de diferentes pessoas perpassam momentos políticos diversos, onde a organização social avança, estrutura-se e ganha espaço ou, ao contrário, confronta-se com o poder do Estado e do sistema econômico. O Estado politiza a discussão sobre o espaço urbano à medida que nele interfere agindo em detrimento da população pobre – quando ocupante deste espaço, patrocinando sua saída compulsória – em nome da renovação urbana, argumentada como necessidade do coletivo.

O conflito pela permanência no território conquistado, embora latente, parece difuso no cotidiano da população, assumindo, no entanto, posturas de confronto com o poder público, no instante da ameaça de expulsão iminente. Tais posturas sofrem variações, em conformidade com a conjuntura política. As contradições, também, estão presentes na luta pela sobrevivência ou por serem partes atuantes do meio em que vivem. A presença contínua de divergência entre a favela e determinados segmentos da sociedade situa-se na arena da disputa pelo espaço social e pela ocupação e uso do território. A tensão e ou expectativa entre a continuidade ou não, naquele local, defronta-se com a prática governamental de expulsão e fixação e, ainda, a constância da incerteza aguerrida do ficar até quando.

A atmosfera favorável pela execução do projeto de urbanização da favela, o avanço do nível de discussão ensejado pelas organizações internas que representam os moradores emergem como “suspiro de alívio” nas conquistas empreendidas, mas cuja garantia só estará assegurada com a legalização do solo, do chão no qual habita pelo órgão executor do projeto de urbanização.

Além do mais, a descrença e desconfiança nas instituições

governamentais, nos políticos, a insatisfação com a imagem de pessoas excluídas, com a situação de pobreza denotam sinais de uma profunda crise social. Diferentes, portanto, das sociedades estáveis onde as tradições aceitas caminham para a hegemonia de um grupo ou de classe social ou para acirramento das contradições. Nas sociedades urbanas, não existe uma ordem natural a ser seguida. A cidade é fonte permanente de criação, de renovação de valores, de modos de vida, de acirramento das contradições entre classes.

Ao assumirem, muitas vezes, a condição de oprimidos, explorados, demonstram a clareza com que percebem o lugar que ocupam na sociedade. Portanto, o estreitamento do diálogo gerado no seio dos conflitos, dúvidas, inseguranças travadas entre moradores da Ilha do Chié e a Associação de Moradores que os representa, e desta junto às entidades do Movimento Popular às quais estava engajada, assim como, frente ao Poder Público e à sociedade, essa clareza perdura como fonte de persistência na continuidade da luta, na esperança de mudar o curso da história.

No intento de melhor discutir os assuntos aqui expostos, o presente trabalho divide-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, faz-se uma incursão pelo processo de ocupação da terra na Ilha do Chié – favela objeto do presente estudo – estabelecendo-se correlações com o mesmo processo desencadeado historicamente pela população pobre, na cidade do Recife. Procura-se, por intermédio da caracterização da favela, adentrar na problemática da moradia da população local.

O segundo capítulo estabelece a relação entre moradia e trabalho, buscando identificar, a partir das representações formuladas, como a localização da favela inserida no tecido urbano possibilita o acesso ao mercado de trabalho.

No capítulo seguinte, discute-se a moradia e cidadania, no sentido de decodificar o significado atribuído às lutas pelos direitos à moradia e como esses direitos são incorporados à condição de cidadão.

O quarto capítulo aborda moradia e ação política, detendo-se na interpretação do movimento que ocorre no bojo das lutas travadas pelos bens materiais, como tentativa de partilha política na sociedade.

Com esse trabalho não se tem a pretensão de esgotar a temática

Rosa Maria Cortês de Lima

nele examinada, mas de contribuir para o estudo da problemática da moradia na cidade do Recife, vista a partir da perspectiva do seu principal envolvido – o morador. Priorizei a leitura das representações dos moradores, considerando-as dentro das circunstâncias contextualizadas. Muitas outras leituras poderão ser realizadas.

A história oral, dos moradores da favela, foi reconstituída num processo de idas e vindas. Afirmo o reconhecimento de que este trabalho está baseada fundamentalmente na fala. Daí o lugar de destaque que esta ocupa e uma certa inevitabilidade de repetição.

No curso da elaboração desse estudo, não me coloco como um pesquisador neutro, numa perspectiva puramente objetiva. O próprio tema incorpora nuances subjetivas, delas não me afastei. Porém, constituiu-se, como maior dilema, a luta para não me enveredar pelo academicismo e o risco de não simplificar pelo caminho do empirismo.

Mantive o compromisso constante de retratar, com fidelidade, as imagens emitidas por meio da fala do morador da favela. Destaco, portanto, que as leituras, aqui contidas, são de inteira responsabilidade de quem as escreveu. Suscitar dúvidas, questões, discussões muito gratificará, e, com certeza, assegurará a continuidade na busca do conhecimento.

CAPÍTULO 1

A ILHA DO CHIÉ

Inserida na malha urbana da cidade do Recife, a Ilha do Chié⁷ situa-se à margem esquerda da Avenida Agamenon Magalhães sentido Recife-Olinda, no Bairro de Campo Grande. Tem como limite a principal via de acesso entre as duas cidades, próxima a fábrica da Tacaruna. Nesse lugar, o processo de construção dos primeiros mocambos iniciou-se entre as décadas de 1920 de 1930, aproximadamente. Constitui, hoje, um reduto de ocupação de terras de mangue que tem sobrevivido à expansão urbana, mesmo quando por ela dilapidada. Representa a sobrevivência das ocupações agrupadas por toda a extensão do canal Derby – Tacaruna, extintas com o avanço da urbanização da cidade⁸. É provavelmente

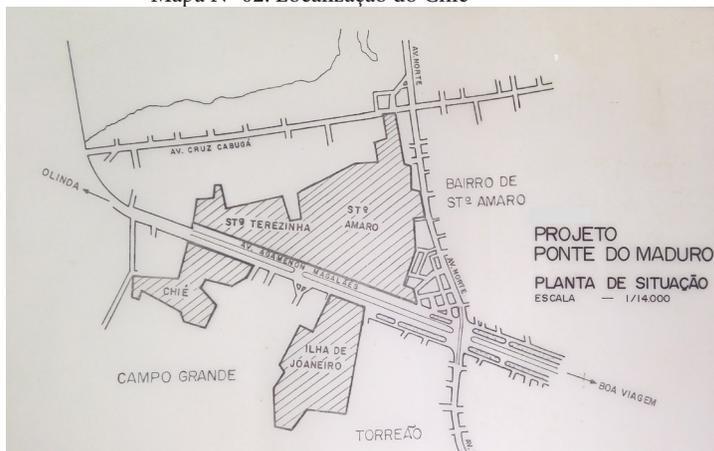
⁷ Chié, caranguejo pequeno, não utilizado como alimento, que existia em abundância nos mangues da localidade, antes da área sofrer o aterramento. O Dicionário Aurélio registra “Xié (Do tupi, talvez.) S. M. Bras. V. Chama-maré. Chama-maré (De Maré + maré S. M. Bras. Designação aos crustáceos decápodes, braquiúros, da família dos ocipodídeos, gênero *Uca* Leach., pequeno caranguejo de 2 a 3cm de comprimento, que tem uma das pinças muito maior que a outra. Do fato de movimentarem constantemente essa pinça lhes veio o nome. (Sin.: Chora-maré, xié, tesoura, catanhão-tesoura, siri-patola, ciecié. Pl.: Chama-maré.)

⁸ Em 1917, foi publicado o primeiro Código Civil brasileiro, cujo reflexo, no Recife, se fizeram notar pelo micro parcelamento urbano, acontecimento que assinala uma nova etapa no processo de urbanização da cidade, com repercussões para a população de mocambos. Data de 1923 a aprovação do primeiro loteamento do Recife, em terras do Derby, após a expulsão dos mocambos instalados para processar o aterro dos alagados. Os alagados, inicialmente ocupados pela população mais pobre, passaram a despertar interesse da população, mas da população mais abastada, como reserva de madeira e pesca, e possível via fluvial para indústria ou casa comerciais instaladas em suas margens. Na década de 1920, tornou-se emergente o interesse por essas áreas para empreendimentos imobiliários. O loteamento passa a ser uma constante, com áreas sendo ou não aterradas, a luta pela terra torna-se violenta. A compra de mocambos, para aluguel ou para usar junto ao judiciário, como prova de benfeitorias, passou a ser frequente. Isto porque,

Rosa Maria Cortês de Lima

desnecessário dizer que o crescimento da cidade transformou esses terrenos em áreas de grande valorização imobiliária. O Mapa de localização do Chié (MAPA Nº. 02) possibilita uma visão localizada da favela e dos bairros mais próximos

Mapa Nº 02: Localização do Chié



Fonte: Cohab, 1988.

A ocupação dessas terras tem a marca da “construção do solo”, pela população. Para isso, usou uma diversidade de materiais disponíveis, desde o extraído do próprio mangue na busca de criar o solo, o chão para assentar os mocambos, até resto de demolições de construção ou mesmo lixo hospitalar.

Castro, J. (1954, p. 35-36), descrevendo a formação do solo do Recife, expõe:

[...] o aterro ou encilhamento da enseada se fez sob a ação conexas e sucessivas de variados fatores, entre os quais se destacaram os rios, o mar, o vento

desde 1831, nas “Terras de Marinha” tem a concessão do domínio regulamentada pelo pedido de afogamento, pago à União. Ver sobre o assunto: Falcão Neto e Souza (1985 p. 76); Bezerra, 1965 (p. 35-42).

O Morar e a Moradia

e a vegetação dos mangues, fixadora de detritos e consolidadora dos solos. O homem foi o último elemento a entrar em cena naquele contínuo trabalho de estruturação do solo do Recife, agindo através do aterro e das drenagens no sentido de dar àquele solo a consistência, o declive, a forma e a extensão mais apropriada a sua ocupação humana, ao seu aproveitamento como base natural de um complexo organismo humano.

No tempo histórico, a ocupação do espaço urbano da cidade do Recife deu-se, pois, por meio da conquista, pelo homem, de imensos alagados. Para isso, concorreram a realização de obras públicas na parte central da cidade e nas vias de acesso aos antigos engenhos, bem como o crescimento de áreas de mocambos, onde residia a população mais pobre da cidade. Desde muito cedo, a escassez de terra firme, mas, em especial a propriedade privada da terra, notadamente nas áreas da planície enxuta, tornou mais violento e contraditório o processo de ocupação da cidade, marcado, de um lado, pelos mocambos instalados em áreas de manguezais e, do outro lado, pelos sobrados ligados uns aos outros, estreitos, com três a cinco andares, onde habitava a população mais abastada.

O Recenseamento Municipal de 1913 já demonstrava que 43,2%, Melo, M. A. B. C. (1982, p. 24), das habitações do Recife eram constituídas de mocambos. A crise de habitações era evidenciada, em 1914, pela proposta da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco que elegia como principais reivindicações: o congelamento dos aluguéis e a construção de casas populares.

No Chié, como nas demais áreas de mangue do Recife, o homem deu prosseguimento à ação secularmente iniciada pela natureza. Uma ação que reflete a relação físico-geográfica do homem com o meio, mas, sobretudo, da teia de relações sociais que se estabelece no interior da sociedade entre grupos sociais distintos, resultante do sistema capitalista, do crescimento urbano, bem como, da postura do Estado.

1 A OCUPAÇÃO

Nas imagens transmitidas pelos mais jovens, repassadas pelos mais velhos, aliadas àquelas formuladas por quem viveu concretamente os primeiros momentos da ocupação, estão contidas as representações que fazem da sua história. História essa que retrata o desenrolar do processo de ocupação. Contam:

[...] é a luta do povo, a ocupação. Isso aqui antigamente era mangue. Em 1929 tudo aqui era mangue. Aí veio as pessoas mais antigas daqui – Dona Zefinha. O pessoal começou aterrar tudo aqui, com barro, lama [...].

[...] tudo aqui era maré. Quem chegou aqui primeiro fui eu, Nilo, e tinha outra casa aqui na frente. Não tinha habitações por aqui [...].

[...] as informações que eu tenho é de que a ocupação teve início aproximadamente há 50 anos (entrevista realizada em 1990) [...] tem pessoas que moram aqui há mais de 50 anos. Usavam lixo, barro para aterrar o mangue e ia ocupando o espaço [...].

[...] ocuparam o povo mesmo, fazendo, cortando os mangues e fazendo aterro [...] daqui até o Derby não tinha uma casa.

[...] aqui a gente aterrou com lama, arrastava lama do mangue com aqueles galhos e ia puxando para aquele buraco, com pó de serra, com metralha de casas que era demolida aqui perto. Aterro de fora aqui nunca entrou. Não tivemos essa chance. Vinha dos hospitais. Não sei de onde. O aterro daqui foi feito com os nossos esforços [...].

[...] era maré! [...] aí foram fazendo o aterro com pó de serra, com lixo, com barro da galeria de São Caetano. A gente mesmo é que aterrava. Quando tinha dinheiro comprava barro, a minha mesmo foi aterrada com barro lá de São Caetano. De dia

O Morar e a Moradia

estava trabalhando, quando era de noite a gente ia buscar o barro. Aí, ficava aterrando até 1, 2 horas da madrugada. Quando a maré enchia, a gente passava por dentro d'água. Dentro de casa, quando estava aterrando, não entrava, mas a rua ficava cheia. Depois foi aterrando até chegar no canal. A gente andava num bote que ficava na rua São Caetano. Dali para Campo Grande, para Salgado, tudo era maré [...].

[...] era maré e bem funda, eu fui aterrando com colchão, lixo. O pessoal pescava aqui. Eu lutei muito. Aí fui aterrando [...].

A construção do solo firme exigia paciência, técnica e luta incessante com a água, assim retratada por intermédio da fala de alguns entrevistados como observado a seguir:

Fomos aterrando, fazendo aqueles baldes de lama, aterrando e subindo e fazendo os barracos. Daí a gente plantava aqueles paus, madeiras, colocava até pano pela parede e cobria de palha. Quando a maré enchia, lá vai a gente, ficava aquela lama. Aí foi chegando gente, fomos aterrando. Aqui mesmo tem cinco piso com este. Fomos fazendo os mocambos, até que não ficou totalmente aterrado, mas dava para a gente morar. Mas a maré ainda perseguia a gente. Os pescadores chegavam de madrugada, pescavam. Aí lá vinha a maré para dentro de casa. Entrava tudo quanto era de inseto que a maré trazia. Quando ela afastava, a gente ia tirar aquela bagunça de dentro de casa, aquele lixo [...].

[...] quando a gente chegou aqui era tudo maré, então minha mãe morava num barraco alugado, mas a gente desejava ter um cantinho para a gente. Então a minha mãe foi à Marinha, aí o grandão disse: 'Se a senhora arranjar um cantinho na maré e aterrar faça seu mocambo.' Aí, minha mãe fez um lugarzinho, mas quando a maré vinha carregava o barro, aí no outro dia cavava e colocava de novo. Até que um dia um Senhor disse: 'Dona Julia,

compra tábuas, cerca todinho e bota barro dentro, que segura⁹. Aí, ela fez um barraco para a gente. Quando a maré enchia, a gente ficava presa dentro do barraco, tinha que comprar as coisas como café, [...] logo cedo. Quando dava cinco horas, a maré ia enchendo, a casa ficava arrodada e a gente no meio. A gente só saía no outro dia, quando a maré secava. Nisso, fui vivendo melhorando (a casa) até hoje [...].

Aterrava, cavava buraco ali e acolá e botava madeira e armava e morava dentro [...].

[...] cavava, tirava a lama e colocava num canto e ia aterrando com a lama que botava para secar e ficava aquele barro duro [...] como se fosse uma pirâmide [...] era barro seco e com o tempo ia baixando [...].

A partir de uma ação individual, paulatinamente tinha início um processo de ocupação coletiva do mangue que ia tomando forma lenta e gradualmente. A conquista do espaço principiava pelos trechos de menor profundidade que requeriam um menor volume de material para aterrar. E, implicava no desafio de ganhar tempo, imposto pela pressa de ocupar o chão para morar.

A tarefa braçal exigia um esforço tanto individual quanto coletivo, envolvia a participação da família e, por vezes, de vizinhos em situação semelhante, no ato criador do espaço sobre as águas.

Tudo parece indicar que, nesse momento, a ocupação não sofria influência externa no sentido de ser estimulada por outras pessoas. Era uma iniciativa da população e esta agia impelida pela emergência da questão habitacional. Não dispendo de alternativa, lançava mão do que estava ao seu alcance.

A atitude de um funcionário da instituição pública – Marinha – que possui o domínio sobre o terreno, registrada num depoimento acima constituía um fato isolado, entendido talvez como uma atitude conveniente, não representando uma posição oficial.

⁹É a chamada técnica da caixa usada em Brasília Teimosa e outras áreas de mangue do Recife, ocupada pela população pobre. “O aterro era feito com lama da própria maré. A gente fazia um caixão sem fundo, todo de maneira, e ia botando lama dentro, até forma o chão. (Dona Benedita).” (SILVA, 1990, p. 33).

A dificuldade da ocupação da terra não residia, apenas, no desafiar a água e no revide desta na retomada do seu caminho. A conquista do espaço pela população também encontrava suas dificuldades no confronto com o poder público, conforme depoimento do entrevistado:

[...] os fiscais da prefeitura implicavam com a gente. Mas quando era noite, a gente construía tudo de novo. Quando era manhã, já estava tudo feito e lá vai, eles desmanchavam de novo. Fazia novamente, até que eles deixaram de vir aqui [...] ¹⁰.

A evolução do processo de ocupação da área está marcada pela presença do político que surge numa relação assistencialista e populista face à pobreza e/ou num tratamento tolerante, dispensado pelo poder público, assim registrado nas imagens dos entrevistados:

[...] fazíamos pedidos de caminhão de pó de madeira [...] depois fizemos um pedido a Teixeira (deputado) e ele mandou caminhão de barro [...].

[...] era tudo lama e água. Não adiantava colocar barro nem metralha. E eu só sei que um dia veio aquele Liberato e Pelópidas Silveira ¹¹ viu que a gente vivia dentro da lama mesmo, então ele começou a aterrar esta Rua Esmeralda até a Rua São João, com lixo, com lixo de todas as casas de Saúde, hospitais [...] era um mau-cheiro tão grande no mundo, cada

¹⁰ Esse tem se caracterizado em um processo comum e extensivo a áreas de ocupação na cidade do Recife. Por exemplo: Santo Amaro, Coque, Coelho, Brasília Teimosa, Pina, entre outras. Sobre o assunto, ver: Bezerra, 1965; Souza, 1990; Falcão Neto e Souza, 1985.

¹¹ Liberato Costa Júnior, vereador pelo município do Recife nos períodos 1955-1959, esteve afastado da política em decorrência do Golpe Militar de 1964, tendo os seus direitos políticos cassado. Voltou a eleger-se vereador em 1982 e 1988 – exercendo o cargo nesse período. Pelópidas Silveira, Prefeito do Recife – 1955-1960. É importante ressaltar que o Movimento de Bairro, na cidade do Recife, cresceu e se organizou nas gestões de Pelópidas Silveira e de Miguel Arraes de Alencar (1955 a 1964), cujas administrações se caracterizaram por propostas democráticas e populares, que “[...] por força de seus projetos políticos e por suas bases de sustentação deram prioridade à questão social, especialmente à população mais pobre.” (ETAPAS, 1988, p. 15).

mosca enorme. Então, eles usavam uma bomba com veneno para matar as moscas, aí elas invadiram as casas da gente. A gente comia com o prato coberto. Aqui, quando chovia, não tinha quem suportasse a catínga. Encontrei muito sacrifício. Depois do lixo, quando ficou muito alto, ele colocou caminhões trazendo areia da praia para cobrir. A gente aproveitou e foi aterrando o nosso pedaço também, trazia areia dos pés do muro com um carrinho de mão. Aterrava. Quando a maré vinha, comia tudo. Só vim descansar agora depois de velho [...].

[...] mesmo em 64 (1964), quando Miguel Arraes¹² foi governador, na época dele, isso aqui foi muito ocupado [...] era contra os fiscais, aos serviços, corria muito atrás do povo antigo. Os fiscais passavam e diziam: 'Boa noite'. Se reunia cinco a seis pais de família, construía as casas e, quando era no outro dia, estava pronto. Aí quando os fiscais chegavam, davam papéis, intimação, trazia polícia [...] O governado (do estado de Pernambuco) não era nem contra nem a favor, só a Prefeitura é que tinham os fiscais que não deixavam as pessoas construírem as casas. Naquela época se uma pessoa construísse uma casa irregular, era punido, nem podia ocupar terreno que não era dele. Podia ocupar terreno próprio. Invasão de jeito nenhum [...].

Muito embora ressaltem sua luta, seu esforço em todo processo de aterro da área para a construção da moradia, o reconhecimento do direito à propriedade privada está contido nas narrações a seguir:

[...] o povo ocupou avançando o sinal, como é que se diz, invasão né? Quando eu fui morar na Agamenon, não morava ninguém [...].

[...] foi invasão. Cada um aterrou seu lugar e fez seu barraco. Eu sei dizer assim [...].

O reconhecimento da propriedade privada, subjacente nestas

¹² Miguel Arraes de Alencar, eleito governador do Estado para o período 1962-1966, teve o mandato interrompido em 1964 quando foi preso pelo Golpe Militar. Exerceu o cargo de Prefeito da Cidade do Recife em 1960-1962.

imagens, destaca a discussão referente ao termo e concepção sobre: ocupação ou invasão? Os dois termos apresentam-se em sentido ambíguo.

Nas favelas do Recife, constatações feitas quando da investigação no Chié e no exercício da prática profissional em outras áreas, percebeu-se duas formas de entendimento da questão. Uma primeira admite o termo invadir significando estar no que não é seu, e dela podendo sair por meio de negociação, quando a seu proprietário interessar dispor da terra; uma segunda defende o ocupar, como o direito natural, “a terra é de todos”, interpretada como estar no que não tem dono ou uso. Seus defensores resistem com maior ímpeto à remoção ou a expulsão.

A segunda corrente tem, em parte, sua referência nos argumentos da Igreja Católica progressista que sustenta ser a terra um bem sem dono, portanto de todos. Essa corrente, também, tem seu suporte nos teóricos de esquerda que discutem a propriedade privada.

Na prática, com as ambiguidades que possam apresentar os termos, os moradores lutam pelo espaço ocupado.

É importante registrar que, sendo as terras do Chié de domínio da União, podem-se ter, neste ponto, explicações para o fato de o processo de ocupação não registrar conflitos iniciais, posto que não se tratava de propriedade privada, supostamente tornando-se uma situação em determinados aspectos diferenciada. Relatam os moradores entrevistados:

[...] era tudo maré e começaram a aterrar e assim foi invadido [...].

[...] foram aterrando até ficar a favela do Chié e hoje a Vila do Chié [...].

A imagem antecedente, expressa pelos entrevistados, descortina uma síntese da dimensão do processo de conquista, contemplando o significado da partilha da população nesse caminhar. Com certeza, dentre outros, essa poderia constituir-se numa das causas de reunião dos moradores, a tentativa de sua expulsão de um espaço que ele próprio construiu.

Numa outra perspectiva, entende-se essa imagem pensando-se como uma forma de ascensão social, segundo a qual morar na Vila, cujas condições físicas da casa e de infraestrutura são melhores, é mais que morar numa favela. Simboliza o vínculo com a cidade, em vista das atuais transformações por que passa o Chié com a implantação do Projeto de Urbanização.

As condições geográficas do Recife, assentado numa planície litorânea, cortado por canais, alagados, e cercado por morros, impuseram aos seus habitantes a convivência, desde o princípio, com a limitação de terra firme, contribuindo para tornar mais intenso o processo discriminatório e desigual a partir do qual cresceu.

Forçada pela necessidade e impulsionada pelas contradições acirradas entre o direito de morar e o direito baseado na lei, a população mais pobre instala um processo que tomará corpo e perdurará na ocupação do solo urbano na cidade do Recife: as invasões¹³. Indiscriminadamente, essa modalidade passa a compor o panorama da cidade do Recife, ocupando terras do governo ou de particulares, ao longo de toda formação e expansão da cidade.

O crescimento da favela¹⁴, na verdade, segundo alguns moradores, começou aproximadamente a partir de 1940. Vários fatores se

13 Ver sobre invasões no Recife: Bezerra, 1965; Souza, 1990; Moura, 1990.

14 Favela. Sobre o assunto: “[...] a expressão mais visível e contundente da pauperização é o enorme crescimento dos bairros pobres: favelas, mocambos, bairrados, poblaciones, callapas, vilas, colônias [...] conforme o País. Trata-se de ocupação intensiva, por essas populações tanto dos espaços livres como das periferias nas grandes cidades”. (TELMAN EVERS, et al, 1984, p. 8-23). “Assentamentos subnormais no Terceiro Mundo – seja qual for o nome pelo qual são conhecidos: bandas de miséria na Argentina, gececondu na Turquia, bidonvilles na Argélia, favelas do Brasil – todos refletem o mesmo jogo de forças sociais [...]” Controvérsias sobre as favelas: “Favelas como Aglomerações Patológicas”, Favela como Comunidade em busca de superação” e “Favela como uma calamidade inevitável”. (PERLMAN, 1977, p. 39-44). “[...] no Rio, por exemplo, consta que os soldados que voltaram à cidade no final do século passado, após a guerra de Canudos, e que não tinham onde morar, foi-lhes permitido construir barracos em terrenos sem valor de mercado, como uma recompensa aos serviços prestados à Pátria [...]” A designação “favela” parece ter aí a sua origem: em Canudos havia uma encosta chamada de Morro da Favela que, por sua vez, é uma planta típica das caatingas baianas. Contudo, o dicionário ilustrado da língua portuguesa do Instituto Brasileira de edições pedagógicas aponta para o fato de que o nome “favela” é de um morro de Rio de Janeiro.” (KOWARICK, 1977, p. 76).

O Morar e a Moradia

apresentam de forma significativa para a ampliação do processo, como se pode destacar: a pesca no mangue ou no mar, garantindo a subsistência; a proximidade da fábrica da Tacaruna, como mercado de trabalho; a construção da Escola de Aprendizes de Marinheiro, próxima à data acima; a migração campo-cidade e a expulsão de invasores localizados em terrenos mais centrais.

Os depoimentos a seguir expressam as informações da população apontando para as causas que motivaram a ocupação:

[...] eu mesma fui sustentada com comida daqui mesmo, meu pai pescava [...].

[...] tudo aqui era mangue, uma passagem de maré. O pessoal pescava aí caranguejo, siri, marisco [...].

[...] se deu muitas vezes por causa do pessoal da Tacaruna que morava muito longe e tinha necessidade de morar mais perto do trabalho [...].

[...] as pessoas começaram a vir do interior e começaram a aterrar o mangue e construir as casas [...].

[...] muitas pessoas da comunidade, há mais de 20 anos, trabalhavam na Tacaruna. Apesar da Tacaruna, antigamente, ter uma vila operária, e essas pessoas sempre morarem na comunidade nessa época. Certamente, com a implantação da Tacaruna, algumas pessoas que moravam ali começaram a conseguir emprego lá. Não creio que tenha uma relação direta, mas tem uma relação indireta [...].

[...] era gente que vinha do interior e não tinha onde morar, vinha procurando emprego, melhorar de vida, achando que a cidade tivesse mais emprego e mais condições de melhorar a vida de cada um. Então, as pessoas que vinham, que não tinha emprego, começou quando encontrou essa área desocupada e com maré, aí começou as pessoas mesmo fazendo aterro [...].

[...] por causa da minha pobreza. Meu marido era pobre, trabalhava de vigilante. Numa carroça manual pegava trecos [...] minhas crianças eram pequenas. A casa era apertada [...] prometeu trabalho de vigia na Tacaruna [...] e muita gente vivia pegando marisco, caranguejo e vendendo. E vivia fazendo assim, trecos [...].

Em Pernambuco, o quadro econômico de 1930 apontava para uma progressiva estagnação da economia agro-exportadora, que associada à expansão industrial no centro urbano, agravava ainda mais as condições habitacionais na cidade do Recife.

Com o processo de industrialização – urbanização em curso, novas relações se estabeleciam entre capital e trabalho¹⁵.

A cidade do Recife crescia sem absorver o novo contingente populacional que nela se instalava. “O saldo migratório para o Recife, entre 1920 a 1940, estava estimado em 77.000 pessoas.” (MELO, M. L., 1961, p. 33). O Recife, em 1940, era a 3ª cidade do País em número de habitantes. O crescimento da população, no entanto, não tinha explicações no desenvolvimento econômico da cidade, mas na ausência de desenvolvimento socioeconômico em toda área de abrangência da cidade, cujas bases estruturavam-se no sistema capitalista.

O reconhecimento da situação de pobreza, contido nas representações expressas pelos habitantes do Chié, indica, também, o reconhecimento do lugar de excluídos que ocupavam na capital pernambucana.

1.1.1 A Moradia e os Serviços

Simultaneamente ao trabalho de aterramento do mangue, uma outra tarefa tão laboriosa quanto a primeira se desenvolvia, materializando de forma mais visível os primeiros momentos da ocupação: a

¹⁵ Ver sobre o assunto: Iamamoto e Carvalho (1982); Antunes (2003); e outros.

O Morar e a Moradia

construção dos mocambos¹⁶. E assim, começava a se delinear a fisionomia da favela retratada nas moradias, tal como representada pelos moradores:

[...] era arrodada de palha de coco. Não tinha telha, não tinha nada. Era arrodada de palha de coco e o pessoal passava para dentro, parecia uma casa de cigano [...].

[...] cada um aterrava seu canto e fazia seu mocambo e ficava morando [...].

[...] as casas eram de capim, depois passou a ser de palha. A gente não podia cobrir as casas de dia, porque o dono não deixava, tinha que ser de noite. Depois foi arranjando barro para fazer as casas. Quando a maré vinha a gente tinha que sair porque cobria tudo principalmente a de março [...].

[...] a casa era de tábua, de pano, feito uma cabana [...].

[...] a casa de minha mãe era suspensa com tábua [...].

[...] [tinha casa flutuante. Eles enfiavam paus dentro da maré e construía a casa. Tinha muitas desse jeito [...].

[...] a minha primeira casa foi de papelão. Fiz quatro aterros e o quinto é que tive condições de morar. Quando a maré dava, eu subia em cima da cama. Já fiz cinco mocambos aqui. O último é este. Agora chegou o tempo da COHAB fazer a casa [...].

¹⁶Mocambo. “O mocambo tem as seguintes características: Parede: taipa, madeira não aparelhada, zinco, flandre, capim ou palha; Cobertura: palha, capim, zinco, lata, telha e diversos; Piso: terra, cimento, tijolo, madeira [...] Os quartos, na maioria dos casos sem luz direta, nunca vão além de quatro ou cinco metros, quando a área mínima deve ser de oito metros quadrados.” Ver sobre o assunto: Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife (1939, p. 9-14).

Este último relato evidencia, com maior clareza, a trajetória que os ocupantes do Chié percorreram na construção e reconstrução de sua moradia. Denota a qualidade e fragilidade do material utilizado e as precárias condições do solo disponível, construído através da força braçal, para erguer suas habitações. Essa realidade onera os custos da casa, suprimindo ou redirecionando, com frequência, os ganhos que a população pobre consegue obter para sua sobrevivência. Resume o fluxo e refluxo de uma ação contínua de luta concreta, seja esta individual ou coletiva.

A figura do “dono do sítio”, evidente em outro depoimento, demonstra a presença de supostos proprietários, que, ao cercarem o terreno, passam a dispor, usufruir e definir as regras de uso. Na história da ocupação das terras do Recife pela população pobre, figura semelhante marcou sua presença, fosse como proprietário, cobrando “aluguel de chão”; ou dizendo-se representante deste e assumindo a mesma prática.

O tipo de material empregado na construção da casa está associado a sua disponibilidade e à condição de pobreza. O pano usado como solução emergencial e improvisada para compor a moradia passava paulatinamente a ser substituído por materiais comumente utilizados em diferentes microrregiões do Nordeste do Brasil. A palha usada pelos índios, caboclos e zonas de praia; a taipa mais característica do sertão e áreas ribeirinhas, já a madeira continua a ser usada com maior frequência nas áreas urbanas pela população pobre.

A qualidade do material empregado na construção dos mocambos e o seu contato quase permanente com a água deixavam as habitações em estado mais precário ainda, acelerando o processo de deterioração.

A caracterização mais ampla da ocupação do Chié, na fase inicial, está retratada nos depoimentos que seguem. Os relatos indicam a visão que têm, bem como o vivenciar do processo de expansão urbana que avançava sobre e às margens da área ocupada.

[...] essa área é ocupada há muitos anos. Eu não lembro assim não. Eu acho que muita gente nem lembra assim como e quando começou a ocupação da área. Aqui era uma área só, não existia as quatro áreas. Não existia o canal, nem a Avenida

O Morar e a Moradia

(Agamenon Magalhães). Depois que construiu o canal¹⁷ e a Avenida foi que separou a área. Aí, ficou Chié, Ilha de Joaneiro, Santo Amaro dividido [...].

Quando eu tinha 10 anos eu lembro que tudo aqui era maré, daqui esse pedaço aqui da escola, era tudo maré. E pra gente atravessar da Ponte do Maduro tinha que ser de bote. O mercado de Santo Amaro não existia e para ir para o hospital tinha que ir de bote. Maré muita. Os mocambos foram feitos com lama de maré, aquela lama preta o pessoal tirava. Não existia o canal. Quando já feito o canal, a parte que não era de cimento era de madeira, Aliás, não tinha nem ponte, era barreira de maré mesmo quem quisesse atravessar ia nadando. Não existia casa em Santa Terezinha, só existia mangue e caranguejo [...]. Mas, para a gente era um viveiro, existia três viveiros [...] Não tinha luz, nem água. A água era de cacimba. O carroceiro, dois ou três, vendia água para a gente. A luz era candeeiro, lampião [...].

Instalada a ocupação, os serviços de água e luz passam por etapas diferentes de acesso à população local, conforme expressam:

[...] água, era de cacimba [...].

[...] água, a gente pegava no chafariz¹⁸ lá embaixo [...].

¹⁷ De acordo com informações obtidas por intermédio de antigos engenheiros da Prefeitura do Recife, a construção do Canal de drenagem Derby-Tacaruna, no trecho da área em estudo – Ilha do Chié –, ocorreu no final da década de 1940, sendo obra executada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Esse órgão foi extinto pelo Governo Federal em 1990.

¹⁸ Na administração do Prefeito Miguel Arraes de Alencar, à frente da Prefeitura do Recife no período 1960-62, tornou-se prática frequente a instalação de Chafariz nas áreas pobres do Recife. No Chié, o chafariz foi instalado nessa época, o mesmo acontecendo nos morros da Casa Amarela onde, até então, a população enfrentava sérios problemas de acesso à água para o consumo, e estendia-se a outras áreas pobres da cidade.

[...] água, a gente tirava da casa dos outros. Depois apareceu um homem que eu não sei nem quem é, e colocou água na casa da gente [...].

[...] tudo aqui era escuridão [...].

[...] quem primeiro inaugurou luz aqui fui eu, puxando de outras casas que ficavam bem longe. Foram 120 metros de fio que eu pedi à Celpe para puxar da Rua São João. Depois foi puxando de uma casa e de outra até hoje (1990), quando chegou os postes. Então foi melhorando até agora ficar assim. Só falta agora o prefeito melhorar a situação da gente que está matando a gente de fome [...].

O atendimento à população pelo governo, no que concerne à implantação dos serviços de água e luz, deixa implícita ou explicitamente o reconhecimento do direito de ocupação e garantia de permanência por tempo indeterminado. A percepção desse fato pelos moradores, conjugando-se com a necessidade urgente dos serviços citados, tem-se constituído em objeto de reivindicação acirrada por parte dessa população. O cenário político nacional, alterado em 1964 pelo regime político-autoritário que se instalou, reprimindo a participação das camadas populares e o avanço da sua organização, tem seus reflexos na vida dos moradores da favela do Chié, como revela o entrevistado:

[...] na época tinha uma escola aqui. O pessoal fez o chafariz, fez escola, tinha pessoas que trabalhavam com a Igreja, dando donativos, através da Igreja: colchões, comida [...]. Na época da cheia o pessoal distribuía alimento, roupa [...] reparava o aspecto que o pessoal tinha. Depois disso, quando veio o golpe (golpe militar de 1964), o pessoal ficou meio reprimido, aí acabou a escola, ficou só o chafariz. Depois começou a colocar água nas casas, acabou o chafariz e pronto [...].

1.1.2 A Organização Popular

O início do processo de organização dos moradores da Ilha sucumbe com o regime militar iniciado em 1964, passando por um período de abstenção, conforme expressam:

[...] a gente sabe da época que começou o pessoal a trabalhar na organização da área. O pessoal começou com a Igreja, em 64 quando Arraes era governador [...]

[...] nessa época de 64, existia uma organização de pessoas que se reuniam, mas depois do golpe as pessoas ficaram com medo de se reunirem, nem falavam em Associação, tinha medo [...] na época que começou o pessoal a se organizarem novamente foi em torno do Projeto Ponte do Maduro [...].

[...] mas nessa altura já tinha a capelinha, com reuniões e nessa altura nós começamos a fazer um grupo de pessoas, fazer uma associação de Moradores. Daí surgiu a de 79 para 80 e se formou a primeira Associação daqui. Em 81, já foi a segunda eleição, fui eleito à presidente e daí por diante a nossa luta e a gente lutou por uma causa da gente na COHAB, junto com Torquato, Tarcísio (da Ilha de Joaneiro) e Severino (da Ilha de Santa Terezinha). Ficou um grupo muito forte [...]

Cabe registrar que quinze anos se passaram entre a extinção da Associação de Moradores local e o seu ressurgimento, questão abordada adiante. A participação da COHAB na reaglutinação dos moradores em torno de uma entidade representativa fez-se por intermédio do Centro de Pesquisa e Ação Social, responsável pela elaboração do Projeto Ponte do Maduro, em 1980, visto que, segundo expressa um entrevistado, “[...] o pessoal começou o projeto com o Centro de Pesquisa, com alguma assessoria [...]”

Outro fato a registrar se relaciona com a presença da Igreja¹⁹ Católica

¹⁹ A presença da Igreja Católica, nas áreas pobres da cidade do Recife, constituiu-

no processo de organização popular, caracterizado em períodos distintos, referendando, desta forma, a sua influência junto à população pobre do Recife e da RMR.

1.2 AS TENTATIVAS DE EXPULSÃO

A contradição entre os interesses da população local e o poder público transparece continuamente nas diversas tentativas de expulsão, constituindo-se num dos focos da problemática do morador da favela.

Na memória dos moradores, dois ensaios de expulsão, nas décadas iniciais da ocupação, são lembrados, atingindo, particularmente, as favelas vizinhas ao Chié²⁰. A importância desses fatos está relacionada a aspectos comuns que envolvem as quatro favelas por suscitarem a mobilização, contribuírem embrionariamente para o enraizamento da tradição de luta pela permanência na terra ocupada e por estarem localizadas num eixo de expansão da cidade que acende interesses imobiliários. A possibilidade de expulsão de uns é entendida, pelos demais, como uma atitude de efeito multiplicador, podendo atingir a todos.

se num marco no que se refere a sua participação no estímulo e fortalecimento do Movimento Popular, através de um trabalho de base voltado para a libertação do homem oprimido pela miséria. “A Teologia da Libertação e a figura carismática de Dom Helder Câmara, de dimensão internacional, congregou na Igreja do Recife grande número de agentes de pastoral comprometidos com uma pedagogia libertadora.” (DE LA MORA, 1987, p. 260). Ver sobre o assunto: Vasconcellos e Kruschke (1984, 57-69).

²⁰ Na circunvizinhança da Ilha do Chié, estão localizadas outras três favelas, também à margem da Avenida Agamenon Magalhães: Ilha de Joaneiro, Ilha de Santo Amaro e Ilha de Santa Terezinha. Aqui são mencionadas porque suas histórias se entrelaçam, como seus limites se confundem entre as águas da maré, mangues e o canal. Os moradores contam que a comunicação entre elas se dava por meio de barco, em face da profundidade da maré. Em época mais recente, foi construída uma passagem de madeira sobre o canal, denominada Ponte do Maduro. A origem do nome está relacionada à comercialização, nesse local, de frutos maduros, pela população. A cisão física das quatro áreas deu-se com a conclusão do Canal de drenagem Derby-Tacaruna e, posteriormente, com o alargamento da Avenida Agamenon Magalhães, anteriormente denominada Avenida Canal (entre 1969 a 1973).

1.2.1 A Operação “derruba-derruba”

No governo do interventor Agamenon Magalhães²¹ – 1937-1945 – ocorreu uma tentativa de expulsão. Essa ação ficou conhecida como “derruba-derruba”. A Prefeitura da Cidade do Recife, com o apoio do Governo do Estado, iniciou a derrubada dos mocambos, enfrentando, no entanto a resistência dos moradores que impediram parcialmente a expulsão.

A ação do poder público demonstra a alternativa adotada pelo governo no tratamento dispensado à habitação popular no período em questão.

Situada no âmbito das prioridades do projeto do governo da interventoria, a questão da habitação popular no estado tem na campanha pela extinção do mocambo uma das principais medidas político-administrativas. A ação contra o mocambo no Recife assume um significado particular para o Interventor, cuja vontade era vê-lo desaparecer da paisagem urbana da cidade. Num primeiro momento, a questão é denunciada pelo governo estadual e estudos são realizados sobre a situação dos mocambos, enquanto um segundo momento é marcado por ações concretas.

Em abril de 1938, o primeiro Decreto²² do Prefeito do Recife, Novaes Filho, proibiu a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas. Em 17 de setembro do mesmo ano, foi criada a Comissão Censitária dos Mocambos, com a responsabilidade de realizar um censo dos mocambos existentes na cidade²³. Constatações obtidas por intermédio do Censo dão conta da existência de 45.000 mocambos na cidade, totalizando uma população de 165.000 pessoas²⁴. De fato,

²¹ Sobre a questão da Habitação Popular no Governo do Interventor Agamenon Magalhães ver: Pandolfi (1984); Rocha (1989); Souza (1990).

²² Decreto-lei Nº 49, publicado no Diário do Estado/Diário dos Municípios, Ano XV. De 21 de abril de 1938. Outros decretos-lei 5º, 109, 121, de 1938, e 181 e 186, de 1939, Resumo assinado pelo Prefeito Antônio Novaes Filho.

²³ Decreto Nº 182, de 17 de setembro de 1938, cria a Comissão Censitária dos Mocambos.

²⁴ Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife; baseado no censo efetuado pela Comissão Censitária dos Mocambos. Criada pelo Decreto Nº 182, de

as constatações, consideradas alarmantes, servem para fortalecer os propósitos do Interventor.

Em 12 de julho de 1939, foi criada a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), entidade privada “[...] de caráter humanitário, destinada a promover a extinção desse tipo de moradia e a incentivar a construção de casas populares dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição.” (ESTATUTO DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO, 1940).

Igualmente, era ressaltado o direito de propriedade como direito natural de toda pessoa, significando uma aspiração para a melhoria da vida individual e coletiva. Base que também sustenta a proposta da LSCM quando pleiteia a construção das casas, possíveis de serem adquiridas, a longo prazo, pelos habitantes dos mocambos.

No que tange a Liga, também, Pandolfi (1984, p. 61), “[...] não visa somente dar uma casa aos que vivem na lama [...] é, sobretudo reintegrá-los numa sociedade.”

Assim, ao incluir o caráter de reeducação e integração social, a Liga deveria construir, nas vilas, postos de assistência médica e dentária, grupos escolares e centros educativos, áreas de lazer, curso de Arte Culinária, Corte e Costura, entre outras atividades.

A luta contra o mocambo estava vinculada a aspectos referentes à intervenção do estado no âmbito do espaço urbano, no Recife, refletindo a sua necessidade de exercer o controle na gestão desse espaço²⁵.

O interesse do governo em viabilizar medidas urbanísticas, objetivando a abertura do canal de drenagem dos alagados centrais da cidade e a construção de uma via perimetral que ligaria Paissandu à Tacaruna e abriria, assim, espaço sobre as habitações tipo mocambo, solidificou a implementação da política de erradicação dos mocambos. O relatório da Liga correspondente ao período de sua existência – 1939 a 1944 – indica a destruição de 12.434 mocambos e construção de 5.415 habitações.

17 de setembro de 1938, Imprensa Oficial-Recife, 1939.

²⁵ A tentativa de intervenção do estado no tecido urbano caracterizou-se por propostas de cunho técnico denotando uma nova forma de enfrentar os problemas. Entretanto, a preocupação de controle sobre o urbano já se fazia sentir no século XIX, vindo a se consolidar com o Estado Novo.

A ação de erradicação dos mocambos, por parte do Governo, provocou uma transferência compulsória de grande parte da população que habitava os mangues, registrando-se um deslocamento do eixo de ocupação, até então, concentrada nos limites da área central da cidade, principalmente, para os morros de Casa Amarela – Zona Norte – que passaram sistematicamente a ser ocupados.

Ao analisar a situação dos mocambos sócio-espacialmente presentes na trajetória da expansão da cidade recifense, Souza (1990a, p. 45) assevera:

As áreas de mocambos remanescentes desses mangues, como o Coque, os Coelho e a Ponte do Maduro que abrange as favelas da Ilha de Joaneiro, Santo Amaro, Santa Terezinha e Chié constituem-se, hoje, testemunhos isolados da luta miúda e cotidiana, travada pelos mocambeiros contra a água do rio e contra a maré, já iniciada no final do século passado.

1.2.2 A Construção do Canal

A construção do Canal defronte do Chié provoca uma expulsão das pessoas que ocupavam as suas margens, conforme afirmam entrevistados:

[...] começaram, em 49 (década de 1940), a prometer que ia tirar a gente daqui para poder fazer o canal. Mas, demorou um pouco a acontecer. Muitos foram para outros cantos e outros ficaram [...] depois a gente ia se mudando, até os trabalhadores do canal ajudaram a gente a se mudar. A gente mesmo aterrava [...].

[...] aqui fizemos um viveiro [...] aqui fizeram o canal [...].

Uma nova tentativa de expulsão foi registrada em 1956, quando a Empresa de Melhoramentos Públicos de Santo Amaro, com base em um título de ocupação, iniciou a expulsão. A empresa pretendia aterrar o local para a venda posterior de lotes. A resistência da população concretizou-se por intermédio de passeata à Assembleia Legislativa. Os caminhões foram retirados e foi assegurada a permanência.

É significativo que, nessa tentativa de expulsão, a população tenha organizado uma passeata até a Assembleia. O fato representou a extensão da luta popular ao campo político e a percepção dos habitantes da área de que, conduzindo a luta por esse terreno, conseguiram exercer maior poder de pressão e, conseqüentemente, cresceriam as possibilidades de vitória.

A partir de 1945, com a redemocratização do País, tanto a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM) perdeu ímpeto, quanto ficou mais difícil a expulsão entre 1945-1955, constituindo-se este em um período de reorganização dos partidos e forças políticas. Tal articulação resultou, em 1955, na constituição da Frente do Recife, que representava a aglutinação das forças políticas de esquerda, elegendo, então, o primeiro prefeito da cidade, Pelópidas da Silveira, por meio do voto popular.

O contexto favoreceu o ressurgimento das forças populares que passaram a se manifestar, compondo, também, um peso político importante na eleição direta dos governantes.

Destacaram-se em Pernambuco a presença do Partido Comunista Brasileiro – cujo maior representante era Gregório Bezerra – e a mobilização realizada por este partido nos meios operários, bairros pobres da cidade, estendendo-se até o campo.

Sobre esse momento político, Bezerra (1979, p. 321) afirma:

Em Recife, desde setembro de 1945, havíamos organizado mais de uma centena de modestas escolas de alfabetização de adultos; depois das eleições de 2 de dezembro de 1945, intensificamos ainda mais esse trabalho de alfabetização nos morros, nos alagados e em todos os bairros pobres de Recife. Essas escolas foram criminosamente

O Morar e a Moradia

perseguidas e fechadas pelo governo como organizações clandestinas e perturbadoras da 'ordem pública' – ordem dos capitalistas reacionários, dos latifundiários escravistas, dos tubarões de câmbio negro e dos piores inimigos do povo brasileiro. O governo não alfabetizada o povo, nem deixava que os patriotas o fizessem. É que o povo alfabetizado é um perigo para a 'civilização cristã-ocidental'.

A bipolarização registrada na vida política de Pernambuco expressa um choque de interesses a dificuldade de conciliá-los. A agudização das necessidades da população pobre confronta-se com os interesses das camadas detentoras dos mecanismos de poder e que, em certo sentido, consideram que o atendimento dos interesses dos pobres significa a fragilização do seu poder e a perda de renda.

1.2.3 O Alargamento da Avenida Agamenon Magalhães

A maior expulsão de que se tem notícia ocorreu durante o alargamento da Avenida Agamenon – 1969-1974 –, abrangendo 132m²⁶ de largura nas duas margens a partir do eixo do Canal. Nesse sentido, colhe-se do Diário Oficial do Município do Recife (23.03.69) a informação seguinte:

Avenida Canal (Avenida Agamenon Magalhães) e áreas – problemas são objetos do planejamento [...]. A Avenida Canal é uma perimetral que visa a desafogar amplamente o tráfego da zona comercial do Recife, sobrecarregando com as vias de acesso conhecidas por radiais. Logo que esteja concluída

²⁶ “O trecho compreendido entre Paissandu e Tacaruna [...], nesse setor a Avenida Agamenon Magalhães, tem a largura de 132m, com o canal em seu eixo, medindo 13,30 metros no seu coroamento. Em cada lado do canal, haverá faixa de jardins com 7 metros de largura; faixa pavimentada de 14m, para tráfego de alta velocidade; mais uma faixa de ajardinamento, com 26m; e uma última faixa destinada ao tráfego local, ou seja, de baixa velocidade”. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE - 02.02.71).

a Avenida Canal – que é uma via expressa, onde não haverá cruzamento e permitirá seu uso de pista de velocidade – haverá condições para que o tráfego intenso, quer vindo de Olinda e Estados ao norte do Estado, ou de Beberibe, Casa Amarela, Encruzilhada, Água Fria e adjacências desses bairros, em demandas para a zona sul da cidade, não entra na zona comercial, indo até o girador do Cabanga²⁷.

Com o alargamento da Avenida Agamenon Magalhães, a Ilha do Chié foi duramente atingida, o mesmo acontecendo com as demais favelas da vizinhança. As famílias foram indenizadas, conforme registra o Diário Oficial do Município do Recife (18.04.69):

Com o serviço de pavimentação da Av. Agamenon Magalhães (ex-Avenida Canal) tornou-se necessário fazer a retirada de mais de 300 mocambos, tendo a Prefeitura Municipal do Recife efetuado, até hoje, a demolição de 109 casebres, num total de NCr\$70 mil de indenização, aproximadamente [...]. A Avenida Agamenon Magalhães – a 1ª Via expressa da nossa capital – já tem estudado para nela ser construído um viaduto no cruzamento com a Avenida João de Barros cuja obra não vai implicar em desapropriações para onerar os cofres da municipalidade. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE – 18.04.69).

E novamente a questão volta ao Diário Oficial do Município do Recife (16.01.70), replicando a retirada - expulsão dos moradores, demolindo, abrindo caminho em nome do “progresso do novo Recife”. Além de assinalar o processo de aterramento dos alagados visto como uma conquista.

Na Avenida Agamenon, no trecho compreendido

²⁷ Refere-se esta matéria ao Cabanga Iate Clube, situado no bairro do mesmo nome, Zona Sul do Recife-PE.

O Morar e a Moradia

entre a Avenida Norte e a Tacaruna, os serviços ganham uma dimensão especial. Mocambos são retirados diariamente – com dezenas deles demolidos e pagos – abrindo caminho para o progresso do novo Recife²⁸. Milhares de metros cúbicos de areia estão sendo colocados para aterrar as áreas alagadas, preparando a infraestrutura para receber, afinal, a pavimentação da primeira via expressa do Recife, ligando a Ponte do Pina à Tacaruna.

Uma parte das famílias indenizadas deslocou-se para zonas periféricas ao centro urbano e, uma outra parte adentrou-se pelas sobras de espaços alagados, entre os mocambos existentes. A transferência compulsória dos moradores processou-se sem uma reação organizada, o que se pode constatar nas imagens aqui expressas de entrevistados:

[...] na época, como o povo na sua mentalidade como ainda hoje é, achava que a gente não podia nos confrontar direto com o governo e não teve muita dificuldade em construir a avenida não, porque indenizavam, onde eles encontraram alguma resistência foi numa área pequena que era como uma vacaria na João²⁹ de Barros. A avenida foi construída sem muita luta, a comunidade estava desorganizada e a luta não foi forte [...] indenizava

²⁸ O Projeto do Novo Recife envolvia grandes obras, entre as quais o alargamento da Avenida Agamenon Magalhães, intimamente ligado aos Prefeitos nomeados, em especial Geraldo Magalhães (1968-1971), a Augusto Lucena (1971-1975). A Gestão Geraldo Magalhães caracterizou-se por uma atuação no espaço urbano, implantação das grandes obras, alicerçada no discurso da racionalidade planificada. A construção da Avenida Agamenon Magalhães, anteriormente denominada Avenida do Canal, teve por objetivo facilitar a comunicação Norte/Sul, atuando sobre as áreas pobres da cidade e, como consequência, provocando uma valorização dos terrenos situados ao longo da Avenida.

²⁹ João de Barros – área pobre, assentamento popular - localizado no bairro de Santo Amaro, nas proximidades da favela de Santo Amaro, áreas estas separadas pela Avenida Norte. Transformada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sendo até os dias atuais a única ZEIS que teve o processo de urbanização concluído na cidade do Recife.

[...] foram para Peixinhos³⁰, Maruim, Alto da Bondade, Água Fria, na periferia da cidade. Outras tentaram construir aonde a comunidade ainda tinha espaço vazio. A comunidade começou mesmo a se organizar nas lutas, porque, na época, o povo tinha medo de apanhar. Não tinha diálogo, por mais que se tentasse. Era uma época muito fechada para o movimento popular. Quando se falava em organização, o povo começava logo a pensar que lutar pelos direitos era subversão e o povo temia uma represália por parte do governo e a avenida passou, sem muitos problemas, e nós não temos muitas informações [...].

[...] a avenida [...] foi uma das coisas que ocasionou a expulsão de várias famílias que viviam na comunidade. Essa construção ocorreu na época da ditadura militar e não existia uma organização popular na comunidade, como não existia as quatro áreas. Várias famílias foram expulsas e foram criar novas ocupações na Samambaia, no canal do Arruda, do lado de Campo Grande, várias pessoas que moravam aqui antigamente. Isto diminuiu bastante a comunidade e realmente deixou a Ilha do Chié no tamanho que ela é hoje. Uma pequena comunidade com 600 pessoas (casas), no máximo [...].

Para a população, é desconhecido o número real ou estimado de famílias deslocadas, não existia uma Associação que registrasse a história da área, como se constata na fala de um morador, aqui expressa:

[...] nessa época não tinha Associação e tinha uma no Chié, na Rua São Caetano, e em 1964 veio a repressão e só viemos a formar outra em 1980 [...].

Mas, é comum ouvir referências a amigos ou parentes que residiam naquele local. Aqueles que se relocaram no interior da área reportam-se frequentemente ao valor das indenizações pagas, mencionando-as

³⁰ Peixinhos - bairro de Olinda, próximo ao Chié. Convém assinalar que o Chié localiza-se no limite, na franja, entre o município de Recife e de Olinda.

O Morar e a Moradia

como insuficientes para reconstruir sua moradia ou adquirir outra nas proximidades. O conteúdo da ação do Estado é captado pela população na perspectiva que indicam representações a seguir:

[...] eu saí para passar a Avenida. O barraco foi indenizado [...] foi bom para o rico, para o pobre não, que a tendência dela é expulsa o pobre. Você vê aí fazendo posto (de combustível), prédios. Até um tempo deste teve aquele Paulo³¹ Miranda com interesse na nossa área, querendo fazer prédios [...].

[...] quando abriram aquela avenida [...] buliram com o pessoal de lá, porque tudo ali era habitação, então tiraram o pessoal dali. Possivelmente, muita gente ficou sofrendo muito [...] eles não tinham emprego e não tiveram dinheiro para fazer outra casa. Com a gente, eles não buliram. Quer dizer que ficou muito bom, porque deu um grande movimento aqui, mas teve muito sofrimento da pobreza [...].

[...] muita gente teve que se deslocar para favelas mais próximas, muitos vieram para cá [...].

[...] a construção da avenida forçou esse processo de organização, quem tinha mais visão aqui percebeu que ia passar uma avenida, ia existir um projeto para se fazer grandes obras, grandes prédios e expulsar a comunidade [...].

O contexto político do País favorecia e reforçava a ação do Estado. São anos situados num período de “[...] profunda repressão política às manifestações de setores organizados da sociedade civil.” (SILVA, 1988, p. 16). A organização popular estava débil, sufocada, ameaçada e reprimida.

Em jogo, era posto o “interesse da cidade” quanto à abertura de vias. Sobre as favelas, liberavam-se os espaços. Com isso, reduziam-se os mocambos da paisagem da cidade e preparavam-se áreas para a especulação imobiliária. É verdade que na história do Recife, sua expansão registra-se, com certa frequência, sobre as terras ocupadas

³¹ Paulo Miranda era uma grande empresa do mercado imobiliária no Recife.

Rosa Maria Cortês de Lima

pela população pobre.

Após a construção da avenida, tornou-se mais arraigada a preocupação dos moradores com as pressões face à expulsão. Cresceu a desconfiança quanto à postura do poder público frente à aceleração de novas retiradas. Igualmente, identificam-se atitudes favoráveis ao corte imposto pela construção da avenida, como se assim a favela fosse integrada ao meio urbano, facilitando a sua vida, como se pode observar:

[...] era só lama, agora passa carro [...].

[...] aquilo ali era só maré, tinha um canal, mas não tinha nenhum movimento de ônibus [...].

[...] era muito difícil o acesso para Campo Grande, Avenida Norte e Santo Amaro. Só podíamos atravessar quando era maré baixa [...].

[...] calçamento, aterrou as ruas. Foi bom que ficou menos lama [...].

[...] esgoto, calçamento, antes a gente ia dentro da lama [...].

[...] depois da construção da Avenida, começou a ser construída as primeiras casas [...].

[...] melhorou pra todo mundo, até para a Tacaruna [...].

[...] pegar ônibus agora é perto, para ir à cidade ou a um médico [...].

Essas duas perspectivas, a ameaça e a aceitação, poderiam ser analisadas sob diversos ângulos: o verso e o reverso inerentes ao processo, retratando uma característica de heterogeneidade que pode ser observada nas diversas formas de captar o mesmo fenômeno, seja por um mesmo ator social, ou seja por atores sociais distintos; e o maior ou menor grau de consciência diante da situação concreta. Na realidade, essas perspectivas não se situam em planos opostos.

1.2.4 A Construção da Sede da COHAB-PE e o Eixo das Obras Públicas

Em 1978, a expectativa em face de uma ameaça latente de expulsão concretizou-se novamente. Na Ilha de Joaneiro, vizinha ao Chié, aproximadamente 100 barracos foram indenizados³². O espaço dava lugar à construção da Sede da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - órgão responsável pela execução da política da Habitação Popular, na esfera estadual. O assunto foi abordado no Diário de Pernambuco (29.01.1977):

Delimitada pela Avenida Agamenon Magalhães, Rua Odorico Mendes e Guaicurus, a Ilha do Joaneiro, segundo o Diretor do Serviço Agamenon Magalhães, Guilherme Albuquerque, poderá servir de Seda da COHAB, do Colégio da Polícia Militar ou de prédio de apartamento do IPSEP. 'Ainda não foi definido, diz Albuquerque, o que será construído na área. Tudo vai depender da legalização da posse da terra com alguns trechos pertencentes à união que está sendo decidido em Brasília.'

A mesma matéria ressaltava a condição de pobreza em que viviam os moradores da Ilha de Joaneiro, anotando que a:

[...] situação dos moradores da Ilha de Joaneiro, uma área de 12, 691 hectares, é das mais precárias e sub-humanas que existe no Brasil [...]. Como qualquer

³² Foram as indenizações realizadas na Ilha do Joaneiro - retirada de Barracos - para dar lugar à construção da Sede da Companhia de Habitação Popular de Pernambuco (COHAB-PE). O Valor oficial das indenizações pago por cada barraco deixa de ser mencionado, uma vez que não foi localizado o registro na COHAB-PE. A falta de preservação da memória e arquivo no Serviço Público, na nossa realidade, dificulta, muitas vezes, o levantamento de dados sobre história e prática institucional. As informações se processam, com frequência e apenas, por meio do quadro de pessoal que participou da execução dos trabalhos. Dessa forma, a história oficial se perde ao longo do tempo.

outro aglomerado de mocambos, as casas de tábuas, zinco, palha e até mesmo de papelão abrigavam verdadeiras tragédias [...]. Aos males crônicos e característicos da pobreza e subdesenvolvimento, a desinformação e alienação de sua própria realidade agravam o dia-a-dia. Os moradores não estão a par nem poderiam estar, pois não lêem jornal, não têm rádio, nem televisão do plano que o Governo tem para tal área.

E prossegue a notícia:

Assim, os moradores não teriam motivo para se preocupar com a desapropriação e seu posterior deslocamento, pois o diretor do Serviço Social Agamenon Magalhães (SSAM) afirma que isto ainda vai demorar e 'quando vier a acontecer os moradores da Ilha de Joaneiro serão consultados previamente para que se efetue um alojamento adequado deles em núcleo habitacionais da COHAB [...].

O jornal assinalou, de modo incisivo, um comportamento alienado do morador da favela. Isso estaria, segundo a matéria, condicionado ao fato de ele ser pobre e morar nesse aglomerado. Esse tipo de posição está respaldado na Teoria da Cultura da Pobreza, que tem em Oscar Lewis seu principal teórico. Nessa perspectiva, expressa Perlman (1977, p. 184).

A cultura da pobreza, em seu aspecto principal, apresenta a vida da favela como um ciclo de desespero para o imigrante e o favelado. Para Oscar Lewis, os membros da cultura da pobreza são distantes e alienados; ignorantes e desinteressados, descomprometidos e apáticos. Segundo esta teoria, as favelas caracterizam-se-iam pela indiferença e suspeita mútua, criminalidade e violência, dissolução familiar, pessimismo, baixas aspirações e incapacidade de planejar para o futuro, paralisados em suas ações por um fatalismo envolvente.

O Morar e a Moradia

Tanto essa teoria quanto a matéria do jornal detém um conteúdo classista que privilegia uma postura de desigualdade social e condena o pobre a uma posição de inferioridade.

Equivocadamente, a matéria do jornal nega a existência da comunicação oral e o acesso que essa população tem a informações institucionais, provenientes de meios diversos: funcionários de instituições, assessorias que dispõem, entre outras, e os meios de comunicação de massa, inclusive os jornais.

Ao imputar-lhe a incapacidade de compreensão, alienação e falta de entendimento dos fatos, nega a possibilidade de o pobre escolher e decidir sobre aquilo que afeta sua vida e de partilhar das decisões da sociedade. Em consequência, o clientelismo e o paternalismo são experiências, por vezes, fortemente vivenciadas na favela onde se adota uma “prática de ajuda” aos indivíduos considerados inferiores, massa de manobra. Essa visão é distorcida e não condiz com a realidade, assunto que será abordado mais adiante.

A afirmativa do representante do Serviço Social Agamenon Magalhães (SSAM) se contrapunha à ação em marcha, de acordo com leitura da mesma matéria de jornal citada:

Entretanto, Assistentes Sociais, Engenheiros e outros técnicos que se identificaram junto ao povo como funcionários da COHAB já visitaram exaustivamente a área, demarcaram o local e quais as ruas que iriam ser desapropriadas e chegaram à fase de entendimentos com muitos moradores para as condições que têm de assumir o compromisso adquirir uma casa da COHAB ou se preferirem uma indenização.

Mais adiante, constata:

[...] muitos moradores afirmam não ter dinheiro para pagar uma casa da COHAB e alguns, como Leonardo Gomes que mora na parte privilegiada, não se incomodariam de sair desde que fossem indenizados no valor exato de sua casa - Cr\$

170.000,00. As Assistentes Sociais que visitaram falaram sobre a possibilidade dele ir para uma casa da COHAB. Mas ele não concorda em sair de nossa casa, aqui perto da cidade, para ir morar longe e ainda pagando prestação mensal de casa da COHAB [...].

As imagens repassadas pela Imprensa tornam claro o estado de pobreza dessa população, no entanto, contraditoriamente, justificam sua retirada para que o espaço passe a ter outro uso. Dessa forma, entra em sincronia um pacto com a sociedade, uma vez que, ao justificar o novo uso da área, assume a importância do afastamento da pobreza, colocando-a mais distante da urbis, encastelando-a cada vez mais.

A ação de afastamento identifica-se com a interpretação analítica de Valladares (1978, p. 33) ao assinalar:

[...] uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em áreas distantes não visíveis [...] a favela é vista enquanto ‘aglomerado que atrapalha’ o dia a dia da classe média, cuja permanência é incompatível com o desenvolvimento imobiliário da cidade e cujo espaço caberia ‘por direito’ aos estratos médios.

Muito embora seja mencionado que a população seria consultada sobre sua saída da área em questão, fica, também, visível que as decisões se situariam na esfera do poder central-Brasília.

Entretanto, a conjuntura política do País já apontava para novos caminhos: a “abertura”. Momento quão bem aponta Silva (1988, p. 16): “O Movimento de Bairros é alvo de uma intensa mobilização a partir de 1977, quando as organizações populares voltam a intervir no cenário político, reivindicando o fim do regime militar.”

Tal fato favoreceu a ação dos moradores no sentido de mobilizarem-se, internamente, como forma de resistência e, simultaneamente, articularem-se com grupos externos a área na busca de apoio: Igreja,

representação popular e outros. Esses fatores desempenharam um papel significativo, contribuindo para evitar um maior número de indenizações. É corrente, no meio da população, informações de que os terrenos que margeiam a Avenida Agamenon Magalhães seriam destinados à construção de prédios públicos e outras edificações de porte. O terreno utilizado pela COHAB apenas iniciaria a expansão.

Mesmo com a mobilização dos moradores locais, as famílias são retiradas da Ilha. Em matéria do Diário de Pernambuco (23.09.78), sob o título “COHAB-PE Expulsa Moradores da Ilha de Joaneiro”, está registrado:

Os moradores da ilha estão sendo removidos daquele local de maneira desumana, irracional e absurda, denunciou, ontem, o vigário de Campo Grande, Frei José Milton. O padre, há cerca de três anos, vem ajudando o povo daquela área a se organizar na defesa dos direitos humanos e agora apela pelas famílias que estão sendo removidas abruptamente das suas casas para dar lugar à construção da sede a COHAB-PE³³ na Avenida Agamenon Magalhães. Segundo ele, as indenizações, na maioria dos casos, estão sendo injustas e insuficientes para que as famílias possam se estabelecer de maneira condizente em ares seguras.

É importante ressaltar que a ação desencadeada pelo Estado, no caso, ao extinguir os barracos do local onde estavam assentados, provocava um movimento de mobilidade intraurbano dos favelados na cidade recifense. Sem outra alternativa, deslocavam-se para favelas existentes ou engrossavam as fileiras dos que ocupam novas áreas, constituindo novas favelas.

A construção do Edifício Sede da COHAB não se constituía numa obra isolada, mas integrava os planos do poder público quanto à definição de uso das margens da Avenida Agamenon, formando um eixo de construção de obras públicas, assunto citado anteriormente. Além da COHAB, o Centro de Convenções do Estado de Pernambuco,

³³ A construção do Edifício Sede da COHAB-PE foi executada num período de seis meses, sendo inaugurada ainda em fase de acabamento no dia 14.03.1979.

Rosa Maria Cortês de Lima

situado no limite entre os municípios de Recife e Olinda, próximo à Tacaruna, encontrava-se em adiantado estágio de construção, e para ceder-lhe espaço, famílias foram removidas.

O Diário de Pernambuco (10.11.77), em matéria intitulada: “COHAB derruba hoje a Vila da Tacaruna”, assim aborda o assunto:

A falta de condições financeiras para pagar as casas da COHAB é o principal problema das famílias despejadas das 47 residências da Vila da Tacaruna. Ontem à tarde, quem já tinha recebido chave para entrar na nova casa – numa vila de COHAB no bairro de Rio Doce [...] na Vila da Tacaruna, o aluguel das casas varia entre 70 e 112 cruzeiros incluindo os gastos com água e luz. As casas, como afirmaram os moradores, são maiores do que as da COHAB, e no local eles não têm despesas com condução [...] Agora – salienta Ivanildo – ‘vamos passar fome para pagar a casa da COHAB. A mensalidade não inclui água e luz, teremos que pagar por fora. Também vamos gastar com condução, mudar o colégio dos filhos, acordar mais cedo para trabalhar e ainda por cima morar numa casa muito pequena. Muita gente está levando tijolo e telha para aumentar. Ela não dá para nossas famílias.’

A Avenida Agamenon Magalhães, incluída nos Planos e Projetos Municipais em 1969, acelera o processo que já vinha em curso, compondo, a partir de então, de forma definida, o eixo de construção e obras públicas. Tanto esse projeto quanto a infraestrutura necessária a sua implantação passam a ser executados em períodos diferentes de governo. O Diário Oficial do Município, de 10.06.70, trata da demolição de casas construídas pelo Serviço Social Agamenon Magalhães, em Santo Amaro, totalizando 20 habitações, para dar passagem ao viaduto da Avenida Norte edificado pela municipalidade.

São informações que ganham força e passam a ter constância no Jornal Oficial do Município, deixando o registro das ações do poder municipal e as realizações de obras.

O Diário Oficial do Município do Recife (19.02.1972) informa

O Morar e a Moradia

sobre a entrega do Viaduto da Avenida Norte, prevista para agosto do mesmo ano. Enquanto o Diário Oficial do Município do Recife (11.02.1971) divulga a entrega, à população, no dia 21.02.1971, do Viaduto João de Barros “[...] que o Prefeito Geraldo Magalhães de Melo construiu ao longo da Avenida Agamenon Magalhães, proporcionando solução do tráfego no cruzamento dessa artéria com a Avenida João de Barros”.

O Centro de Convenções do Estado era concebido e defendido como um bem para a cidade. As condições em que as famílias foram recolocadas ficaram em segundo plano já que o produto para a sociedade era mais importante. Segundo destaca o Diário de Pernambuco (26.10.1978):

Um Centro de Convenções não é um fim e sim um meio para o desenvolvimento turístico, principalmente uma cidade como Recife e um estado como Pernambuco [...] uma obra que há três anos parecia um sonho do Governo Moura Cavalcanti.

Outra matéria constante no Diário Oficial do Município do Recife (15.08.1978) deixa anotado: “A Prefeitura do Recife iniciará esta semana serviços de complementação da Avenida Agamenon 1ª. Perimetral do Recife no trecho entre Avenida Norte e o Complexo de Salgadinho.” As vias secundárias no mesmo trecho foram executadas também em 1978. Na década de 1970, foram construídos os seguintes edifícios: Sede da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco de 1978-79 e o Centro de Convenções do Estado 1978-79. Na década de 1980, os edifícios do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e o edifício do Ministério do Trabalho.

O contexto político do País, assinalado pelos momentos iniciais da abertura política; a pressão social em torno da habitação – que assolava os centros urbanos –; e a possível retomada das eleições diretas para governador em 1982 puseram em evidência o voto de populações residentes em áreas pobres que, ao longo da história política brasileira, vinham desempenhando papel significativo nas eleições. Tais fatos requereram um novo tratamento aos moradores

de favela. Já em 1979, o Governo do Estado criava a Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (SEHAB) e, dentro dessa Secretaria, uma Diretoria de Programas Especiais³⁴, responsável pelo trabalho de habitação em áreas de favela.

A expulsão dos moradores da Ilha de Joaneiro contou com um movimento de resistência da população. Muito embora não tenham conseguido impedir a retirada, contribuiu para evitar que a ação se ampliasse.

O Projeto Ponte do Maduro³⁵ surgiu em 1980-1981 e as negociações das diretrizes constantes nesse documento se processaram entre os representantes de moradores das quatro áreas – Chié, Joaneiro, Santo Amaro e Santa Teresinha –, e a COHAB-PE. Esse órgão propôs como viabilização econômico-financeira do referido projeto a liberação de 50m de terreno, em profundidade, ao longo de toda a faixa da Avenida Agamenon Magalhães. As famílias ali situadas seriam removidas para terrenos próximos, cuja escolha passaria por critérios das partes interessadas. O argumento de sustentação da proposta nutria-se no fato de que os recursos adquiridos com a venda dos espaços liberados financiariam o projeto das famílias

³⁴ A Diretoria de Programas Especiais, criada em 1979, originalmente vinculada a SEHAB, passou posteriormente a integrar a COHAB-PE – agente financeiro, por força da legislação em vigor, uma vez que essa diretoria operacionalizava projetos com recursos financeiros pelo BNH.

³⁵ Associação Unidas da Ponte do Maduro era constituída pelas seguintes áreas: Ilha do Chié, Ilha de Joaneiro, Ilha de Santo Amaro e Ilha de Santa Teresinha, reunidas no Projeto Ponte do Maduro. Recife, fevereiro de 1981. Essa associação foi constituída quando da elaboração do Projeto Ilha do Chié, Ilha de Joaneiro, Ilha de Santo Amaro e Ilha de Santa Teresinha conservavam-se unidas no movimento de reivindicação frente ao poder público no que tange à moradia. Esse movimento foi fortalecido em 1980 quando da elaboração do Projeto Ponte do Maduro, documento que apresenta as diretrizes para urbanização, construção de moradias e legalização da posse da terra para esses assentamentos. O projeto foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Ação Social em discussão com a população, financiado pela Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB-PE). Após atualização e adequação técnico-financeira, em 1988, e nova solicitação de recursos à Caixa Econômica Federal (CEF), o projeto de urbanização foi aprovado e encontrava-se em fase de execução, quando da realização deste estudo. Entre 1983-1984, apenas uma parcela bastante reduzida do projeto inicial foi executada na Ilha de Joaneiro e, em menor número, no Chié com recursos do Programa de Erradicação de Sub-Habitação (PROMORAR), do BNH.

deslocadas.

A proposta não foi aceita pela população. A luta prosseguiu pela urbanização das favelas e a garantia de permanência de todas as famílias residentes. A COHAB-PE, em 1981, encampou a proposta de urbanização com permanência da população e, após elaboração do projeto executivo, encaminhou-o ao Banco Nacional de Habitação (BNH)³⁶, solicitando recursos para financiamento.

O Projeto Ponte do Maduro, na sua 1ª fase, marcou uma nova forma de relacionamento do poder com a população. A resistência dessa última levou à mudança do Projeto, e o estado aceitou a urbanização da favela. Assim, foi imposto ao estado de Pernambuco o reconhecimento das reivindicações e do processo de luta dos moradores do lugar. Destaque que o País já vivenciava o processo de abertura política e a reorganização das forças populares.

1.2.5 Os Estacionamentos Periféricos

A Prefeitura Municipal do Recife, em 1985, gestão do Prefeito Joaquim Francisco, decidiu instalar postos de gasolina nos locais dos estacionamentos periféricos³⁷ da Avenida Agamenon Magalhães. A decisão provocou reação do Chié e favelas vizinhas, segundo consta no Diário³⁸ de Pernambuco (01.06.1985):

Os líderes comunitários das Ilhas do Chié, Santa Terezinha, Santo Amaro denunciaram ontem a construção de postos de gasolina nos

³⁶ Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), responsável pela Política de Habitação do País, criado em 1964 e extinto em 1986.

³⁷ Os estacionamentos periféricos foram construídos pela Prefeitura Municipal do Recife na gestão Gustavo Krause (1979-1982). Visava a desafogar o trânsito do centro do Recife e economizar gasolina. Essa época registra a primeira crise desse combustível com um aumento assustador do preço do barril de petróleo. Entre os estabelecimentos e o centro, existiam ônibus para facilitar o transporte dos proprietários de veículos. Caíram em desuso logo após o início do funcionamento.

³⁸ Sobre o mesmo assunto, ver: Jornal do Commercio, 09 de junho de 1985.

estacionamentos privados da Agamenon Magalhães, onde deveriam beneficiar as famílias residentes nas imediações, conforme projeto elaborado pela COHAB e aprovado por todas as Associações de bairro envolvidas.

Mesmo assim, os postos foram construídos, e a população perdeu parte das áreas de lazer.

1.2.6 A Avenida Água Fria – Cruz Cabugá

Em 1989, um outro fato marcou a instalação de conflito entre população e o poder municipal. Com o Projeto Ponte do Maduro já em plena execução pela COHAB-PE, a Prefeitura do Recife, na 2ª gestão do Prefeito Joaquim Francisco³⁹, através da Empresa de Urbanização do Recife (URB), planejou a construção de uma via ligando Água Fria à Avenida Cruz Cabugá, passando por Santo Amaro, o que implicaria na expulsão de famílias residentes naquela localidade. O jornal “Folha de Pernambuco”, de 11.04.89, assim abordou a questão:

O pesadelo da desapropriação voltou a tirar o sono dos moradores de Santo Amaro. Primeiro foi a construção do complexo viário da Avenida Agamenon Magalhães que mudou praticamente toda a área. Depois veio o viaduto da Avenida Norte que com as suas obras retirou diversas famílias do bairro. E agora, uma nova avenida que interligará Água Fria à Cruz Cabugá vai desalojar 20% dos moradores das favelas de Santo Amaro, próximas à Agamenon Magalhães [...] O projeto que já se encontra na Caixa Econômica Federal está aguardando apenas recursos para dar início aos trabalhos.

O assunto provoca uma mobilização das Associações de

³⁹ Joaquim Francisco exerceu o cargo de Prefeito da Cidade do Recife em duas gestões: a primeira em 1983-1985, como prefeito nomeado; a segunda em 1989-1990, como prefeito eleito pelo voto popular, afastando-se do cargo para candidatar-se a governador do Estado de Pernambuco.

Moradores das quatro áreas para discutir “[...] o futuro das famílias desapropriadas pela avenida”.

Ainda, no mesmo jornal, há a afirmativa de que o:

Diretor da URB, Romero Alencar, não acredita que a construção da Avenida Odorico Mendes prejudicará as famílias que moram em Santo Amaro. O projeto⁴⁰, segundo Romero Alencar, prevê a desapropriação das casas e não se limita a indenizar os moradores, mas também recolocá-los para uma outra área dotada de toda infraestrutura necessária.

Enquanto o projeto da nova Avenida seguia os trâmites burocráticos para a aprovação de recursos, visando à sua execução, as Associações de Moradores das quatro áreas, em conjunto com os moradores, passaram a discutir a sua construção.

Representantes das comunidades de Santo Amaro, Ilha de Joaneiro, Ilha de Santa Terezinha e Chié fazem, hoje à noite, na Sede do Centro Comunitário de Santo Amaro, uma assembléia geral dos moradores para discutir qual será a linha de ação que a comunidade deverá adotar para pressionar a prefeitura a não prolongar a Avenida Odorico Mendes até a Cruz Cabugá. [...] os líderes comunitários acusam a Prefeitura de estar querendo, com o projeto, pôr em prática a ‘Expulsão Branca’. Se queixam, também, do fato de que a COHAB já vem executando, há alguns anos, o Projeto Ponte do Maduro, que prevê a urbanização da área. O projeto da COHAB foi discutido e está sendo posto em prática em comum acordo com a comunidade. (FOLHA DE PERNAMBUCO, 09.05.1989).

⁴⁰ “O Projeto nasceu da avaliação feita pela URB de que o tráfego da Avenida Norte tem aumentado muito e, dessa forma, o trânsito passa a fluir de modo precário. Para tentar resolver esse problema, a URB pretende prolongar a Rua Odorico Mendes, fazendo-a cruzar com as avenidas Agamenon Magalhães, Norte e Cruz Cabugá. A nova Avenida terá uma extensão de quase dois quilômetros.” (FOLHA DE PERNAMBUCO, 11.04.90).

Assembleias, reuniões, denúncias em jornais locais, e reuniões com a URB, apoio da COHAB-PE⁴¹, toda a pressão exercida pelos moradores para impedir a construção da avenida não foi suficiente para bloquear a ação do Governo Municipal, restando, por parte da população, o sentimento e limite do seu poder, aqui expresso:

[...] para a abertura da Odorico Mendes à Cabugá, o povo já tinha um pouco de organização, embora o povo perdeu mais uma vez e quem estava ao longo da avenida, não atendendo ao apelo da organização, se iludiram com o dinheiro que Joaquim ofereceu e deixaram passar a avenida. Nós sabemos também que o nível de organização, de força política para impedir a abertura de uma avenida nós ainda não temos, porque eles alegam que é um direito, que tem que construir essas avenidas para passar ônibus, para facilitar o escoamento do trânsito para a cidade, e várias pessoas ligadas a leis dizem que só é possível parar com a força política e nós não temos. O movimento popular daqui foi fraco para se barrar a construção da Avenida de Joaquim.

No ano seguinte, em 1990, no decorrer da luta travada entre população que residia na área do Projeto Ponte do Maduro e a Empresa de Urbanização do Recife (URB-Recife), a avenida vai sendo construída. Para ceder esse espaço, 123 famílias foram retiradas. Desse universo, 11 famílias a URB relocou, as demais, cada uma procurou o seu próprio caminho, ocupando outras favelas. O órgão executor da abertura da nova via negociou individualmente a indenização⁴² dos

⁴¹ O órgão executor do Projeto de Urbanização (COHAB-PE), assumia a postura favorável à permanência de todas as famílias na área em evidência em apoio à posição das Associações. A abertura da Avenida pelo poder municipal implicava na expulsão de várias famílias, originando-se daí as divergências entre os dois órgãos quanto à construção da nova Avenida.

⁴² O número de famílias indenizadas – 123 – e dessas, apenas 11 relocadas, foi fornecido pela URB através do DPU/DEV. O valor das indenizações o órgão não quis fornecer. O mesmo órgão informou que a avenida começou a ser articulada em maio de 1989, sendo inaugurada em 28.09.1990. A obra foi realizada com recursos da Prefeitura do Recife. De acordo com informações prestadas pela Associação de Moradores da Ilha de Santo Amaro, e da Ilha de Santa Teresinha, o valor das

barracos com cada família a ser atingida, quebrando, dessa forma, a possibilidade da força coletiva.

Para a população, a ação do poder municipal, no caso, apresenta-se de forma contraditória, pois, à medida que as melhorias urbanas chegam às favelas, as famílias são paulatinamente expulsas.

1.3 O CHIÉ QUANDO DA PESQUISA

1.3.1 A Terra e a Moradia

Os 5,7ha de áreas onde estão assentadas as moradias do Chié constituem Terreno de Marinha, porquanto, do domínio da União e administrado pelo Serviço de Patrimônio da União (SPU), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, cujo domínio útil pertence ao Governo do Estado de Pernambuco, por força de Contrato de Cessão de Aforamento⁴³.

indenizações situou-se numa faixa de Cr\$20.000,00 a Cr\$70.000,00, e essas foram efetivadas no período de janeiro a dezembro de 1989.

⁴³ Portaria N°. 301, de 28 de agosto de 1984. Autoriza a cessão, sob o regime de aforamento, dos terrenos que mencionam situados na cidade do Recife – Estado de Pernambuco. Art. 1º - Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a cessão, sob o regime de aforamento, ao Estado de Pernambuco, dos terrenos de marinha e acrescidos, com superfície total de 432.379,29 m² (quatrocentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e nove metros quadrados e vinte e nove decímetros quadrados), constituídos das áreas denominadas Chié, inclusa no polígono formado pelas ruas Ismeralda, São Caetano, Hermílio Borba e Avenida Agamenon Magalhães e Santa Teresinha e Santo Amaro, localizadas no polígono formado pelas Avenidas Agamenon Magalhães, Cruz Cabugá e Norte, na freguesia das Graças, município do Recife, estado de Pernambuco, de acordo com os elementos constantes no processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o N°. 0480-10.032 de 1981. Art. 2º - Os terrenos a que se refere o artigo 1º destinam-se, pelo concessionário, de projeto urbanístico, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de cessão; a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União. Decorrido o prazo, não tendo a COHAB-PE concluído o projeto de urbanização, a cessão foi revalidada através da Portaria N°. 054, de 14 de março de 1990, assinada pelo Secretário do Ministério da Fazenda. Contrato de Cessão de Aforamento entre União Federal – Outorgante, e o Estado de Pernambuco, Outorgado. Processo Ministério da Fazenda N°. 0480 – 10.032/81, revalidado em 14/03/90. Portaria N°. 054. Ministério da Fazenda. O Contrato foi firmado após apresentação pelo

O governo do estado, no período deste estudo, estudava a possibilidade de sub-rogar os direitos relativos a Cessão de Aforamento à COHAB-PE, em razão da mesma ser responsável pela execução do Projeto Urbanístico e do Projeto de Legalização. Como houve a definição da destinação do uso do terreno anterior à legislação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)⁴⁴, não havia necessidade de solicitação à Câmara Municipal do Recife, a inclusão dessa área na referida legislação.

As habitações apresentavam estágio de precariedade que se estendia da avenida principal para o seu interior, denotando, de um lado, uma correlação entre renda e o padrão de moradia e, do outro lado, o financiamento realizado pela COHAB-PE, na primeira etapa de execução do Projeto Ponte do Maduro. Para essa etapa foram, particularmente, atendidas as moradias localizadas em ruas com menor risco de alagamento. As casas situadas na Avenida Agamenon e na rua principal do Chié apresentam melhores condições, ou seja, menor precariedade. Já na parte interna, encontravam-se os maiores bolsões de pobreza da favela. E, nesses trechos estavam localizadas as moradias mais precárias, bem com a situação da infraestrutura era mais agravada. Dados da Pesquisa Socioeconômica⁴⁵ indicam que 60,8% das moradias, de um total de 444 habitações, foram construídas em alvenaria, sendo em grande parte em estado bastante precário, seguindo-se do uso da madeira, 38,7%. Em se tratando de local alagado ou passível de alagamento, a madeira tende a se deteriorar com bastante rapidez. Era comum a existência de casas de

outorgado – a COHAB-PE – do Projeto de Urbanização e Legalização da Posse da Terra.

⁴⁴ Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei Nº. 14.511, de 17 de janeiro de 1983, do município de Recife, cria as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Regulamentada pelo Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), Lei Nº. 14.947, de 30 de março de 1987, instrumento político fruto da luta do movimento popular, que possibilita a legalização das áreas, em conformidade com as características que apresenta. Esta lei municipal foi atualizada com a Lei Nº. 16.303/97, de 23 de maio de 1997.

⁴⁵ A COHAB-PE, ao retornar com a população as negociações do Projeto Ponte do Maduro, por definição das partes interessadas, realizou uma Pesquisa Socioeconômica, em caráter censitário no período 1987-1988, através da Diretoria de Programas Especiais (DPE), Coordenadoria de Articulação e Acompanhamento (CAC). A Gerência dessa Coordenadoria era desenvolvida pela autora deste estudo, cargo exercido no período de 1987 a 1990.

madeira escoradas, quase caindo.

O arruamento, em alguns trechos, se apresentava bastante precário. As moradias distribuídas de forma a atender a necessidade de ocupação do território para muitas famílias, marcado, que era, por aterros sucessivos de área de mangue, sujeita a alagamento. Dessa forma, fugia ao padrão urbanístico moderno com espaços previamente planejados, caracterizando-se, portanto, pelas ruas estreitas que dificultava a instalação do esgotamento sanitário, a drenagem, o acesso de transportes, mesmo em situação emergencial, e até mesmo de pessoas. Outras ruas, mesmo definidas pela disposição das casas, apresentavam vias carroçáveis, dificultando o acesso também de veículos.

1.3.2 A Drenagem e os Serviços Urbanos

A Ilha do Chié sofria o represamento das águas em decorrência de vários fatores, podendo-se assinalar: os aterros sucessivos avançando sobre os mangues em toda a área que a circunda, deixando-a em nível mais baixo; o alargamento da Avenida Agamenon Magalhães sem a execução de obras de macrodrenagem que atendessem a área; a precariedade do aterro executado pela população.

Essa situação se agravava quando se juntavam a água das fossas e a falta de saneamento básico. No seu interior, alguns trechos apresentavam maior declividade, a exemplo do Bururu, e permaneciam alagados mesmo no verão. Nesses setores estavam localizadas as moradias mais precárias.

O canal – que corta a rua Catulo da Paixão Cearense percorrendo de Campo Grande em direção ao canal principal Derby-Tacaruna – encontrava-se em terreno natural, frequentemente cheio de lixo.

Embora a população da Ilha fosse atendida pelo sistema de abastecimento d'água da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), nem todas as moradias possuíam ligações domiciliares. A água, muitas vezes, era fornecida pelos vizinhos e retirada de torneiras localizadas no lado externo da residência. O sistema de esgotamento sanitário era bastante precário; a maioria das casas não

Rosa Maria Cortês de Lima

possuía fossas, sendo os dejetos jogados a céu aberto ou no canal.

A luz elétrica, fornecida pela Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE), não chegava diretamente a todas as moradias; algumas pessoas puxavam do vizinho ou faziam ligações clandestinas, sem controle da Companhia fornecedora. A iluminação pública era insuficiente, não estava disposta em todas as ruas ou caminhos de acesso ao local.

A coleta de lixo era concentrada nas ruas externas à favela – situadas na vizinhança. Na gestão municipal do Prefeito Jarbas Vasconcelos, (1986-1989) a Associação de Moradores solicitou ao Departamento de Limpeza Urbana da Cidade a contratação de um morador local para fazer a coleta do lixo. A proposta foi aceita. A fiscalização dos trabalhos e o acompanhamento caberiam à população intermediada pela Associação, já que esses eram os principais interessados na eficiência do serviço a ser prestado. Em reunião, discutiram a sistemática de funcionamento do trabalho e a coleta de lixo foi iniciada. Presenciei, em reunião, avaliação dessa tarefa.

1.3.3 O Transporte

O Chié contava com transporte urbano interligando a área via o Bairro de Campo Grande, onde está situado, bem como a linha de ônibus público que circula pela Avenida Agamenon Magalhães ligando Recife ao município de Olinda.

Todavia, mostraram as informações que parcela da população se deslocava a pé para a busca de trabalho no centro do Recife e/ou nos bairros mais próximos a este assentamento popular.

1.3.4 O Comércio

A Ilha do Chié contava com um pequeno comércio de mercearias e barracas que fornecia à população gêneros de primeira necessidade.

A venda em pequenas quantidades é prática comum, adequando-se, dessa forma, ao poder aquisitivo das famílias residentes.

Esse pequeno comércio, localizado no interior da Ilha, distribuía-se pelas ruas de melhor acesso e cujo imóvel, com função mista – moradia e comércio –, aponta para um maior poder aquisitivo dos proprietários.

1.3.5 Serviços de Uso Coletivo

No que se refere ao acesso à saúde, nos limites da área, os moradores do Chié recebiam os primeiros socorros por meio de um Posto de Saúde local. A Prefeitura da Cidade do Recife assume o pagamento do pessoal que trabalhava no posto – profissionais da localidade. Os medicamentos e materiais necessários para seu funcionamento eram obtidos por esses profissionais – amostra grátis, e outros, como: gases e mercúrio, por intermédio da Associação de Moradores. Fato indicativo da precariedade do acesso ao serviço saúde disponível na localidade, inclusive em relação aos recursos destinados ao funcionamento, bem como os requerimentos e a forma como a população assume atribuições e responsabilidades de competência do poder público.

O posto médico iniciou seu funcionamento na gestão municipal de Jarbas Vasconcelos (1986-1989), fruto de reivindicações da população local, visto que, até então nada existia nesse campo da operacionalização da política de saúde. Mesmo assim, funcionava de modo restrito, aspecto que traduzia a ação pública em relação à população pobre. Chié não era exceção nesse caso.

Em relação ao acesso à educação, situada no raio de abrangência do Chié, sobressai a Escola Comunitária que atendia a 120 crianças, na faixa de idade de três a seis anos. Conveniada com a Associação das Escolas Comunitárias e, através desta, recebia recursos, mesmo reduzido, da Prefeitura do Recife que se destinavam ao pagamento de monitores. Além disso, por intermédio da Associação de Moradores, a Escola também recebia recursos da Fundação⁴⁶ Nacional do Bem-

⁴⁶ FUNABEM - órgão criado por Lei Federal Nº. 4.513 de 01.12.1964, tinha como

Rosa Maria Cortês de Lima

Estar do Menor (FUNABEM) e da Legião⁴⁷ Brasileira de Assistência (LBA), destinados à merenda escolar de 70 alunos a material didático.

Já que os recursos da merenda eram suficientes apenas para metade das crianças que frequentavam a escola, a Associação utilizava o restante dos recursos que recebia de diferentes fontes para a aquisição de alimentos. Em relação ao material didático, a Associação buscava suprir a necessidade via doações da Secretaria de Educação do Estado, da Secretaria de Ação Social e outros órgãos, aspectos que denotam a frágil ação do Estado nesse campo.

As instalações da escola, no período noturno, serviam para as aulas de alfabetização de jovens e adultos. No início do ano de 1989, havia 40 inscritos, mas essa frequência caiu para 20 alunos no final do primeiro semestre. O ensino do 1º e do 2º graus era disponibilizado em escolas de bairros vizinhos.

Constata-se que em relação à educação, havia, em parte, transferência de responsabilidade do poder público para a comunidade e seus representantes. Assim, o poder público eximia-se da responsabilidade de assegurar o acesso à educação para a população local, ao mesmo tempo, a luta da população para prover esse acesso gerava uma constante busca de recursos em diferentes órgãos públicos, federal ou local, mesmo assim, o conjunto de energia da população envolvida nessa luta tinha resultado insuficiente. Ficava patente a ausência da ação do Estado no sentido de assegurar respostas consistentes e consequentes para a população.

1.3.6 O Culto Religioso

A capela – Igreja Católica – era um marco no Chié. Esteve sempre vinculada à organização popular desde os primeiros momentos,

competência a formulação e implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor no território Nacional. A Lei Federal Nº. 8.069, de 9 de setembro de 1990, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁴⁷ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada por Decreto-Lei Nº. 4.830, de 15 de outubro de 1942, sendo extinta por meio do Art. 19, inciso I, da Medida Provisória Nº. 813, de 1º de janeiro de 1995.

anterior a 1964 – período da ditadura militar. Suas instalações, permanentemente, estavam à disposição da população para reuniões, assembleias ou mesmo como apoio e estímulo à organização do movimento popular.

As incursões da linha da Igreja Católica Progressista, no Recife, foram muito fortes e sintonizadas com o movimento popular urbano, assim como com a população moradora das áreas de favelas e assentamentos populares. O Arcebispo de Olinda e Recife – Dom Helder Câmara –, nomeado em 1964 para exercer papel central nesse processo e integrava a da linha progressista da Igreja Católica.

A partir de 1978, com o andamento da abertura democrática no País, o Arcebispo assume postura mais incisiva de apoio aos segmentos populares, referenciado na Teoria da Libertação, muito embora já em 1970 tivesse denunciado as torturas no Brasil, em viagem à Europa.

A Igreja tinha como braço político a Comissão de Justiça e Paz, que assessorava o movimento popular, atuando no campo jurídico em apoio à população pobre moradora de assentamentos populares e às ocupações de terra urbanas no Recife e na Região Metropolitana do Recife (RMR), para uso habitacional. No Chié e áreas vizinhas, essa assessoria se fazia presente.

Existia, também, uma Igreja Protestante – Assembleia de Deus – e quatro Centros Espíritas. Esses últimos contavam com grande número de frequentadores. Contudo, o espaço da Igreja não era disponibilizado para reuniões da comunidade. Prevalecia somente o uso religioso.

1.3.7 Formas de Associação

A Associação mais importante da favela era a Associação Comunitária dos Moradores da Ilha do Chié (ASCOMIC), fundada em 1980 e registrada em 16.02.1981. Em 1990, congregava aproximadamente 680 sócios. Desde que foi criada, tinha assumido as lutas da população, buscando agrupar as pessoas para a ação coletiva.

Rosa Maria Cortês de Lima

Ainda se identificavam na área: os Grêmios Esportivos, Catuense e o 15 de Dezembro, que tinham como atividade predominante o futebol. Seus jogadores participavam de campeonatos e disputas amistosas com times de áreas vizinhas e outras; a Escola de Samba Unidos do Chié e Jaqueline no Frevo alegravam a Ilha no período carnavalesco.

Por ser uma área de pequenas dimensões territoriais, a Ilha do Chié é percorrida em toda sua extensão em 30 minutos. Para os representantes da Associação de Moradores, esse é um dos fatores que favorecia a mobilização, pois facilitava a permanência de relações sociais primárias, e podia ser considerado como um aspecto significativo para a mobilização e organização popular.

A diferenciação social que, no passado, perpassava pela relação de vizinhança e discriminava os habitantes da favela, levando-os a enfrentar uma rejeição ostensiva, apresentava-se, no período da pesquisa, como um fato parcialmente superado. A dimensão dessa relação pode ser percebida nas imagens expressas por um entrevistado, a seguir:

[...] graças a Deus, foi aqui que eu consegui me juntar com meus amigos e agredir a sociedade lá fora, porque quando eu não podia subir aí (vizinhança de Campo Grande) porque era tratado como marginal, hoje em dia já sobe e é considerado cidadão [...] eu não passei para o lado deles, eu fiquei com eles [...]

1.4 O PROJETO DE URBANIZAÇÃO

O Projeto de Urbanização⁴⁸ da Ilha do Chié, implementado a partir de 1989, é parte integrante do Projeto Ponte do Maduro, conforme já

⁴⁸ Projeto de Urbanização Ponte do Maduro foi elaborado para um conjunto de quatro áreas próximas territorialmente – Santo Amaro, Santa Teresinha, Ilha do Chié e Ilha de Joaneiro. Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco. Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco, 1988.

foi descrito no decorrer deste trabalho. Ele pode ser compreendido segundo de dois momentos: o primeiro, situado entre 1981-1983, registra o conjunto de propostas elaboradas para a urbanização da área, e um projeto executivo em 1988, encaminhado à Caixa Econômica Federal (CEF) para captação de recursos destinados a financiar a obra.

Do primeiro momento, resultaram ações como: aterro, em pequena escala, em trechos situados nos limites da favela com a Avenida Agamenon Magalhães e financiamento para construção de 127 moradias localizadas nas ruas principais e cujos terrenos exigiam menor volume de aterro. O segundo momento é aqui abordado prioritariamente, uma vez que os trabalhos estavam em fase de execução quando da realização desse estudo naquela favela.

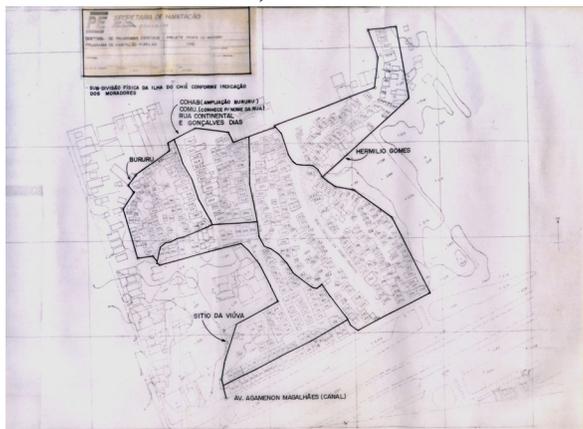
1.4.1 Aspecto Urbanístico e a Infraestrutura

Constam como propostas básicas do Projeto de Urbanização da Ilha do Chié: abertura de ruas, liberando espaço para o acesso coletivo e implantação da infraestrutura; e a redefinição dos lotes para cada unidade habitacional.

Como ponto de referência, seria conservado o traçado urbanístico, naturalmente definido pela população no curso do processo de ocupação. No entanto, estava previsto a redefinição de alguns trechos que apresentassem estrangulamento quanto à forma de ocupação, que dificultassem o acesso interno de pessoas e a implantação da infraestrutura.

Quanto à redefinição dos lotes, tinha seu suporte na necessidade de atender as famílias residentes na favela, evitando, desse modo, a expulsão de moradores.

Mapa N° 03: Subdivisão Física da Ilha do Chié conforme
indicação dos Moradores.



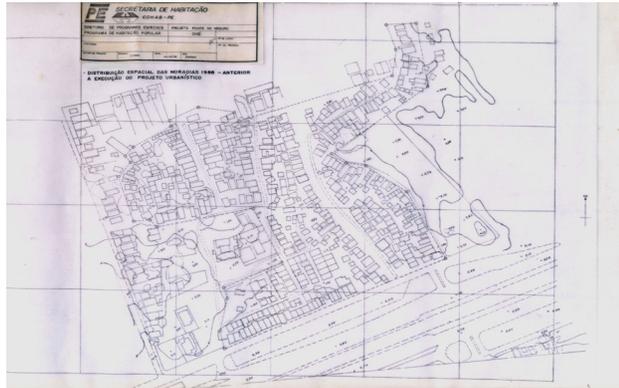
Fonte: Cohab, 1988.

O MAPA N° 04 traduz a perspectiva da favela na forma de ocupação anterior à execução do Projeto de 1988, e o MAPA N° 05 mostra a mesma favela após o plano de loteamento decorrente da implementação do Projeto Urbanístico e como se encontrava na ocasião da realização deste estudo.

As propostas de infraestrutura estavam centradas no seguinte:

- Regularização do canal de drenagem que corta a área pela rua Catulo da Paixão Cearense - esse canal possibilita a drenagem das águas provenientes de Campo Grande, ligando-se ao Canal Derby-Tacaruna;
- Drenagem de águas pluviais, através de canaletas a céu aberto;
- Esgotamento sanitário;
- Complementação da rede de energia elétrica e de água;
- Calçamento das ruas.

Mapa Nº 04: Distribuição Espacial dos Moradores, 1988 - Anterior a execução do Projeto Urbanístico.



Fonte: Cohab, 1989

A diretriz da Associação de Moradores e população local, para implementação do projeto, centrava-se na reordenação de espaço físico, de modo a assegurar a permanência de todas as famílias no local. Caminhando com vistas a essa diretriz, os terrenos foram redefinidos, inclusive para atender as famílias que moravam em quarto alugado, no total de 86 famílias, de acordo com Pesquisa Socioeconômica, já citada.

Os melhoramentos, como definia a população – canal, esgotamento sanitário, água, luz, arruamento – , implantados com a execução do projeto mudam, não apenas o retrato em branco e preto da favela, mas a expectativa e a perspectiva da população face a um lugar no espaço urbano, na cidade do Recife. Igualmente, tende a modificar a imagem externa da favela pelas mudanças das condições de infraestrutura, alterando aparentemente as condições de pobreza ou fatores vinculados e constitutivos da situação de pobreza e associados à sujeira e à marginalidade.

Uma outra perspectiva emerge na medida em que os moradores passavam a entender a execução do projeto urbanístico. Nesse sentido, diz um entrevistado:

[...] era mangue, uma área que não era beneficiada em nada. Cada um que fosse aterrando seu cantinho [...] mas a COHAB só foi aterrar um dia desses. As casas também não eram de alvenaria, eram barrocos. Hoje a área está beneficiada [...].

O termo “beneficiada” – confunde-se com o direito ao acesso aos serviços de infraestrutura, no atendimento de tais serviços a esse segmento da população.

Pode-se também captar as forças que interferem na obtenção dos melhoramentos: uma originada internamente, proveniente da própria favela, outra externa a ela. Em mais um trecho de entrevista com moradores apreende-se:

[...] depois que veio esses melhoramentos pela COHAB, e essas meninas da Associação que trabalha muito, a gente estava atolados e quase ninguém vê isso. Arraes (Governador de Pernambuco [1987-1990] também fez muita coisa. Ele já veio fazer visitas aqui e ninguém mais veio. Acho assim: a gente estava arrasados. Minha casa já tinha caído há tempo [...].

A fala antecedente poderia indicar a concentração de força mais acentuada da Associação escolhida pela população, do que naqueles que elegeram os moradores. Em continuidade à leitura do depoimento, constata-se que a presença do governante na favela confirma um compromisso com o interesse de habitantes do lugar, isto porque corresponde, também, a uma ação executada no seu período de governo – execução do projeto urbanístico –, e não apenas uma proposta ou uma discussão sobre o mesmo.

O volume de necessidades não atendidas que cerca a população pobre situa-se num embate permanente por respostas concretas, perpassando as contradições postas na sociedade.

1.4.2 A Construção das Moradias

O início da construção das moradias no Chié, em 1988, marca uma nova fase na vida dos moradores. Anos de luta cuja expectativa parece direcionar-se para um ponto básico de referência: assegurar a continuidade no local melhorando, simultaneamente, as condições de moradia. Os recursos para construção das habitações originaram-se da Caixa Econômica Federal (CEF), resultantes de Convênio firmado no ano de 1987, entre esse órgão e o Governo do Estado de Pernambuco. Esses recursos destinavam-se ao financiamento de casas para população de até três salários mínimos – o Programa Autoconstrução⁴⁹. O valor máximo financiado para cada unidade habitacional atingia 240 URF's⁵⁰, o que na prática permitia a construção de uma casa de dois quartos.

Na primeira etapa da construção, foram financiadas 18 unidades, correspondendo ao Plano Piloto para área. A construção das

⁴⁹ A construção das moradias era executada por intermédio do processo de autoconstrução: as casas são construídas pelos moradores, ou por pedreiros por eles contratados; o material era fornecido pelo Banco de Material de Construção (BMC), criado pela COHAB-PE em 1987, e o valor da mão de obra liberado pelo órgão em três parcelas, como parte do financiamento da moradia. O governo do estado, na 2ª gestão Miguel Arraes de Alencar, 1987-1990, priorizou os Programas Habitacionais destinados ao atendimento a famílias situadas na faixa de renda de até três salários mínimos – expressão dos compromissos selados no decorrer da campanha na perspectiva de melhorias das condições dos assentamentos populares, financiamento de moradias e legalização do chão. O estado, por intermédio da COHAB-PE, funcionou como indutor do programa, apoiando a população no processo de construção e melhoria de habitações. “Foram realizadas mais 18.000 construções e melhorias de habitações em 141 localidades, das quais 5.580 constituem-se novas unidades construídas em conjuntos habitacionais, 9.613 referem-se a construções e melhorias de habitação por autoconstrução em assentamentos populares, assistidas tecnicamente pela COHAB-PE, e 2.229 compreendem casas que receberam materiais fornecidos pelo Banco de Material de Construção através de outras instituições. Foram, ainda, beneficiadas, diretamente, 11.268 famílias com novos lotes na malha urbana do Recife, e 33.781 famílias com a regularização de suas moradias. Por meio de intervenções de caráter coletivo, 132.000 foram também beneficiadas em seu espaço de moradia, com ações de urbanização, tais como: redes d'água, de esgoto, de drenagem, de eletrificação, contenção de encostas, pavimentação etc.” Ver: Política de Habitação Popular em Pernambuco (1990, p. 79).

⁵⁰ Valor de Referência Financeira (VRF) – Unidade Monetária utilizada como referência para definir o valor de financiamento de cada unidade habitacional.

Rosa Maria Cortês de Lima

habitações antecedeu a implantação do Projeto Urbanístico da Ilha como um todo, já que esse não havia sido aprovado pelo órgão financiador. No trecho do Plano Piloto, a COHAB executou o aterro necessário à construção das casas e comprovou, junto a CEF, a viabilidade do Projeto.

A construção das moradias - em alvenaria - representava o ultrapassar de diferentes momentos de vida da população do lugar, sucedidos no tempo, e aqui relatado e registrado na recomposição da história oral por esses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, afirmam:

[...] era o sol quente e a casa cheia de água. Era uma casa de tábua [...].

[...] era casa de tábua, lama [...].

[...] e agora saiu minha casinha de alvenaria [...].

[...] então eu fiz o empréstimo da COHAB para fazer outra [...].

Mas, também, expressam as dificuldades vividas por ocasião da execução das obras.

[...] e também a COHAB que demora muito a dar os empréstimos e os materiais [...].

[...] agora é que estão saindo as casas, que não saíram todas [...].

O Bururu foi a subárea seguinte a ser atendida com o financiamento das casas. Sucederam-se, então, as demais construções que estavam em acordo com as condições previstas no Projeto Urbanístico. Ao final desse estudo, 204 moradias haviam recebido financiamento.

Entre fantasia e realidade, constatava-se o papel de fragilidade da população pobre frente ao poder do Estado. Entretanto, o que

surge de forma mais marcante e que parece tornar-se bem clara é a expectativa dos moradores face à moradia, definida nas imagens aqui representadas e referentes à concepção de moradia digna de um entrevistado:

[...] moradia digna [...] é ter uma casa, sair da lama, ter uma casa de alvenaria com esgoto sanitário. Não se compara uma casa de alvenaria com uma tábuas, né? E com uma maré na porta, que para sair você tinha que tirar o sapato. E hoje você sai calçado [...].

1.4.3 A Legalização⁵¹ da Posse da Terra

A legalização da posse da terra constituía-se em uma questão de grande relevância e significado para a população da Ilha do Chié. Com base nas entrevistas, pode-se perceber que o fato de a legalização do chão não ter sido consolidada, ainda, representava uma ameaça à continuidade da população naquele local. Seja essa uma ameaça advinda de possíveis ações do poder público que detém os instrumentos legais para dispor da terra, ou do processo de especulação imobiliária que avança sobre a área, fruto do modo de urbanização prevalecente e que historicamente marcou a cidade do Recife, em especial, a concentração da terra.

Nessas circunstâncias, entendem os moradores que não dispõem de instrumentos suficientes para bloquear o processo de expulsão.

⁵¹ No período de publicação deste trabalho, está em curso o Projeto de Regularização Fundiária implementado pelo estado de Pernambuco e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Trata-se de Terras de Marinha, portanto terras do domínio da União, decorrendo daí, a participação da SPU. De acordo com a Lei Nº. 17.930/2013, altera o zoneamento da cidade, instituindo como Zona Especial de Interesse Social I - ZEIS I, a Área Denominada Chié. Art. 1º Fica instituída como Zona Especial de Interesse Social I - ZEIS I - , CHIÉ, a área poligonal localizada entre as ruas: Avenida Governador Agamenon Magalhães, Rua Guaianases, Rua Guaicurus, Rua Esberard, Rua Luis Correia de Brito, localizada no bairro de Campo Grande, nesta cidade. Parágrafo Único - Esta ZEIS I está delimitada no anexo I em coordenadas UTM, no sistema de referencia SIRGAS/2000, e demonstrada em planta constante do anexo II, desta lei. Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Recife, 04 de novembro de 2013.

Rosa Maria Cortês de Lima

Nas imagens que transmitem, segundo as entrevistas, deixam transparentes as suas questões e preocupações.

[...] pelo meu ver foi assim: o governo entrou e enquanto eles não deram a posse da terra, pelo meu ver, ainda não é nossa. Se um dia eles nos derem a posse da terra, eles nunca vão colocar a gente para fora. Enquanto eles não derem a posse, para mim, continua como qualquer outro governo, tanto pode dar como tirar. Pode chegar aqui e mandar a gente vender a casa [...].

[...] por uma parte, essa COHAB entrou para dar melhoria, mas até agora não estão falando em nada de posse. Eu só estou vendo fazer as casas [...].

[...] o medo da gente agora é que disseram: a Tacaruna foi vendida, e vão construir um Shopping⁵²; o projeto aqui, é querer acabar com a gente para fazer prédios, o pessoal não quer uns favelados aqui. O projeto dele é fazer ruas, Shopping, prédio como: a COHAB, o Centro de Convenções, porque aqui é o centro da cidade. Quando eu quero vou para Peixinho, Água Fria, centro da cidade [...].

Para os moradores do Chié, essa é uma luta que parece não ter fim. O fato das casas serem financiadas com recursos do poder público e a posse da terra não ter acontecido, ainda, para cada família, punha sob suspeição a seriedade do projeto, conforme expresso em entrevista: “[...] falta ainda assinar o processo de posse da terra. Nós moramos aqui, mas é como se não fosse da gente [...]”.

Ademais, deixava transparecer certa confiança na concretização de expectativas do morador, ao relatar: [...] o governo vai nos dar a posse da terra e garantir que a gente vai ficar aqui [...].

Cabe ressaltar que, além das ações de infraestrutura,

⁵² O Shopping Tacaruna, localizado defronte ao Chié e, ao lado de Santa Terezinha, foi inaugurado em 29 de abril de 1997. Informações levantadas indicam que os argumentos para a sua criação estariam assentados na busca de favorecer a articulação entre os municípios do Recife, Olinda e Paulista. Este shopping situa-se franja do território do Recife e limite com o de Olinda.

concomitantemente, a COHAB-PE elaborou um Projeto de Legalização da Posse da Terra que só poderia ser operacionalizado ao término da urbanização, quando o loteamento estivesse definido.

Uma outra questão emerge, por ser a terra aforada ao Governo do Estado, este poderia realizar a legalização da terra, usando como instrumento a escritura pública – o que encareceria por demais cada escritura particular. Contudo, o estado transferindo a terra à COHAB-PE, esta poderia legalizar por meio do instrumento da escritura particular, por força da legislação que criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), órgão ao qual era vinculada.

De uma luta incessante, individual, juntando lama, incorporando restos de materiais – lixo, metralha, barro –, o solo vai sendo progressivamente construído, e nele vão se erguendo os mocambos, dentre uma vasta área de mangue, inicialmente distante uns dos outros. Pouco a pouco, a ocupação vai se adensando e a ação isolada assume feição de uma ação coletiva, cujo produto é a favela.

O manguezal em seu estado natural não parecia despertar maiores interesses. Com a criação do solo, abrindo espaço para a ocupação pelo homem, essa vasta área passa a ser incorporada à cidade. Se isso poderia repercutir positivamente para a população que o criou, tornava-se, na prática, um elemento ameaçador, impondo riscos permanentes de expulsão.

E sob o argumento da necessidade de renovação e expansão urbana, o conflito de interesse entre poder público e população emerge de forma transparente, se concretizando na prática em diversas tentativas de expulsão, algumas das quais efetivadas em parte.

Ambigualmente, em meio a esses conflitos, o poder público sistematicamente vai reconhecendo a existência da favela ao instalar os serviços de água, luz, coleta de lixo, abertura de vias de acesso, até o último e mais significativo – a urbanização da favela.

Isso, porém não ocorre naturalmente, mas ora através de uma luta surda e contínua – a resistência –, ora por intermédio de atitudes mais incisivas via organização popular.

A história da ocupação do solo no Recife tem demonstrado que a expansão urbana da cidade registra um avanço significativo por sobre os espaços que abriga a população pobre.

Rosa Maria Cortês de Lima

E quem hoje trafega pela Avenida Agamenon Magalhães – não tem ideia de tantas e quantas histórias de vida estão registradas ou vão registrar-se por esse caminho. A fala de um entrevistador transmite a marca do processo histórico, numa perspectiva do dia seguinte:

[...] é orgulho (morar no Chié). Há muito tempo, é praticamente uma área onde eu vi a urbanização chegar e quando eu cheguei para morar aqui não existia nada disso. Hoje, é um orgulho porque foi uma coisa construída com o esforço da população. A comunidade toda está envolvida nesse processo apesar de algumas coisas que a gente espera superar, com a esperança de controlar e contornar essa situação que é um problema social grave que acredito não só existir no Chié, mas sim, em todas as áreas que está em início de urbanização: como é considerado favela, lugar quente, ameaçador, cheio de malandros, vadios e viciados. Hoje, nós vemos que a população do Chié está melhorando, um dia tudo isso vai acabar aqui dentro e nesse dia a gente é que vai ser privilegiado [...].

A fala reúne o sentimento de ocupar, habitar o lugar. Aponta para elementos que se associam a visão do outro em relação a favela e seus moradores. Demarca processos de luta e de enfrentamento. Anota a criação e construção de espaços de esperança e de inserção no ambiente urbano.

CAPÍTULO 2

MORADIA E TRABALHO

Ao considerar-se local ocupado pela população pobre no espaço urbano como ponto fundamental para o acesso ao mercado de trabalho, procurou-se, neste capítulo, expor e analisar, sustentado nas representações do morador da favela, a relação que o este estabelece entre moradia e trabalho.

A ocupação geográfica de espaço pelo homem ultrapassa os limites exclusivos do uso para moradia. Situa-se num processo de dimensão histórica e insere-se em circunstâncias políticas. Nesse contexto, fatores de ordem social, cultural e econômica, intrinsecamente relacionados, refletem as formas de apropriação do urbano por diferentes classes sociais.

A partir da compreensão exposta acima, segue-se a abordagem do tema, situando-se: localização da favela, acesso aos serviços urbanos, sobrevivência, trabalho, pobreza e renda, entendidos como fatores intervenientes na relação moradia e trabalho.

2.1 LOCALIZAÇÃO E TRABALHO

Na Ilha de Chié, muitas são as justificativas apresentadas indicando porque os moradores desse território se identificam como habitantes da área urbana da cidade do Recife. A identidade social constrói-se a partir de um conjunto estruturado de múltiplas imagens, diferenciando-se da identidade fechada em si mesma, conjugada num mundo acabado. A identidade de morador urbano é parte de um fragmento de inúmeros fatores, articulados ao redor de um ponto de referência. (ZALUAR, 1985, p. 87). Quando da realização das entrevistas, os moradores ao serem indagados sobre “O que é morar no Chié e como situam a área em relação à cidade”, obteve-se, como afirmativa mais frequente para definir o morar na favela do

Rosa Maria Cortês de Lima

Chié, a expressão: “É perto.” Assim, identificam a proximidade física da favela com o centro da cidade, os bairros da vizinhança - Campo Grande, Encruzilhada, Boa Vista, Santo Amaro -, onde se localiza o mercado de trabalho, e a possibilidade de nele se inserirem. Falam:

[...] é perto de tudo [...].

[...] eu me sinto uma barona morando aqui, porque é como se fosse o centro da cidade [...].

[...] é como se fosse o centro da cidade [...].

[...] é perto da cidade⁵³. Tudo que a gente quer é perto [...].

[...] Chié hoje é uma área privilegiada, porque fica bem próxima do centro [...] o Recife em si, é praticamente o centro comercial aonde traz para o Chié as fontes de renda, através do comércio [...] então morar no Chié é morar no centro da cidade. Temos medo de um dia ter que sair daqui para ir morar afastado do centro. Para mim mesmo, que minha atividade é comércio, apesar de ambulante, está muito ligado ao centro da cidade [...].

O morar retém uma compreensão que extrapola o espaço ocupado com a construção da moradia. Na interpretação de Santos, M. (1979, p. 18):

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão

⁵³ “É perto da cidade”. Cidade significa, sobretudo, dizer o centro do Recife e as adjacências da favela: os bairros da Encruzilhada, Derby, Boa Vista, Espinheiro onde estão localizadas áreas comerciais e de serviços que oferecem a possibilidade de acesso ao trabalho ou ganho que contribuam para sua sobrevivência e da família. É interessante ressaltar que a classificação do Chié como área “perto” apresenta-se em posição de destaque na totalidade das entrevistas.

O Morar e a Moradia

presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.

Essa dimensão pode ser captada no depoimento a seguir anotado, configurando, de modo resumido, o significado de morar nessa localização urbana⁵⁴, assim como a identidade⁵⁵ que o morador mantém com o meio. De tal modo que,

[...] para os moradores daqui é um sonho. Perto da Avenida Agamenon Magalhães, perto do Cemitério de Santo Amaro, quando morre uma pessoa vai mais de 200 para o cemitério. Farmácia também é perto, praças, quadra, tem o Centro de Convenções. A gente não vai, mas escuta o show daqui. Já escutei o show dos Engenheiros do Havaí. É um outro sonho morar aqui. É morar perto do local de trabalho, perto de atendimento médico. Eu tenho três hospitais. Quando os filhos ou a mulher está doente, até a pé a gente leva para o hospital. E os custos são mais baratos. Moramos perto da praia (Olinda), tem mangue, que quando não temos nada em casa vamos lá e pegamos três ou quatro caranguejos, faz um ensopado com farinha e quebra o galho. Até para tomar cachaça mesmo, o tiragosto está na maré. E tem o prazer de estar perto da cidade [...].

Quando o entrevistado aborda a localização da favela, sua fala transmite a diferenciação que consegue formular entre “é perto” e “mandar a gente para os interiores” – porquanto implica ser

⁵⁴ Para um estudo com indicações teóricas sobre localização da terra como instrumento de valorização imobiliária ver: Villaça, 1985.

⁵⁵ Sobre identidade ver: Stoffels (1977); Zaluar (1985); Laing (1963).

removido para áreas distantes, fora do perímetro urbano. Nessa perspectiva, rejeita a prática da pressão exercida sobre a população pobre em direção à periferia – áreas distantes do centro urbano –, como consequência da dinâmica da urbanização gerada pelo modo de expansão capitalista no Brasil.

A distância espacial aventada permite aludir a respeito do entendimento sobre o processo de exclusão, analisado por Meyer (1979, p. 154-155). Nessa perspectiva, a autora assevera que a “[...] instalação física das populações de baixa renda nas cidades tem gerado núcleos de habitação segregada [...]”. E prossegue: “Distinguimos dois momentos do processo de segregação: a favela urbana e as cidades-dormitórios”. Quanto à favela, acrescenta: “Seu aspecto mais agressivo se deve à sua implantação junto às zonas mais urbanizadas das cidades onde a oferta de trabalho é maior e é possível a eliminação dos transportes”. E diz: “[...] comparada com as cidades-dormitórios, as favelas contêm ainda elementos ‘positivos’”.

Seguindo a sua linha de raciocínio, a mesma autora assevera: “Assim, a ocupação das áreas respeitava as conveniências dos favelados: estes procuravam estar próximos do trabalho, apesar do seu baixo poder de consumo, participavam da vida urbana de forma efetiva”.

A segregação⁵⁶, para alguns autores, pode ser compreendida como resultado de um processo de exclusão social. Dessa forma, a localização da favela dentro do espaço urbano agride o processo de modernização da cidade, reforçando a necessidade de eliminá-la. Os pobres urbanos, em determinadas realidades, são sempre destinados à periferia – áreas mais distantes do núcleo urbano.

A questão fundiária⁵⁷, a propriedade privada do solo, a valorização dos terrenos situados nas áreas centrais da cidade próximos aos serviços urbanos básicos encarecem o preço da terra, criando obstáculos à continuidade da população nessa área. Relegada à periferia, enfrenta maior dependência da intervenção do Estado no atendimento dos serviços coletivos.

Ribeiro (1982, p. 29-47) ao analisar a questão fundiária enuncia:

Ela se expressa, de um lado, pela necessidade

⁵⁶ Sobre o tema segregação ver Banduki (1979); Santos (1987); Campanário (1984).

⁵⁷ Ainda, sobre o assunto ver: Lojkine (1979).

O Morar e a Moradia

de grandes quantidades de solo urbano para a produção dos objetos imobiliários que se contrapõem no imenso parcelamento do uso da terra urbana, característica marcante de todas as cidades capitalistas. De outro lado, a propriedade privada da terra é um monopólio sobre um elemento fundamental da produção dos objetos imobiliários.

Enquanto Low-Beer (1983, p. 31-41), ao discutir a respeito da mesma questão situada no tecido urbano, busca mostrar diversos fatores que de interferência e afirma:

Um outro fator que contribui para aumentar rentabilidade do investimento em terras urbanas tem sido o grau de intervenção do Estado no desenvolvimento urbano, através das políticas de inversões em transportes, vias públicas, habitação e outros serviços.

O caso do Chié apresenta dados significativos capazes de questionar os efeitos da segregação, a existência ou não nesse lugar segundo os moldes analisados pelos autores. Com a sua história mostra as relações entre classes diferentes se reproduzem espacialmente e se ampliam garantindo pontos de confluência na criação do espaço social. De fato, isso evita a ocorrência do confronto no sentido de que o círculo seja fechado e assegure uma segregação espacial.

Na vida cotidiana dos pobres, em certos sentidos, há uma clara compreensão das implicações de residir em áreas distantes, mesmo quando estas áreas oferecem maiores condições de infraestrutura. Enquanto que o habitar a favela – localizada no perímetro urbano –, se, por um lado, não significa a garantia de acesso ao trabalho, por outro lado, é um caminho para obtê-lo; a proximidade dos serviços favorece o seu uso mesmo que eventualmente e, também, mantém a imagem da participação e integração a esse meio.

De tal modo que, a condição de morador urbano reduz, parcialmente, o sentido da segregação, quer pela possibilidade de acesso aos serviços, quer pela luta travada em função de um lugar no tecido

Rosa Maria Cortês de Lima

urbano, confrontando interesses díspares, dentre outros fatores.

Pode-se então inferir que no caso do Chié a segregação não se confirma, segundo capta-se de entrevista com morador:

[...] a gente vê assim no tempo que era maré [...], hoje ainda é favela, mas hoje tá muito mudado, muito valorizada, as caras sendo concluídas. Eu acho que é muita vantagem. É por aí que se começa. Quem sai daqui para outro local longe, família trabalhando aqui, com esse ordenado que a gente ganha, não dá para morar longe, somente aqui mesmo ou em uma favela mais próxima da cidade, como Pina [...].

Reforçando o exposto acima, outros depoimentos anunciam a relação estabelecida entre o morar no Chié e localidades distantes. Estas imagens têm como sustentáculo a experiência vivenciada por aqueles que, expulsos da favela, passam a enfrentar um novo somatório de dificuldades para sobreviverem, em decorrência do local que ocupam.

[...] não é como uma área longe, como Águas Compridas (bairro de Olinda). Se quiser vai a pé para a cidade.

[...] daqui para a cidade, eu gasto 15 minutos, eu não quero morar em Caetés (conjunto de COHAB no município de Paulista), aquele fim de mundo, longe [...].

Sendo uma área cuja especulação⁵⁸ imobiliária acelerada avança o confronto entre localização da favela e a permanência dos seus ocupantes, tal fato impõe-se como uma ameaça.

⁵⁸ O espaço que abarca a localidade do Chié e sua circunvizinhança esteve, ao longo da história, conforme o exposto no Capítulo 1, modificado, em parte, pelo processo de renovação e expansão urbana da cidade do Recife, a partir de uma ação direta do Estado.

Recorre-se novamente a Low-Beer (1983, p. 40), quando a respeito da especulação imobiliária, diz:

Dessa forma, a cidade preparou áreas para a especulação imobiliária. “A especulação pode ser vista como a ação que valoriza um terreno. Nesse caso, o poder público é um especulador, pois, manipulando o uso de uma área, seja por legislação, seja por processo de renovação urbana, seja oferta de equipamento e serviços ele determina um novo valor do solo, superior àquele anterior à intervenção. Também a retenção do produto é capaz de aumentar o preço. Portanto, em função do valor do solo urbano, vão sendo relocadas as camadas da população – através das alterações no quarto construído e do processo sócio-espacial – segundo a correlação entre suas rendas (salários) e os preços dos imóveis.

O receio da expulsão fica patente, nas entrevistas, ao mesmo tempo em que as representações dos entrevistados apontam em direção a alternativas que podem ser adotadas. Observem a seguir:

[...] por ser tão em cima da cidade, ela merece muita coisa, melhoras. Aqui é muito em cima da cidade e é por isso que eles querem colocar a gente para longe e fazer casas boas para os ricos. Mas, a gente também merece viver num cantinho melhor. As casas ainda podem melhorar, mas é só ter uma pessoa lutando por a gente e também lutarmos [...].

[...] numa área valorizada [...] de baixo de pau e pedra estamos conseguindo ficar [...].

A credibilidade em seu poder de pressão, enquanto pessoa ou grupo na disputa pelo lugar na cidade, aparece com restrições ou o reconhecimento das limitações enfrentadas no cotidiano. Claro fica

ser necessária a articulação externa, como reforço, que, juntando-se a eles, amplie a sua luta.

Uma outra visão, inteiramente oposta à expulsão, é apresentada por um entrevistado, deixando proclamar um desejo da população: a permanência. Quando afirma: “[...] aqui é um lugar de pobre. Está perto da cidade [...]”⁵⁹.

“Lugar de pobre” também estabelece a relação direta e imediata entre local de moradia e a possibilidade de integração ao mercado de trabalho pela população pobre.

De outra forma, “fazer casa para rico” e “aqui é um lugar pobre” deixam entrever o conflito de uso da terra entre classes distintas. Existe, no entanto, uma área de convergências de interesses entre “ricos” e “pobres”, na medida em que os segundos têm que buscar trabalho em lugar próximo à sua moradia, reduzindo, desta perspectiva, suas despesas com transportes, enquanto os primeiros necessitam do trabalho dos habitantes da favela – os pobres.

Para o entrevistado, a distância no que concerne ao acesso ao trabalho também é vantajoso para quem contrata a mão de obra, segundo ressalta:

[...] morar no Chié é você ter no Recife uma mão de obra barata, porque você chamando um pedreiro, um ajudante, carpinteiro, etc., para trabalhar, no centro da cidade é muito mais barato. A gente que tem 15 minutos daqui para a cidade, mão de obra é mais barata do que chamar uma pessoa que mora em Dois Carneiros, Maranguape, etc. A gente em 15 minutos está na cidade [...].

Sobressaem, ainda, neste depoimento, aspectos importantes que

⁵⁹ Situação semelhante pode ser identificada nos depoimentos constantes em Koike (1984, p. 53-54): “A depender do local onde as famílias estabelecem moradia, varia a possibilidade de obter trabalho [...] “Boa Viagem é lugar de gente pobre morar.” “[...] aqui (Boa Viagem), precisa de todo tipo de trabalhador: jardineiro, olhador de carro, entregador de jornais, limpador de quintal, faxineiro, babá doméstico [...]” “Morar nesse bairro, onde também podem trabalhar, é vantagem para essas famílias dos trabalhadores desempregados porque, além de facilitar de encontrar um trabalho, diminuem os gastos com transporte”.

O Morar e a Moradia

até certo ponto se confrontam com a imagem externa da favela, os estereótipos e os mitos infiltrados em determinados segmentos da sociedade. Isto ocorre quando a mão de obra disponível na favela se adentra nas habitações, nos edifícios de classe média e alta para prestar serviços. As barreiras erguidas nesse mundo desconhecido se restringem nos limites da relação de trabalho.

A ênfase concedida à relação entre localização da favela e trabalho é reforçada, posto que referenciam:

[...] é perto do trabalho [...].

[...] tudo é fácil até para trabalhar [...].

[...] está perto da cidade, a pessoa pode sair daqui e procurar emprego para trabalhar, a pé se quiser [...].

Em contraposição, ficam ressaltadas as dificuldades geradas quando moram longe do trabalho.

[...] teve um período que a gente teve que sair daqui. Eu tive que sair daqui e ir para Paulista com minha família, então eu era autônomo como sou hoje, tinha que fazer biscate e muitas semanas eu penei lá sem ter a manutenção da semana, porque não tinha dinheiro para vir para a cidade trabalhar e aqui não [...].

[...] se faltar dinheiro eu vou a pé. A grande diferença é esta, você está perto do centro e pode ir buscar sua sustentação [...].

A possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, na fala do morador, aparece com muita ênfase, associada à localização. No entanto, outros fatores são importantes e seria restringir por demais a questão de inserção nesse mercado, se a análise imprimisse apenas a ótica do deslocamento e distância. O depoimento seguinte chama a atenção para o fato e suas implicações.

[...] só não tem (vantagem morar no Chié) porque não aparece trabalho para os meus filhos, se não fosse isso, para mim era uma riqueza, porque é perto de tudo, é muito bom [...].

Transmite, nessa circunstância, as dificuldades de incorporação ao mercado de trabalho, apresentando uma dimensão mais alargada da questão, ou seja, as condições de absorção da força de trabalho centradas no bojo do sistema capitalista. O sistema torna excluída parcela significativa da população e a mantém sob seu controle, tendo, na favela, uma das suas expressões mais transparentes. É, pois, o morador da favela um representante do trabalhador espoliado que segundo a abordagem analítica de Kowarick (1979, p. 13) ao tratar do tema assevera:

De um lado procurei analisar as conseqüências do acirramento da exploração do trabalho e da espoliação urbana que afetaram a maioria daqueles que levam adiante as engrenagens produtivas [...]. De outro, os textos aqui apresentados estão norteadas pela hipótese segundo a qual uma grande oferta de mão-de-obra constitui um elemento de importância para o sistema econômico realizar uma acumulação que tem se expandido, dilapidando boa parte da força de trabalho, principalmente os segmentos não qualificados que podem ser pronta e facilmente substituídos pela reserva de trabalho disponível [...].

Outros relatos dos moradores enveredam por aspectos voltados para as relações afetivas apresentadas, tanto em relação à vizinhança⁶⁰, quanto ao bairro, e o receio de quebrá-las. Ficam, portanto, evidentes as vinculações com o local, nas narrativas a seguir.

[...] onde as pessoas têm uma convivência de muitos anos, todos se conhecem e tudo aqui é fácil [...].

⁶⁰ Chama-se atenção para o fato de que “vizinhança” aqui está posto como as relações engendradas no interior da favela. No Capítulo 3, será abordada a “vizinhança” enquanto relações estabelecidas entre favela e seu derredor.

O Morar e a Moradia

[...] é o círculo de amizade que ao longo de 10 anos eu fiz e que se eu sair daqui vai ser recomeçar tudo de novo. Para morar numa área urbanizada onde eu não fiz nada por ela é a mesma coisa de eu chegar, pegar a casa e vender [...].

[...] eu nasci aqui praticamente em Campo Grande. Conheço tudo. Eu tenho maior valor por Campo Grande [...] (bairro do Recife).

[...] o povo do interior pergunta: 'onde o Sr. mora?' Eu respondo: moro em Campo Grande. Nós nos sentimos orgulhosos de morar perto da cidade [...].

O processo de socialização é assim destacado, se expandindo tanto no plano horizontal quanto no vertical. No primeiro caso, a vizinhança, ao que indica, situa-se no âmbito da troca de apoio, da segurança, da referência, pois “todos se conhecem”, dentre outros aspectos. Acrescentando-se a isso, estão ressaltadas as raízes fincadas pelo processo de construção do território. No segundo caso, a imagem não está pressa a uma demonstração de força, mas ao “status” atribuído, por ser um habitante integrado ao cenário urbano.

A divisão social do trabalho faz parte da estrutura econômica e social na qual se insere a estrutura das relações sociais e de serviços.

Na realidade regional e local, a estrutura dessa divisão social do trabalho situa-se num plano em que apresenta uma relação direta com as formas de capitalismo atrasado, distante, por conseguinte, da prática do capitalismo desenvolvido.

A estrutura da organização do trabalho demonstra, no âmbito da cidade, um recuo do trabalho industrial, no período da pesquisa, e, em consequência, uma redução da oferta de emprego do setor. A pressão demográfica, o crescimento vegetativo, o fluxo migratório constituem elementos que incorporam ao urbano um contingente de mão de obra disponível para o mercado de trabalho. Numa cidade, onde o peso da atividade industrial é pouco representativo como no Recife, induz a uma prevalência do setor de serviço.

Este último, na forma como se estabelece, implica relações jurídicas que, em grande parte, deixam de ser cumpridas, aviltando, ainda

mais, o valor pago pelo trabalho realizado.

As raízes culturais que permeiam a sociedade brasileira com formas arraigadas de hábitos senhoriais, refletindo na prática do ser servido, interferem, na atualidade, na relação entre grupos socialmente diferentes e partes de uma mesma sociedade. E, nesse aspecto, pode-se observar como bem situa Oliven (1979, p. 34) que a:

[...] cultura reflete e medeiam as relações de dominação numa sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo, mas como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais.

O desenvolvimento urbano registrado nas últimas décadas, particularmente a partir de 1960, amplia, na cidade do Recife, o contingente de classe média, cujos hábitos envolvidos em uma teia de significados diversos, em função da maneira como elabora subjetivamente a realidade a sua volta e como a vive concretamente, estabelecem uma gama de relações com outros setores, como as favelas.

Nesse contexto, os serviços prestados pela população residente nas áreas pobres representam uma estrada em mão dupla. O hábito do ser servidor da classe média e alta provoca essa relação de serventia, a partir da qual os pobres obtêm a sobrevivência. Essa troca de serviços, que se configura entre segmentos distintos, representa uma espécie de contrapartida para ambos os grupos, registrando-se num conjunto contrastante e contraditória de relações sociais. Um exemplo é o serviço doméstico⁶¹, entre outros, que põe o empregado à disposição do empregador em tempo integral e, por outro lado, resolve parcialmente o problema de moradia e alimentação para o empregado, no período do trabalho.

Assim sendo, o espaço dividido socialmente insere-se num espaço de totalidade diferenciado e não inteiramente excluído, onde existem pontos de convergências.

⁶¹ A Emenda Constitucional N°. 72, de 02.04.2013, define novos direitos ao trabalhador doméstico, avançando em relação aos anteriormente conquistados.

2.2 ACESSO AOS SERVIÇOS URBANOS

A população pobre dos centros urbanos enfrenta, a cada dia, maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços que propiciam condições indispensáveis à reprodução da força de trabalho – realidade identificada por ocasião do desenvolvimento desta pesquisa.

No sistema capitalista, são as oportunidades oferecidas pelo capital, sob suas diversas formas, que atuam como determinantes do suprimento das necessidades básicas, das condições de acesso aos bens e serviços urbanos: terra, habitação, infraestrutura, transporte, educação, lazer, segurança, saúde.

Na mediação com o território compreendido entre a moradia e o trabalho, os serviços urbanos compõem um quadro de significativa importância na vida do morador da favela. A natureza e as causas dessa mediação estão referendadas no modo como o sistema capitalista se traduz concretamente, ampliando paulatinamente as necessidades de reprodução da força de trabalho. Os serviços coletivos, a exemplo dos transportes, passam a sofrer diferenciação de oferta, priorizando setores tanto em relação à qualidade, quanto em relação à quantidade. Quantitativamente, são direcionados para setores mais rentáveis, como sejam áreas industriais e comerciais e, qualitativamente, a setores cujo poder aquisitivo é mais elevado – bairros de classe média.

O processo de empobrecimento, assinalado no tempo da pesquisa, tem impingido à fração significativa da população do País e, em especial, da nordestina, fatores que dificultam o acesso às condições básicas de vida.

Nessas circunstâncias, torna-se imperativo à população pobre a sua inserção no conjunto do urbano como forma de aproximar as possibilidades de ingresso aos serviços, uma vez que nele está concentrada parte da oferta dos mesmos, sobretudo assegurar o acesso à terra e à habitação, aos serviços de uso coletivos e à cidade na perspectiva do direito.

O acesso aos serviços urbanos pelos moradores do Chié se apresenta de modo contextualizado, privilegiando, nas representações expressas, dois aspectos: um abordado numa alusão direta ao local de moradia, e outro associado ao processo de ocupação do solo.

Rosa Maria Cortês de Lima

Convém, portanto, registrar a disponibilidade destes serviços na vizinhança da Ilha, contribuindo para o uso pelos moradores locais, a exemplo de hospitais, abastecimento; a proximidade da favela, no tocante ao mercado de trabalho, torna, em parte, opcional o uso do transporte coletivo.

Por um lado, evita os transtornos a que são submetidos os habitantes de localidades distantes, gerados pela deficiência desse sistema e pelas horas que obrigatoriamente gastariam no deslocamento e, por outro lado, possibilita que seja feito o percurso para o trabalho a pé, permitindo ao morador não ter de assumir os custos que o transporte representa, embora disponha de linhas de ônibus em níveis parcialmente satisfatórios. Todavia, ficam patentes as relações sociais de desigualdades estabelecidas no urbano decorrente do modo de produção em vigor.

A longa caminhada empreendida pelos habitantes da favela, na conquista do chão, era sempre ressaltada nas entrevistas de forma positiva. Todos estes aspectos aprofundam a identidade do morador com o espaço ocupado.

Sobre este assunto e introduz-se a discussão acionada por Singer (1979, p. 27) ao abordar a questão dos serviços urbanos mencionada:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em proporção tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação á demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva essa escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevadas, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas.

O caso da Ilha do Chié difere da questão posta acima pelo fato de ser uma favela componente do centro urbano, cujos serviços se situam no seu derredor, que, juntamente com outros fatores constituem um

ponto de luta da população para permanecer nesse espaço.

No setor comercial, o abastecimento assume posição de destaque nos textos a seguir. Isso pode ser analisado por duas vertentes. Uma é a que potencializa o acesso a este tipo de comércio, não obstante a localização de diversas fontes de abastecimento em derredor da favela não seja determinante desse acesso, nem suprima as limitações, que tronam mais acentuadas para o pobre o atendimento de suas necessidades alimentares. Outra, a que favorece o acesso ao mercado de trabalho, gerada pela possibilidade de absorção de mão de obra pelo referido setor. Da fala dos entrevistados apreende-se:

[...] para quem viveu dentro da maré, da água, e hoje tem tudo: tem venda, tem Bompreço (Supermercado), mercearia, tem tudo. É só ter dinheiro para comprar [...].

[...] é perto do Bompreço [...] é só um saltinho ali, num instante faz compras [...].

[...] por aí, o que mais tem é farmácia, Bompreço, Balaio [...].

[...] farmácia [...] feira [...] açougue [...].

Supermercado, padaria [...].

Os depoimentos apontam para um descompasso entre a instalação dos serviços de abastecimentos em torno da favela e a capacidade real da população de aquisição dos produtos: “[...] é só dá um saltinho ali [...]”. A proximidade atua como meio, mas a escolha dos alimentos, seja em quantidade ou em qualidade, sofre as restrições da capacidade de aquisição dos produtos, reflexo das reduzidas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, que lhe propicie renda: “é só ter dinheiro para comprar”. É a pobreza que assume o papel principal e impõe as condições impeditivas. “As condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores, ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza [...]”. Tanto pelas condições em que se exerce o trabalho, como

Rosa Maria Cortês de Lima

pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços a disposição dos habitantes da cidade. (KOWARICK e BRANT, 1976, p. 22).

As diferenciações de classe refletidas no espelho da constituição do urbano, traduzidas nas condições de moradia, de inserção no mercado de trabalho entre outros, não são suficientes para isolarem no espaço os grupos que vivem em situações opostas. Há pontos convergentes e pontos de diferenciação e contradições que demonstram a inclusão dos indivíduos na sociedade global.

Os circuitos de abastecimento – se assumem aspectos semelhantes quanto à forma moderna de se apresentarem, a exemplo dos supermercados –, criam, ao mesmo tempo, acesso diferenciado de conformidade com as camadas sociais.

Entretanto, esses circuitos não se encontram desconectados. As relações que se estabelecem a partir da oferta de produtos, da compra desses produtos, na troca de serviços e uso de mão de obra entre grupos sociais diversos, indicam que o círculo das relações sociais não se fecha.

Nesse caminho, as determinações da existência não estão, pois, fora das determinações gerais.

O transporte, na versão dos entrevistados, é focalizado como um meio para facilitar o cotidiano. No entanto, concretamente, o uso deste serviço tem rebatimento na disponibilidade de recursos para pagar a passagem do transporte urbano. Assim sendo, o deslocamento a pé não resulta de uma escolha, mas de uma imposição. Como consequência, os moradores da favela utilizam-se, de modo multiplicador, a sua energia física, como trabalhador, para produzir bens e serviços. Nessa perspectiva, os depoentes entendem que:

[...] perto também de terminal de ônibus [...].

[...] ônibus à vontade [...].

[...] a gente tem ônibus perto para o trabalho [...].

[...] ônibus na porta [...].

Mesmo assim:

[...] às vezes, a pessoa não tem a passagem, mas com disposição vai a pé, num instante chega (no trabalho) [...].

[...] a gente vai até a pé, quando não tem dinheiros para o ônibus⁶². E a gente tem medo que tirem o povo daqui e nos coloquem para longe [...].

[...] quando tem necessidade de ir para a cidade e não tiver dinheiro vai a pés [...].

[...] quando não tem passagem, ele vai a pé à Praça 13 de maio [...] (bairro da Boa Vista).

[...] em 30 minutos, estamos no Cais do Apolo. Meu marido veio muitas vezes almoçar em casa [...].

[...] ninguém precisa pagar ônibus para ir à cidade [...] (centro do Recife).

[...] é perto. Dá para ir a pé e também é bom para quem trabalha, porque passagem do jeito que tá, que aumenta todo mês é só ir a pé [...].

A redução dos custos com transporte, em conjugação com outros fatores, associa-se e justifica o empenho pela permanência no espaço ocupado e a resistência que oferecem em serem removidos para bairros afastados. Isso porque o transporte coletivo⁶³ assume papel

⁶² O preço da passagem de transporte coletivo na linha do percurso Campo Grande/ Avenida Guararapes, em dezembro de 1990, correspondia a valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Uma pessoa deslocando-se duas vezes ao dia - ida e volta - num total de 25 dias úteis por mês, gastaria Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). Nesse mesmo mês - dezembro 1990 - o salário mínimo do trabalhador brasileiro estava fixado em Cr\$8.836,82 (Oito mil oitocentos e trinta e seis cruzeiros e oitenta e dois centavos).

⁶³ Para leitura sobre transportes coletivos para os subúrbios ver Moisés e Martinez-Alier, 1978, p. 13-63. Este estudo analisa a problemática dos transportes coletivos - os trens de passageiro, no Rio de Janeiro - tendo como referência “[...] o quebra-quebra, depredações e violência [...]”, registrados a partir de 1974 e repetindo-se em anos subsequentes. Situação semelhante foi registrada em outras metrópoles brasileiras, mostra o referido trabalho a importância dos transportes urbanos para

fundamental no processo de reprodução da força de trabalho e nas condições em que esta reprodução ocorre.

No caso de áreas situadas na periferia do núcleo urbano, o deslocamento para o trabalho por meio de um sistema de transporte público apresenta-se via transporte de má qualidade. Há atrasos, superlotação, percurso realizado em pé, implicando, muitas vezes, em horas consumidas nesse deslocamento e resultando em maiores desgastes para o trabalhador. Acrescenta-se, ainda, um frequente aumento do preço da passagem, reduzindo, acentuadamente, os salários. Tais fatos agudizam as condições de reprodução, suprimem horas de descanso e de lazer do trabalhador.

Na realidade, a questão dos transportes coletivos como discute Moisés e Martinez-Alier (1978, p. 44-45),

[...] toca, diretamente, no papel que desempenham os transportes de passageiros no contexto dos grandes centros urbanos, isto é, em sua função de viabilizar a mobilização diária da força de trabalho que alimenta e dá vida ao capitalismo no Brasil. Refere-se, portanto, à questão urbana⁶⁴ como um todo, que como demonstraram recentemente vários autores, deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas para a reprodução da força de trabalho – ou, por outras palavras, o consumo coletivo – e a política urbana de inversões privadas e públicas, que se dirigem aos setores mais rentáveis da produção e consumo e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinada a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender às necessidades de subsistência da população.

São os transportes o meio que assegura a mobilidade dos indivíduos no contexto do urbano onde o espaço de vida, de trabalho é indeterminado. As necessidades criadas pelas diversificações de relações contidas no urbano, as distâncias e serem vivenciadas a população usuária.

⁶⁴ Ver, sobre a questão urbana, entre outros: Castells (1983); Lojkin (1981).

cotidianamente gerando situações de dependências reais de uso de tal serviço.

O alargamento da Avenida Agamenon Magalhães assume importância capital para a favela, na fala dos moradores. Serve como meio de interligação desta com o meio urbano, o que contribui para alocar serviços e gerar facilidade de acesso aos meios de transportes.

[...] agora tem táxi para levar alguém para o hospital [...].

[...] facilitou a entrada de carro e também passa ônibus perto [...].

[...] acabou a maré, fez posto de gasolina que a gente não tinha perto. A gente não tem carro, mas pelo menos, tem o posto. Quando a gente quer um carro para prestar socorro, nós encontramos na avenida. O posto policial, também, que quando acontece alguma coisa a polícia leva para o hospital [...].

[...] em todo lugar que haja policiamento, não é que a pessoa vá temer, mas há uma autoridade a quem recorrer [...].

Nesses trechos, surgem aspectos a destacar. Todos eles, na dimensão mais global, demonstram a integração da favela com o circuito da cidade. No aspecto particularizado, constata-se a prestação do “socorro”, facilitado pela via que faz fronteira com a Ilha, onde há o fluxo de transporte, seja coletivo ou táxi, em horário noturno, quando aqueles se tornam escassos.

O posto de gasolina, ao que indica, aparece, simbolicamente, numa referência vinculada ao “status” e, também, por assegurar uma frequência permanente de pessoas naquele local para uso do serviço e, de certa forma, contribuir para a “proteção” das pessoas que se deslocam nas suas proximidades. Já o posto policial concretiza a função da polícia de prestar serviço à população, considerada como uma ação positiva pelos moradores.

No caso, a polícia, na narrativa do morador, representa a própria autoridade a quem é possível e se deve recorrer quando necessário, a semelhança do que se registra em bairros de classe média e alta – Espinheiro, Casa Forte, Boa Viagem. Nas circunstâncias postas, a presença da polícia não corresponde a nenhum desconforto ou embaraço para os moradores, negando, assim a visão externa sobre a favela, onde pretensamente estariam os “marginais”. “Não há o que temer”, pois, não existe posição de confronto, não têm o que esconder. Essa relação pode ser compreendida, também, através de outra vertente registrada nas narrativas dos entrevistados, que assim classificam o Chié.

[...] eu gosto dessa favela, porque é a favela mais calma [...].

[...] aqui eu dou mais valor, é um lugar calmo [...].

[...] depois a gente pega uma favela perigosa e aqui graças a Deus, ninguém vê esse problema [...].

Nessas declarações, a denominação “favela calma” procura explicitar a ideia de que, segundo entendem, caracteriza os habitantes daquele lugar, ou seja, lugar onde residem pessoas pobres, famílias de trabalhadores, gente de bem. Neste último, estão implícitos atributos constantes na cultura moralista que permeia a sociedade. Enquanto que a de “favela perigosa” recai sobre um elemento diferenciador, emergindo do interior da área, onde também é possível encontrar indivíduos cujos modos de vida se contrapõem aos da maioria dos trabalhadores que ali habitam. Essa, de fato, constitui uma situação incômoda àqueles que dela não partilham.

Retomando a questão do alargamento da Avenida Agamenon, torna-se possível captar elementos de heterogeneidade no seio desse agrupamento. A heterogeneidade é acionada para explicar o conteúdo diversificado no perceber a instalação dos serviços – estacionamento e posto de combustível.

O Morar e a Moradia

[...] trouxe aquela praça (estacionamento) e não deu certo. Acho que deu mais prejuízo. Eles queriam colocar aquele posto de gasolina e o cheiro incomodava muitas crianças. Para mim trouxe prejuízo [...].

Na lente dessa imagem acima representada, tanto o estacionamento, quanto o posto de combustível são vistos de forma negativa e prejudicial, refletindo uma nítida desvalorização desses serviços, visto como não se coadunam com as necessidades dos moradores do Chié.

No que diz respeito aos serviços de saúde, identifica-se, nas representações seguintes, aspectos com certa inter-relação: distância/ acesso/lugar calmo. No primeiro caso, ressaltam ser possível receber atendimento de saúde, deslocando-se inclusive a pé. No segundo, o acesso tem vinculação com a locomoção e com próprio atendimento, seja nos hospitais⁶⁵ ou em posto de saúde. A proximidade facilita a frequência a tais serviços, em caso de necessidade. No terceiro e último, o lugar calmo mencionado anteriormente – “ninguém quase não recusa para entrar (na favela)” – se apresenta como atenuante de provável tensão existente – o medo da favela, por parte de alguns motoristas de táxi pelo fato de precisar entrar nessa área.

[...] se quiser ir a um pronto socorro, tem tudo perto [...].

[...] se tem uma pessoa doente tem médico e hospital perto [...].

[...] vai ao hospital da Restauração a pé [...].

[...] eu mesmo já fui, muitas vezes doente, a pé para a cidade, porque não tinha passagem e precisava ir a um posto. E se eu morasse longe? Também é perto

⁶⁵ O Hospital de Santo Amaro, denominação da população, é o mesmo Hospital do Câncer de Pernambuco e está localizado no Bairro de Santo Amaro. É administrado pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Presta atendimento ambulatorial, além do atendimento específico de combate ao Câncer. O Hospital da Restauração situa-se na Avenida Agamenon Magalhães, no Bairro do Derby, instituição do Governo Estadual e funciona como hospital geral.

Rosa Maria Cortês de Lima

do Hospital de Santo Amaro, Encruzilhada [...].

[...] se der uma dor em alguém, como já deu, corro ali, pego um carro, levo para o hospital, ninguém quase não recusa para entrar (na favela) [...].

Na fala dos entrevistados, o cemitério aparece como serviço cuja proximidade da Ilha torna acessível o deslocamento dos moradores a pé, conduzindo os mortos a sua última morada. Mesmo que, por alguma circunstância, esse percurso se faça sem o uso do transporte, o cortejo a pé mantém a tradição de um grande número de pessoas – registro em depoimento anterior – a de participar dessa caminhada.

[...] fica perto [...] do cemitério para quando eu morrer. Está muito bem, eu só quero sair daqui só para Santo Amaro (cemitério) [...].

[...] é perto até do cemitério [...].

A escola, no sentido global, reúne uma variedade de matizes e significados: a perspectiva do amanhã, abertura das fronteiras para o conhecimento e criação dos instrumentos que viabilizarão a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho.

Isto não fica evidenciado nas representações dos moradores do Chié. Sobressaem-se, no entanto, indicações no sentido de ampliar o número de pessoas que a ela possam ter acesso, reduzindo, em consequência, o percentual da população que não a frequenta. Anunciam os entrevistados:

[...] condições para o meu filho, antigamente não tinha, como tem hoje, principalmente a escola. Dentro da área já tem uma escola, tem escola ao redor. E para quem mora longe, as crianças têm que se deslocar para vir estudar na cidade e lá se vai dinheiro e como não se tem, fica mais uma pessoa

O Morar e a Moradia

sem estudar no Brasil [...].

[...] perto do colégio [...].

[...] os melhoramentos trouxe a escola [...].

As imagens contidas na fala dos entrevistados revelam as dificuldades e os limites enfrentados pelos pobres para frequentar a escola. Ficam transparentes as implicações frente ao deslocamento, quando esta se localiza distante da moradia. O custo do transporte, mais uma vez é ressaltado. Nessas circunstâncias, sendo a escola situada dentro da área e na vizinhança, torna-se mais fácil o acesso para os moradores. No cômputo geral das entrevistas, a escola não se sobressai em relação a outros serviços citados⁶⁶.

Torna-se possível encontrar indicativos em relação à escola ao tomar-se como referência aspectos levantados por Oliveira (et al. 1985, p. 18-31), ao dizer.

Para o povo, a escola é praticamente o único meio de ascensão social, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades de dinheiro, de importância e de posição social [...]. As crianças pobres são, em sua maioria, excluídas da escola, sem qualquer qualificação ou diploma, sem ter aprendido nada útil para sua vida e seu trabalho [...]. Os pobres são marginalizados pela escola do mesmo jeito que são explorados no plano das relações de trabalho e impedidos de participar da vida política [...].

Na instalação de melhoria na área, o componente infraestrutura física é sempre introduzido pelos moradores. Esses serviços têm implicações no cotidiano da população, uma vez que, é importante

66 É importante ressaltar que a questão da escola não foi tratada de modo particular no conjunto das questões contidas nas entrevistas. Um outro aspecto a levantar é o fato de o Chié ser uma área de favela de pequenas dimensões e dispor de escolas do 1º e 2º graus em seu derredor.

Rosa Maria Cortês de Lima

poder sair de casa calçado, sem pisar na lama, retirar de suas habitações os problemas decorrentes das águas servidas e do esgoto, dispor, para uso regular e individualizado, de água e luz, reconstruir suas moradias e outros. A implantação dos serviços de infraestrutura correspondentes a necessidades emergenciais resulta de lutas travadas – assunto abordado no Capítulo 3 – no decorrer de vários anos.

Situada em estágios diferentes, percebe-se a visão do morador.

[...] as casas têm água encanada, luz, tudo. Antigamente não. Era chafariz e candeeiro [...].

[...] é difícil porque tem muita muriçoca, rato, as canaletas ainda não estão fechadas. Ainda falta muita coisa [...].

Numa outra etapa, já na fase de execução do projeto urbanístico, as referências assim se apresentavam.

[...] principalmente agora que estão melhorando, fazendo calçamento [...].

[...] vivíamos dentro da água sem esgoto, mas agora está tudo bom [...].

A cidade cresce com base de uma diferenciação transparente, e o solo inscreve as desigualdades de classe que se manifestam no interior do urbano. A luta pela habitação e pelo espaço que ocupa é parte deste contexto.

Contata-se, através das representações dos moradores do Chié, a importância que assume o acesso aos serviços coletivos, por parte dessa população, no contexto da moradia e da reprodução de suas vidas.

2.3. SOBREVIVÊNCIA E TRABALHO

A necessidade de moradia impulsionou a ocupação da Ilha do Chié, pela população pobre. A história oral por ela narrada aponta para origens diversas desse fenômeno, todos vinculados à história da cidade, assunto abordado no Capítulo I.

A experiência relevante nos caminhos da conquista do solo também requeria uma definição de como partilhar outros caminhos, a exemplo da sobrevivência: descobrir formas de manter uma nova relação de existência no lugar em que se assentara. E, em meio às pressões vividas, isto passou a compor um marco de luta. A sobrevivência constituiu-se em um dos problemas enfrentados pelos moradores da Ilha, quando lá se instalaram.

O suprimento das necessidades para sobreviver estava, nesse período inicial, afeto a dois aspectos que ganham registro no discurso dos moradores locais. O primeiro diz respeito a uma profunda relação homem-meio físico. O segundo assinala a busca por inserir-se na relação homem-trabalho urbano.

Na relação homem-meio físico, o imediato era garantido através do que o mangue oferecia. E como afirmou Bezerra (1965, p. 65):

A alimentação, se bem que deficiente, é obtida no próprio mangue pela pesca dos crustáceos e pequenos pescados nos braços de marés e rios. Assim, é uma triste verdade que o alagado, apesar de suas precárias condições de salubridades, ainda oferece a quem o procura alguns meios de subsistência.

Estudos realizados por Castro (1965) são pioneiros na análise da relação do homem com o ambiente natural – os mangues do Recife –, fonte e meio para busca persistente, para os moradores das áreas de mocambo, neste centro urbano, assegurarem sua sobrevivência e da família, constituindo-se nesse movimento o denominado pelo autor “homem- caranguejo”, pois do mangue se alimentava e nele despejava os dejetos que serviam de nutriente. Traduzindo-se em

um ciclo que renovava e espelhava a precariedade das condições de vida dessa população.

Desse modo, as condições em que os moradores do Chié realizavam seu sustento ocorriam em circunstâncias que permitiam a existência e a reprodução humana, embora se situando nos limites mínimos necessários para a alimentação e a habitação. Nesse contexto, a mão de obra permanecia fora do domínio do capital.

E, sobre a relação homem-natureza, Marx (1975, p. 589) reconhecia e distinguia o forte papel exercido pela natureza, inclusive na manutenção e também na crise de um determinado modo de produção.

Admitida a produção capitalista, não se alterando as demais condições e dada a duração da jornada de trabalho, a magnitude do trabalho excedente variará com as condições naturais do trabalho, especialmente com a fertilidade do solo. Mas, não se segue daí que o solo mais fértil seja o mais adequado para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse modo pressupõe o domínio do homem sobre a natureza. Uma natureza excessivamente pródiga ‘mantém o homem preso a ela como uma criança sustentada por andadeira’. Ela não lhe impõe a necessidade de desenvolver-se. A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada. Não é a fertilidade do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que constituem a base da divisão social do trabalho e que incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades, aptidões, instrumentos e métodos de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou de domá-la por meio de obras em grande escala feitas pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria.

O Morar e a Moradia

Na Ilha do Chié, a luta pela sobrevivência estava marcada pela posse dos alimentos para garantir o sustento do indivíduo e da sua família. E o manguê era a fonte natural e mais imediata.

[...] peguei muito siri e muito bicho de maré aqui. Tinha uma maré bem em frente à minha casa [...]. Mas quando chovia e a maré aumentava, aí a água passava e os peixes, o siri passava por a gente. Aí, eu pegava eles com um pegador de brasa [...].

[...] O pessoal pegava peixe, era uma maré funda [...].

[...] era maré e manguê. Aqui mesmo tinha uma grande pedra, bem grande que a gente pegava ostra, siri, marisco. Aqui na frente era um viveiro [...].

Contudo, a história do Chié aponta para outros mecanismos em direção ao sustento. As alternativas incorporadas vão engendrando formas diferentes e diversificadas de relações com o trabalho.

[...] eu conheço essa área de 46 (1946). Em 46, eu trabalhava com carvão de Ponta de Pedra, Itamaracá, Itapissuma e vendia na Ponte do Maduro [...].

Ao que indica, o rompimento fracionado desses laços com o manguê na busca da sobrevivência inscreve outros percursos encampados pelos moradores, na sua incorporação ao mercado urbano.

Seria, no entanto, ingenuidade considerar que as questões que atingiam a sobrevivência da população estariam restritas ao plano da relação homem-meio físico. Fatores de ordem mais ampla, centrados na estruturação e consolidação do sistema capitalista na sociedade brasileira, funcionaram como determinantes das condições gerais de vida daqueles indivíduos. Levando-se em conta a realidade situada nesse contexto, inclusive o habitar o próprio manguê, pode-se verificar que tais fatores contribuíram para direcionar o tipo

de ocupação de parcela dos moradores. Por muito tempo, a favela foi caracterizadamente um espaço que abrigava pescadores⁶⁷. Do sustento evoluíram para a comercialização do produto. Entretanto, sempre em proporções restritas. O mangue e o canal eram utilizados como vias por onde atingiam o mar.

Porém, com o desaparecimento dos mangues, suprimidos da paisagem urbana pela ação do aterro, foram também desaparecendo as condições iniciais de sobrevivência. O espaço paulatinamente aterrado cedeu lugar às habitações.

No curso da realização desta pesquisa, informações obtidas na Ilha denunciavam que apenas oito pescadores lá residiam, segundo afirmação do entrevistado: “[...] ainda tem oito pescadores aqui e chegam pelos cais [...]”.

Entretanto, são pessoas de mais idade e nem todas se ocupam da mesma tarefa. Alguns são aposentados. Aos mais jovens não interessa aprender o ofício, a nova realidade urbana não é condizente com esse tipo de ocupação.

Nessa circunstância, a capacidade de sobrevivência por essa via foi sendo reduzida pelos limites que o avanço da cidade estabelecia, determinando a destruição de algumas atividades, muito embora outras sejam criadas.

A relação homem-trabalho urbano inscreve as novas modalidades de sobrevivência, com base no sustento da vida pelo salário.

Nesse aspecto, a fábrica da Tacaruna⁶⁸ atuou como um espelho de dois vértices. Serviu de atrativo à ocupação e inscreveu um novo

⁶⁷ Na história da cidade do Recife, trechos do mangue ocupados pela população pobre, particularmente aqueles situados mais próximos do mar e dos rios, abrigavam um número significativo de pescadores. Exemplo disso era o Pina e também Ilha de Maruim – Olinda – RMR.

⁶⁸ A Tacaruna - fábrica de tecelagem – fazia parte da paisagem da cidade do Recife, situada no limite entre o município do Recife e o de Olinda. Encontrava-se quase desativada quando da investigação para este trabalho. Compõe nos dias atuais fragmentos de uma história não tão distante, mas pouco conhecida. O prédio permanece no lugar, mas sem uso. “A própria fábrica da Tacaruna, localizada entre Recife e Olinda, foi no passado, uma Refinaria de Açúcar”. (ANDRADE, 1979, p. 59).

ciclo que teve eco na vida do trabalho do morador do Chié.

[...] eu vim morar aqui, porque arranjei um emprego na Tacaruna [...].

[...] muita gente que estava lá na Tacaruna e morava longe quando começou essa ocupação aqui, começou a se interessar por aqui, porque aqui fica mais próximo e é por isso que hoje ainda tem muita gente, principalmente aposentados, que trabalharam na Tacaruna. Quando acabou a Vila da Tacaruna que tinha antigamente, o pessoal começou a vir para cá, começou a morar próximo da Tacaruna [...].

A relação com a fábrica incluía fração dos ocupantes do Chié na condição do trabalhador assalariado. Se a população ali conseguia emprego, a fábrica criava, ao seu redor, um cinturão de mão de obra disponível. No caso em apreço não tinha necessidade de investir em Vilas Operárias⁶⁹ como forma de assegurar os braços para seu funcionamento. A própria localidade tornou-se campo de penetração da empresa ao agregar mão de obra substitutiva dos que iam se instalando e também na medida em que absorvia os operários oriundos da vila.

A cidade do Recife, a partir de 1930, experimenta um crescimento urbano progressivo, fruto do processo de industrialização visível nas sociedades brasileiras. Esse crescimento urbano, como observou Durham (1978, p. 222): “[...] deu-se pela falência de uma sociedade rural em desintegração”. Formava-se no urbano um contingente populacional cuja capacidade de absorção era extremamente restrita, no que se refere a trabalho, habitação, infraestrutura. Chié é a demonstração disso.

A presença da Tacaruna não representava um fato isolado no

⁶⁹ A fábrica da Tacaruna tinha Vila Operária que progressivamente foi sendo desativada. Algumas das famílias ali residentes foram ocupar o Chié, entre outras localidades. Sobre Vilas Operárias em Pernambuco ver: Melo, M. A. B. C. 1982. Um outro estudo sobre Vilas Operárias em São Paulo está em Blay, 1985.

Rosa Maria Cortês de Lima

conjunto da cidade. Nas décadas de 1940 e 1950⁷⁰, floresciam, no Recife, as indústrias têxteis, numa tradição já iniciada no estado de Pernambuco, em fins do século XIX⁷¹. Tal fato servia como um modo de atrair a força de trabalho, garantir a permanência de um determinado contingente no meio urbano.

O local de moradia aparecia como um fator de reforço da situação estabelecida pela realidade do mercado.

[...] eu era pequena e já ouvia a Tacaruna apitar. Eu não era nem nascida e ela já existia. Para ir trabalhar se passava por um caminho onde a água batia por aqui. Era lama mesmo. Depois a gente fazia caminho de barro para poder chegar lá [...].

[...] a pessoa morava aqui e trabalhava na Tacaruna [...].

[...] eu trabalhava na Tacaruna [...] trabalhei 25 anos lá [...].

[...] tem gente aqui aposentado pela fábrica [...].

O apito da fábrica era um símbolo de uma situação real. No entanto, não apenas a Tacaruna marcou a relação com o morador da Ilha no tocante à questão do emprego. As imagens expressas sobre o assunto conduzem a outra fábrica de tecelagem localizada em torno da favela até mesmo em áreas distantes. Como exemplos, cita-se as fábricas da Torre, Macaxeira, Madalena reavivando uma época em que a ⁷⁰ “O Sr. Wilson de Barros Leal – [...] Como V. Excia. sabe, a cidade do Recife é por excelência uma cidade industrial, na sua maioria composta de trabalhadores e não seria possível que uma Câmara como a do Recife não houvesse trabalhadores que saem como eu saí das máquinas, dos teares, das oficinas, das fábricas e dos Cais do Porto, enfim, que saem realmente de onde existe trabalho, só podem possuir uma cultura igual àqueles que o elegeram, porque se assim não fosse ficaria até numa posição difícil para falar, realmente, em nome desses trabalhadores. Eu até disse aqui, numa sessão de posse, que admitíamos e até confirmávamos a nossa falta de cultura e capacidade, uns que procuraríamos ajudar com a boa vontade, esforço e dedicação os trabalhadores dessa casa”. (Ata da 22^a. Reunião Ordinária da 1^a. Sessão legislativa, realizada no dia 13 de março de 1952).

⁷¹ Sobre industriais têxteis no Estado de Pernambuco em fins do século XIX, ver: Melo, M. A. B. C. (1982).

cidade concentrava um grande número de atividades do gênero, registrando, em consequência, um grande contingente de operários do setor fabril.

A evolução do centro urbano do Recife, também, está marcada pela extinção desse tipo de oferta de trabalho, transformando-se, na atualidade, em um centro essencialmente concentrador de prestação de serviços. Desse modo, novas formas de sobrevivência e trabalho são incorporadas pela população e torna-se a tônica que atinge diretamente a faixa mais pobre. Outras são, portanto, suas categorias de trabalhadores, e um número representativo deles estabelece outras relações com o mundo do trabalho.

2.4 POBREZA E TRABALHO

As precárias condições de moradia de grande parcela dos habitantes do Recife constituem um dos problemas mais gritantes deste centro urbano, na medida em que refletem a situação de pobreza de parte significativa da população.

As favelas são, no Recife, um espelho da pobreza⁷² da cidade e de seus habitantes. São, pois, expressões contundentes da pobreza distribuída sócio-espacialmente no tecido urbano, desde o início do século XX, estendendo-se ao território metropolitano. Desvela contradições e desigualdades política, socioeconômicas e jurídica.

Essas condições de moradia indicam a conjugação de uma série de fatores intervenientes, onde a dinâmica das relações de trabalho é central. A questão da pobreza não se limita à cidade do Recife, integra contexto mais amplo em escalas e graus diferenciados, abrange a região, o País, os continentes.

Conforme escreve Carvalho (1984, p. 251):

[...] o fenômeno da pobreza (ou como colocam alguns autores, os problemas relativos a emprego,

⁷² Sobre pobreza, ver: Santos (1978); Rocha (2003, 2000).

renda e condições sociais do Nordeste), longe de ser compreensível enquanto pobreza da região, tem que ser apreendido como parte de um processo histórico mais amplo de reprodução dos diferentes contingentes de trabalhadores na esteira da expansão do capital monopolista no espaço nordestino.

O acesso ao mercado de trabalho nesse centro urbano, durante a realização da pesquisa, apresentava-se bastante precário, impondo a esse contingente humano a procura de alternativas de sobrevivência que o torne capaz de, assim, manter-se vivo.

A fala dos habitantes do Chié apresenta subsídios que favorecem uma discussão, levando-se em conta os aspectos postos anteriormente.

Num primeiro plano, traduzem sua autoimagem, incluindo-se como “pobre” que trabalha para sobreviver. Entre eles, existem biscateiros, domésticas, funcionários públicos, operários de fábrica, ambulantes e outros. Numa outra perspectiva, manifestam, de forma subjacente, o caráter de complexidade que representa morar numa área pobre que envolve fatores de ordem social, política, econômica e cultural, além de situarem o pobre numa visão histórica.

[...] mora aqui quem não tem outro lugar para morar. Quem mora aqui é pobre, mas para pobre é uma área muito boa [...].

[...] é melhor porque aqui só mora carente, favelado, como diz a história. Pessoal que não tem nada. Eu, pelo menos, não tenho nada; ganho o meu salário e salário não dá para nada, só para uma feira. A mulher, de vez em quando, faz um gancho⁷³ para ajudar [...].

[...] é uma área importante por causa da situação financeira da gente [...].

⁷³ Gancho – expressão muito comum para indicar trabalho avulso, esporádico, repercutindo, em consequência, num dinheiro incerto.

[...] é o lugar melhor dos pobres viverem [...].

Que profissão ou ocupação têm esses trabalhadores pobres para participarem do mercado de trabalho? A Pesquisa Socioeconômica⁷⁴, citada na Introdução, indica que, do total de pessoas indagadas, 49% estariam incluídas em atividades informais, deste excluindo-se os aposentados, aqueles que não responderam, e outras ocupações onde estão situados os que afirmaram estar desempregados, e as pessoas que exercem atividades de doméstica. Apenas 19% dos entrevistados pela pesquisa declararam fazer parte de uma relação direta de emprego, ou seja, estarem incluídos no setor formal⁷⁵ da economia.

A gama de ocupação em que atua essa população apresenta-se por demais diversificada: jardineiro, comerciante, serralheiro, doméstica, biscateiro, servente, operário, lavadeira, costureira [...] é um pouco do “faz-de-tudo” ou do faz “tudo-que-aparece”.

Por circunstâncias impostas pelo contexto maior, essas ocupações não requerem ou exigem qualificação profissional – estudo para exercê-las. Aprendem no “ver-fazendo”, na luta cotidiana. E, assim, tentam adentrar o mercado de trabalho, exercendo uma variedade de tarefas, num contínuo de improvisação em busca de uma remuneração que possibilite o seu sustento e da sua família.

Uma mesma pessoa pode ter várias ocupações durante a vida, passar, como sempre ocorre, de uma ocupação para outra ou de um emprego para outro, sem que isso represente melhoria das condições de vida ou garantia de participar do mercado de trabalho – adotam apenas estratégias de sobrevivência.

Perlman (1963, p. 33) reconhece que “Em termos de renda, muitas ocupações remuneradas sustentam famílias inteiras, ainda que não

⁷⁴ A pesquisa Socioeconômica realizada pela COHAB-PE, na favela do Chié, foi dirigida ao chefe da família – homem ou mulher – daí porque não seria possível, através dele, determinar todas as profissões ou ocupações de todas as pessoas.

⁷⁵ Setor informal, questão comprometida teoricamente, apresentando implicações de ordem política. A partir da década de 1970 tem sido assumida pelo Estado, passando a funcionar como uma forma de arrefecer as questões econômicas e sociais da população do país que sobrevive e meio de suprir, parcialmente, a reproduzida oferta de emprego. Sobre o assunto ver: Santos (1979, p. 40), aborda a questão sob o ângulo da Bipolarização. Martins, (1985, p. 6) trata a questão além, do dualismo.

seja reconhecida formalmente como emprego. O desemprego, muito embora elevado, em geral, não dura muito para os residentes em cidades, sendo em parte compensado com biscates freqüentes.” A realidade do Chié não parece encontrar explicação no exposto pela autora. As observações de campo e as narrativas dos moradores indicavam, no período da pesquisa, um aprofundamento da questão da pobreza e a redução da oferta de atividades do tipo biscate, como alternativa de trabalhos variados para angariar o seu sustento mínimo.

Quando nos depoimentos, fazem referência à renda para viver, a identidade associada é a de trabalhador. Seja na alusão a si próprio ou aos demais.

[...] uns têm emprego, outros são aposentados. Eu mesmo não tenho emprego. Eu não posso sobreviver com a minha família. Acordo cedo, saio. Se eu encontrar alguma coisa para fazer, de acordo com minha saúde, eu farei. Não adianta dizer que vivo de trabalho, porque um dia posso sair por aqui e bater na porta de sua casa. A população daqui é carente, tem muita gente que vive de biscate [...].

[...] desde que cheguei aqui que prometem melhor a vida da gente. Aqui ninguém tem emprego. O emprego é pedreiro e trabalha quando tem serviço. A gente é muito sofredor [...].

[...] não tenho marido, nem ganhos [...] Eu ganho 2.000 por mês em casa de família. Não tenho carteira assinada, nem instituto. E esse ganho é para mim, uma neta e um filho ainda [...] ⁷⁶.

⁷⁶Essa entrevista foi realizada no mês de março de 1989, quando o salário mínimo registrava o valor de CR\$ 3.674,06. A existência do trabalho clandestino, ou seja, aquele que se situa fora da legislação trabalhista em vigor no País, sem carteira assinada, reflete, sobretudo, a existência de um contingente da população excedente e disponível para o trabalho. Quando criado, em 1938, o salário mínimo previa um salário que fosse capaz de garantir o sustento de uma família de cinco pessoas. Ao longo de tempo, com a depreciação do valor do salário, torno-se insuficiente para o sustento de uma pessoa, apenas para a alimentação, sem incluir educação, habitação, transporte, lazer, ou seja, o conjunto de necessidades individuais e sociais

O Morar e a Moradia

Mas, a postura de trabalhador membro integrante de uma família é repassada também numa conotação humilhante. Isto porque o trabalho que desenvolve é insuficiente até mesmo para a sobrevivência. Uma relação exercida num nível mais elementar, onde não existem direitos, previdência, carteira assinada – amparo legal. Concretamente, há os arranjos que buscam efetuar, no sentido de afastar a miséria da pobreza, no esforço de gerar renda.

A presença do Estado não passa despercebida – “prometem melhor a vida da gente”. Uma melhoria extensiva às condições físicas da área e à situação de emprego. Perpassa um sentimento de exploração, onde o Estado interfere, na medida em que atua nas relações de trabalho, definindo o salário mínimo a ser pago ao trabalhador e os reajustes a que submete esse mesmo salário. Nessas condições, essa população suprime das suas vidas a alimentação, as horas de lazer, o que dificulta, conseqüentemente, a reposição de suas energias.

Moradia/ pobreza/ trabalho, numa associação múltipla, é resumida pela fala de um entrevistado.

[...] o problema não é só dar a casa, é você dar condições para a gente morar aqui [...]. Tenho um vizinho que estava na Tacaruna, ganhando um salário mínimo. Muitas vezes, eu vi ele tomar café com farinha e ir trabalhar. Aparece o Sr. João, compra a casa, e ele vai embora, as invasões nunca vão parar [...].

Na cidade, a ocupação do solo, muito embora resulte de uma ação coletiva, reflete na sua apropriação a diferenciação e desigualdade de classe. O crescimento urbano acelerando agrava, ainda mais, essa realidade na estrutura econômica em que está posta. O reflexo na pobreza interfere sobre a casa, único bem palpável. Seu valor de uso passa a ser substituído por valor de trocar – um investimento temporário para suprir a escassez de trabalho.

No entanto, a venda da casa não foi a tônica registrada na área do indispensáveis à reposição das energias e a reprodução da força de trabalho. O ganho registrado encontra-se abaixo do valor, já insuficiente.

Rosa Maria Cortês de Lima

Chié; ao contrário, era incluída no cômputo da redução do custo de vida.

[...] não pago aluguel, tem água e luz. Posso dizer que a casa é minha [...].

[...] não vivo assombrado com aluguel de casa [...].

Nesses termos, a casa é uma proteção contra o desemprego ou uma renda constantemente incerta.

A renda, frequentemente incerta, inclui esse contingente populacional naquilo que Santos (1979, p. 55) denomina de circuito inferior e, assim, se refere:

A favela é somente um quadro material de vida representativo da pobreza, segundo certos critérios; o circuito inferior é um fenômeno econômico muito mais amplo não delimitando geograficamente, e que representa a condição de dependência de todo um sistema econômico.

Ainda a respeito do circuito inferior, Santos (1979, p. 288) afirma:

[...] muito antes de ser o provedor de ocupações e de fornecedor de meios de sobrevivência, é o perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediário de todos os tipos.

Nesse quadro, encontram-se os trabalhadores eventuais com rendas sempre inferiores às suas necessidades, pois a dinâmica da oferta de empregos está sempre abaixo do número de pessoas que dele participa. Também, o próprio processo de urbanização requer uma faixa de serviços a serem prestados que se enquadre em tarefas diferentes que permitem mudar de atividades, particularmente nas

idades onde, nas relações de trabalho, predominam essas atividades – prestação de serviços.

Situando-se no âmbito do circuito inferior, entrevistados do Chié assim se expressam, numa correlação com o lugar que ocupam na cidade.

[...] das pessoas que moram aqui, muitas fazem biscate⁷⁷. As mulheres trabalham como lavadeira, cozinheira, é uma área que tem como vizinho os bairros do Espinheiro, Encruzilhada, Campo Grande, Aflitos que tudo isso é fonte de renda para as pessoas que prestam serviços. Por outro lado, estamos no centro, uma área que para onde a gente quiser ir não precisa de transporte, pronto-socorro, centro de tudo, tem facilidade de remoção e também no que diz respeito à sobrevivência-arranjar o pão [...].

[...] muitas vezes, não temos dinheiro para sair. Então vamos para a cidade a pé. Aparece uma faxina, para quem vive de biscate, na Boa Vista, no Derby, no Espinheiro e não precisa pagar ônibus. E se você morar no Curado, o pessoal que já tem seu trabalho aqui vai ter que pagar ônibus – quatro passagens e todo dia com aumento [...].

Na cidade, constituem os pobres uma mão de obra barata e excedente, e na história do País, a habitação⁷⁸ tem contribuído para

⁷⁷ Biscate diz respeito a atividades esporádicas, também conhecidas como beliscadas (nas áreas da favela). Significa renda variada semelhante a ganho. Popularmente diferenciada, pela população, do autônomo. Este se refere a uma atividade mais permanente, por exemplo, ambulante; apesar de, na maioria das vezes, não ser uma atividade registrada conforme a legislação vigente.

⁷⁸ Blay (1979, p. 77), propõe que se considerem “[...] quatro momentos históricos no significado assumido pela habitação popular no Brasil. No período escravocrata, a solução habitacional foi a senzala; na primeira etapa da industrialização, foi a construção de vila operárias; em seguida instala-se um processo espontâneo de expansão urbana e, atualmente a proposta é a construção de habitação em massa, na forma de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Em todos eles, reconhecemos um vínculo essencial: a habitação que tem

Rosa Maria Cortês de Lima

a sua manutenção e para torná-la mais próxima e disponível para o mercado de trabalho.

A identidade que se observa no espaço urbano, tendo como referência a Ilha do Chié, caracteriza o rompimento do mito ou do estereótipo do morador da favela. Ora através de expressões claras e contundentes, ora quando narram suas histórias de vida. No entanto, as privações que a pobreza impõe e o esforço contínuo e desgastante que o trabalhador enfrenta não são suficientes para assumirem a exclusão. Por ser pobre, não se percebe como um marginal. A condição de pobreza não se apresenta como o limite intransponível, mas a fronteira que pode ser ultrapassada pela luta.

sido usada como forma de preservação da força de trabalho”. O BNH foi extinto em 1986, passando o Brasil por um período marcadamente de ausência de política nesse campo. Em 2004, após a criação do Ministério das Cidades (2003), foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH), definido o arcabouço legal, as fontes de financiamento, criadas as instâncias de participação e o Plano Nacional de Habitação, em 2009.

CAPÍTULO 3

MORADIA E CIDADANIA

O tema cidadania⁷⁹ envolve uma dimensão cuja matriz remete à própria história do ocidente por intermédio, notadamente, das revoluções burguesas: inglesa, francesa e americana.

No Brasil, a questão foi posta, pelo menos, desde a criação do Estado Nacional, sofrendo, contudo, as refrações próprias de uma sociedade escravista, aliás, a mais duradoura sociedade escravista do Novo Mundo.

Reconhecendo a dimensão da questão, escapa aos limites deste trabalho abordá-la nessa amplitude, detendo-se, porquanto, na fala dos moradores da Ilha do Chié, onde o eixo, o ponto de partida é a luta pela moradia. As representações formuladas pelos moradores da favela e as bases concretas em que se assentam constituem o foco central do presente capítulo.

A análise aqui posta evidencia a trajetória pela conquista e ampliação da cidadania. Para tanto, considera-se o conjunto de lutas firmadas por direitos sociais, direitos do cidadão -, pelos habitantes da Ilha, e como essa luta se insere no processo global da sociedade da qual faz parte.

Na exposição que segue, considera-se os seguintes aspectos: Quais as lutas travadas pela população da favela do Chié? Como se situam o chão e a moradia no contexto dessas lutas? Como se organizam e que pressões exerceram e exercem na longa caminhada pela conquista e ampliação dos direitos de cidadão?

⁷⁹ Sobre o assunto ver: Barbalet (1989); Marshll (1967); Weffort (1981); Oliveira (1987). Ainda sobre cidadania no Brasil: Scherer (1987), Durham (1984). Sobre cidadania no Nordeste brasileiro: Haguette (1984).

3.1 POR QUE LUTAM?

Nos centros urbanos brasileiros, a condição da pobreza de vida de grande parte da população demonstra que os indivíduos mergulhados nessa situação, cujas necessidades são precariamente satisfeitas, comprometem até mesmo a sua reprodução física.

Numa posição de dualidade, estes convivem num mesmo espaço geográfico, cidade/região/país, com pessoas que detêm bens ofertados pela sociedade, numa feição modernizadora e cujo acesso aos serviços situa-se em planos opostos das dificuldades enfrentadas pelos demais.

Essa dualidade coloca-se na linha divisória da renda, que tem suas implicações na luta para satisfação das necessidades como caminho para exercer a cidadania.

Cardoso (1984, p. 54), na perspectiva analisada que empreende sobre cidadania, pontua ao dizer: “[...] porque a regulamentação da cidadania, como disse não se resume à definição da condição de eleitor, mas implica na concessão pelo Estado de direitos sociais publicamente reconhecidos; e assim por diante [...]”.

Na trajetória histórica da humanidade, identifica-se distintas interpretações teóricas relativas ao conceito de cidadania, segundo autores diversos. Na antiguidade, os estoicos compreendiam a partir da concepção universal de natureza humana, oferecendo subsídios à doutrina dos direitos humanos. Essa visão foi expandida com a tradição judaica.

A tradição ocidental a concebia como um direito natural. Nos burgos medievais, privilégios e direitos centravam-se nas corporações e associações e estavam vinculados ao lugar que estas ocupavam na hierarquia e na divisão social do trabalho.

No Estado Moderno, pelo fato de as relações sociais estabelecidas atenderem do modo mais significativo à classe comercial e industrial da cidade, era compreendida como direito burguês. As relações que tomam corpo e com o capitalismo começa a despontar dão margem a um discurso que ressalta a igualdade, muito embora, a realidade denuncie a desigualdade. Em todos os momentos, cidadania esteve sempre envolta na questão dos direitos. No século XVII – direitos

individuais – direitos civis –; XIX – os direitos políticos; e XX – os direitos sociais.

A luta divisória da renda põe num plano uma faixa da população de poder aquisitivo mais elevado que, prioritariamente, soluciona suas necessidades na relação de mercado, a exemplo da moradia, saúde, educação. Para ela, o Estado já existe a seu serviço, a articular seus interesses. Num outro plano, a população de faixa de renda mais baixa que se confronta com o Estado, pois por essa via se dá o atendimento das suas necessidades - moradia, serviços coletivos, saúde, educação. A linha de diferenciação faz com que, para à população pobre, a presença do Estado seja mais premente, até imprescindível, e a política seja algo inevitável.

Diante disso, vale lembrar que as classes sociais expõem a questão da cidadania sob ângulos diferentes.

Conforme apreende Thompson (1987, p. 9-10), em estudo desenvolvido sobre classe social assim se pronuncia:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus).

Oliveira (1987, p. 10-12), ao abordar sobre o assunto, enfatiza: “[...] elas são um produto das relações antagônicas e de seus movimentos de re-produção.” E, numa referência a Bourdieu, acrescenta: “As classes não se constituem em si, nem para si, mas para as outras.”

Essa abordagem apresentada por Oliveira expõe a questão da

consciência de classe, situando: “A grande polêmica a propósito da “consciência de classe” não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto “autoconsciência”, pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na “consciência de classe”. E este movimento de reconhecimento é, sem dúvida, o espaço da política.”

A dualidade⁸⁰ de modos de vida e de partilha social agudizam as contradições entre os indivíduos. A convivência, numa mesma sociedade, de pessoas com vidas tão diferentes contribui, sobremodo, para a consolidação da desigualdade, acirrando o conflito de classe, muito embora o discurso da lei⁸¹ assegure a igualdade.

Amplia-se essa discussão ao se agregar outros elementos introduzidos por Barbalet (1989, p. 23), lembra a autora: “A cidadania real não destruiu as classes nem sequer baniu de maneira inequívoca a desigualdade.”

As lutas canalizam as insatisfações e se estabelecem na busca da

⁸⁰ A dualidade integra um mesmo contexto inserido nas contradições do sistema capitalista.

⁸¹ A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988, “Título II” que trata “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, assim define no “Art. 5º: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” “No título I”, que trata “Dos Princípios Fundamentais” o “Art. 1º da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”. Consta ainda no “Art. 3º – III erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais [...]” Também pode ser visto sobre o assunto na Lei Orgânica do Recife – 1990 – Título X – Do Desenvolvimento Urbano e das Políticas Públicas Municipais – capítulo I – Da Política Urbana. Capítulo II – Da Política Habitacional. Parágrafo único – A ação do Município deverá orientar-se para: I – executar programas de construção de moradias populares; II – promover o acesso da população a lotes urbanizados, dotados de substituir urbana básica e serviços de transporte coletivo; III – urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por populações de baixa renda, passíveis de urbanização.

efetivação de uma cidadania real traduzida não apenas pela afirmação, mas, especialmente, pela concretização de direitos e distribuição de justiça. Essas lutas são instrumentos, reflexos do caminhar para a conquista de tais direitos.

De acordo com Marshal (1967, p. 63-64): “O elemento social (da cidadania) se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar por completo da segurança social”. Ainda para o mesmo autor, a condição de cidadão estaria incorporada aos direitos civis, políticos e sociais.

A persistência das necessidades não atendidas de numerosos grupos sociais pode apontar para dois aspectos a serem registrados: a decisão do Estado de promover o adequado usufruto dos bens e serviços da sociedade e, também, a reduzida força dos segmentos sociais de obterem a aplicação dos direitos juridicamente instituídos, fatores esses particularizados e referentes aos anos de 1980. Importa ressaltar que esses segmentos sociais não são integrantes de padrões que regulam social e juridicamente o acesso a esses bens e serviços. Por conseguinte, não são, nesse contexto, detentores reais desses direitos.

É fato que a complexidade da questão não se concentra numa pura e simples postura do Estado. Em jogo, está posto um conjunto de interesses imbricados nas forças detentoras do poder que, por sua vez, dão sustentação a esse mesmo Estado. O Estado direciona as ações, os recursos, as decisões, de acordo com a correlação de forças da sociedade.

As formas e as instâncias de gestão dos recursos ou das questões dos segmentos mais pobres estão relacionadas ao modo como essa correlação de forças se estabelece. Entretanto, sob o prisma de uma autonomia relativa, o Estado é um campo em que interesses de parcelas de classes sociais desfrutam e se colocam frente a frente e se aliam entre si.

No processo analítico empreendido por Faleiros a respeito do Estado, Faleiros (1980, p. 46), o autor assinala:

O Estado é uma relação social. Neste sentido, o Estado é um campo de batalha, onde as diferentes ações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se defrontam e se conciliam com certos interesses das classes dominadas.

O processo de concentração do capital e a estreiteza do mercado de trabalho acessível a uma parcela dos indivíduos do universo social, entre outros fatores, aguçam o conflito de classes.

A realidade tem demonstrado que parte dos moradores de favela, na cidade do Recife, para ter acesso aos bens e serviços que lhe caberiam como direito, assiduamente lutam, pelem, resistem, confrontam-se numa tarefa árdua. Formam com frequência verdadeiras romarias, caminhos de pedintes, aos órgãos públicos. Além disso, muitas vezes, vivem como verdadeiros nômades no meio urbano. Mudam de um lugar para outro por uma diversidade de causas: expulsão, impossibilidade de pagar aluguel, relocação, entre outros. Todas, porém, convergem para um mesmo ponto: viver e sobreviver em determinado lugar com a sua família em condições satisfatórias de existência, segundo mostrou a pesquisa quando de sua realização.

Do Estado, cobram o suprimento de suas necessidades e/ou o cumprimento da lei, através de um acesso mais equitativo aos bens sociais. Assegurando, nessa circunstância, os direitos de cidadão.

O processo de urbanização que contribui para a expansão do capitalismo brasileiro criou padrões urbanos com características desiguais. As favelas são um produto da lógica implantada.

E nesse contexto, situam-se as lutas por direitos sociais. Na análise de Moisés via Scherer (1987, p. 39), “[...] os direitos sociais aparecem então, como condição de possibilidade de direitos políticos, de mesma forma que as conquistas políticas são percebidas como condição de conquista social.”

Do ponto de vista do real, na fala dos entrevistados, as lutas assim estão retratadas: Diz um entrevistado: “[...] lutamos para tudo [...]”. Assevera outro: “[...] lutamos muito [...]”. E ainda outro acrescenta: “[...] as lutas são grandes [...]”.

O “lutar por tudo” apresenta indicadores da diferenciação social, ou seja, o processo conflituoso de interesse entre classes sociais diversas. Para o habitante da favela partilhar na sociedade dos direitos sociais “[...] as lutas são grandes [...]”. Isso pressupõe exigir o seu lugar social. Daí porque não assumem uma posição de acomodação e aceitação.

Os moradores da Ilha, ao serem indagados sobre as suas maiores lutas, passam a relatá-las:

O Morar e a Moradia

[...] era aterrar as casas, fazer as casas de alvenaria. Lutamos por trabalho, escola, praças e outras coisas [...].

[...] para viver melhor [...] é tanta luta aqui [...].

[...] as lutas daqui têm sido tantas que eu nem sei. A maior luta foi o levantamento das casas, a segunda foi a luz, a água, os esgotos que se não tivesse jeito a gente estava ainda dentro da lama. As fossas já estavam feitas, mas eram descobertas [...] lutaram e venceram e hoje nós vemos o resultado. Agora ainda falta muita coisa, porque quanto mais se faz, mais se quer, né?

[...] o ônibus agora é perto [...].

[...] as casas agora está sendo o saneamento, teve também o posto médico. Agora estão querendo a posse da terra. Estamos na luta [...].

[...] de uns tempos para cá vem sendo o calçamento desta rua [...] tem também o problema do lixo [...].

[...] bem, as maiores, foram por água, energia e aterro, porque veio aterro de toda as espécies [...].

Tais imagens exprimem a trajetória de luta dos habitantes local e deixam subjacente a intensa e profunda forma na qual se processam. Simultânea e/ou sucessivamente desencadeadas, registram o volume de necessidades que requerem atendimento – os meios de consumo coletivo e as condições para reprodução da força de trabalho. Centralizam suas reivindicações nos bens, cujo acesso é mais palpável, concreto e possível de serem atendidos.

A instalação dos serviços de infraestrutura está diretamente relacionada a melhorias na qualidade de saúde e às próprias exigências da modernização do padrão habitacional.

No que tange aos equipamentos e serviços urbanos utilizados pelos segmentos populares, Vêras e Bonduki (1986. p. 40) se pronunciam e defendem que:

Mas apenas quando essa moradia está vinculada aos equipamentos e serviços urbanos é que se criam as condições mínimas para alcançar a cidadania. Cabe a hipótese de que a luta pela moradia pode significar em muitos casos uma 'aceitação' da sociedade urbano-industrial capitalista, nos termos da distinção empregada por Cardoso, Camargo e Kowarick entre o cidadão e o morador. Este luta por sua sobrevivência na cidade, ancorado na casa própria e no trabalho, em um processo de luta individual e de 'integração' urbana. Procuramos obter serviços e equipamentos e, mesmo obtendo níveis mínimos de sobrevivência, sente-se "um vencedor que ganhou o 'round' de sua batalha urbana. Embora essa categoria possa, por vezes, ter limitado o aparecimento do cidadão, que supõe a consciência da cidade como palco da vida pública e política e não apenas local de consumo, esse processo de conquista das mínimas condições urbanas é essencial.

Seria por demais limitado entender o surgimento de novas lutas como um puro e simples elemento de embate, mas seguramente engendra um conjunto de demandas não satisfeitas no processo crescente de deterioração das condições de vida nesses aglomerados urbanos. Assim atestam esses depoimentos:

[...] é a sobrevivência, porque aqui o pessoal ganha pouco, criança abandonada [...] acho que é a sobrevivência, porque a casa eles já têm [...].

No estudo realizado na Ilha do Chié, foi observado a extensão das lutas empreendidas, travadas pelos moradores, constatando-se que ultrapassavam o campo do consumo.

Ao priorizar a sobrevivência, os entrevistados induzem ao levantamento de questões relacionadas ao conflito entre capital e trabalho. A negociação de sobrevivência é a negação da cidadania. "Não é, portanto, necessariamente, a miséria crescente, mas a

consciência da pobreza que contribuiu para a mobilização popular”. (DURHAM, 1984, p. 25).

Em tal perspectiva, a luta se faz contra o empobrecimento crescente, a desigualdade por se colocarem na condição de participantes do espaço social, exigindo o atendimento de necessidades não satisfeitas e daquelas que surgem. Essa luta também se reflete na criação e ampliação do espaço político e dos frutos emergentes do desenvolvimento econômico.

No aspecto mais imediato, as reivindicações por bens e serviços são endereçadas ao Estado. E não percebe que decorra de uma perspectiva da necessidade de sua tutela, mas sim por ser através dele que podem concretizar seus objetivos e, também, porque o consumo coletivo está sob a responsabilidade estatal. Em determinada circunstância, porém, tais lutas podem ser direcionadas contra o capital.

No conjunto deste debate Vêras e Bonduki (1986, p. 41) acentuam.

No capitalismo, o trabalhador procura sobreviver respondendo às suas necessidades (naturais e sociais) dentro do quadro de produção, circulação e consumo de mercadorias, através do seu salário. O consumo da habitação é, portanto, um aspecto da questão social mais ampla, do quadro de distribuição de renda e dos significados e valores associados a ela.

E, na luta incessante para exercerem a cidadania, capta-se as imagens expressas na fala de um morador da favela.

[...] aqui era muito cheio de lama; então, tínhamos que estar sempre lutando. Lutamos pelas casas, mas a luta não acabou [...].

A representação acima se amplia para a compreensão de que a cidadania é sempre inacabada, não se esgota na lei, nem no

suprimento das necessidades mais imediatas. Os valores se renovam incessantemente, em conformidade com o indivíduo, com o lugar e com o momento histórico.

O processo histórico da Ilha indica que, no ponto inicial, a ocupação assegurava apenas o ambiente, potencializando, na cidade, novas relações fossem com o Estado e/ou relações sociais. A garantia da moradia terminou por se ampliar, na medida em que, ao instalar-se no espaço, passasse a incorporar a luta pelo usufruto dos serviços coletivos.

Nesse sentido, ocorre um salto qualitativo, o processo que tem uma base material assume uma dimensão de luta pela cidadania, passando por diversos momentos até os dias atuais.

3.2 O CHÃO E A MORADIA COMO INSTRUMENTO DE LUTA

O urbano, no caso brasileiro, tem se constituído num fenômeno concentrador e revelador de desigualdades sociais. Na cidade do Recife, as condições de moradia de fração significativa da população tornam transparentes as contradições sociais e tem atuado como instrumento de conflito de classes.

É no morar e na moradia, na casa e no chão que se concentra, ressoa o maior volume de conflitos, porque “[...] a moradia é o centro da reprodução individual e familiar; e é em torno do problema da moradia que as carências são sentidas primeiro e de forma mais imediata [...]”. (EVERS, PLATENBERG, SPESSAST, 1984, p. 11).

No Recife, dados referentes ao século XX indicam que cerca de 50% da população viviam em favelas, assentamentos populares. Por si só, os dados expressam e traduzem um fato capaz de denunciar as causas desse fenômeno, situadas no bojo das lutas a partir daí desencadeadas. Em realidade, essa parcela da população tem confrontado, frequentemente, um ou vários elementos em permanente disputa: os proprietários de terra, os interesses de capital imobiliário, os limites da pobreza, o estado... As lutas travadas no âmbito da habitação têm se manifestado de diversas formas: pela

O Morar e a Moradia

resistência em permanecer no lugar ocupado, através das invasões, por intermédio da organização no interior de cada uma das favelas ou unindo-se a outras numa articulação com o movimento popular. Aspectos que, especialmente, caracterizaram os anos de 1980 e estiveram presentes até meado dos anos de 1990.

Na fala de um entrevistado, as imagens formuladas expressam as raízes das causas que conduzem à luta.

[...] mas a luta mesmo pela moradia fica muito apagada ao bem material. Isso é uma realidade. É a miséria quem faz isso [...]

Isto traduz a realidade da população da favela e enuncia a dimensão do elemento cotidiano impulsionador da luta – a pobreza –, numa articulação com a moradia, reflexo do processo de exclusão social.

Do ponto de vista de Santos, C. N. (1982, p. 84), o urbano é assim compreendido: “Entendo o urbano como um campo de tensão”. A cidade como:

Uma instituição que materializa um estado de crise permanente e que serve ambigualmente à produção (escolha de uma origem significativa única tida como real) e à produção (especulação sobre todas as possibilidades de significação sobre todas as possibilidades de significado). [...] Desde suas origens a cidade surge como sede do poder e sua representação. Mas é também o lugar da contestação.

Situado no contexto desse espaço contraditório, os moradores da Ilha têm, na moradia e no chão, elementos catalizadores das lutas. Estas, imbricadas no processo de conquista e exercício da cidadania e no exercício do poder de que dispõem.

A luta pela moradia e posse da terra aparece com forte destaque em relação aos serviços no universo geral dos depoimentos do morador

do Chié, quando estes são indagados sobre as maiores lutas que travaram. A sua história, abordada no Capítulo 1, é reveladora dessa questão. Por serem assim ressaltados, moradia e chão são, também, analisados num tópico específico.

César (1985, p. 171), ao tratar da trajetória das organizações populares do Recife – 1955-1964 –, registra as reivindicações que essas organizações incorporavam; dentre elas: “Continua a se fazer presente a questão da terra e da habitação, reivindicação antiga [...]”

O depoimento que se segue, ao fazer referência à luta pela moradia e posse da terra, coloca-as como direito, vinculando-a, intrinsecamente, à necessidade de todos e à perspectiva de obtê-las. Ademais, o mesmo amplia a questão expressa, generalizando a igual realidade vivida por outras favelas no País.

[...] é a luta pela posse da terra. É a maneira. É a maneira maior de todas as favelas. Não só no Recife como de todo o Brasil, é a posse da terra. Nós temos o projeto Ponte do Maduro que foi elaborado em 1979/80 (80 e 81) e teve na COHAB em 1981. E esse projeto, no momento, é a nossa maior luta, porque o nosso problema é a questão da posse da terra, da moradia, do saneamento, da drenagem, e da urbanização. E existe uma luta da comunidade com a questão da violência policial que já ocorreu várias vezes na comunidade, a questão da educação, saúde. Mas, basicamente, nossa maior luta é a posse da terra. Direito⁸² à terra e direito à moradia [...].

Na opinião de outro entrevistador expressa a seguir, a luta assim está concebida, incluindo supostamente um aspecto de prioridade individual. “[...] uns lutam pela posse da terra, outros lutam para arranjar a casa [...]”.

As vantagens da luta pela moradia na fala de um morador residem

⁸² Sobre a posse da terra ver: Moura, 1990. No Capítulo I – o estado, legalização da posse urbana e mudanças legais. Aborda a questão sob o ponto de vista teórico e jurídico, o direito à terra e apresenta o caso de Brasília Teimosa e Mustardinha/Mangueira – no Recife-PE. (Ver também Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano-PE, 1990); e (SOUZA b, 1990).

em que:

[...] pela moradia é 100% porque ela traz um retorno imediato, na hora em que nós estamos numa casa de tábuas e construímos uma de alvenaria, nosso patrimônio aumenta talvez em 1.000% [...].

Embora transmita na narrativa anterior a concepção da habitação visita no contexto como uma mercadoria⁸³, situada na relação de troca, não explicita ou implica necessariamente que esta passe a fazer parte dos bens disponíveis à venda. Supõe-se que transmita valores do mundo capitalista onde a propriedade é reforçada no conjunto das necessidades individuais e onde todos os objetivos têm valor de uso e valor de troca, incluindo-se a casa. Porém, no que se refere à moradia, a sua propriedade assegura não um conteúdo simbólico, sobretudo a segurança do abrigo na realidade de instabilidade de trabalho/salário/renda.

A condição de habitar uma favela, convivendo com a degradação das condições de moradia e de infraestrutura, torna imperativo, para os moradores que residem na Ilha, o envolvimento na luta com vista à modificação desse quadro.

[...] sempre que se fala de projeto, de lutar pela casa, pela terra, a casa (Associação de Moradores) fica cheia. Basta a gente dizer, vai ter cadastramento, alguma coisa ligada a casa, à terra, que o pessoal enche a Associação [...] Pela necessidade das pessoas. Porque as pessoas vivem mal, vivem em barraco de madeira, sem nenhuma garantia. E aí o pessoal luta ao máximo para se vier alguém daqui a 10, 15 anos querendo expulsar. Por isso, o pessoal luta para que tenha um tempo que o pessoal viva sossegado, num enxuto. Não está de dia com os pés dentro d'água [...].

Mas, o reforço da luta encontra respaldo na história

⁸³ Valladares (1978, p. 87-89), afirma que a casa destinada à população de baixa renda teria sido transformada em bens de consumo. No caso de Chié, essa afirmativa não aparece como verdadeira, até o momento da pesquisa.

do processo de ocupação, e isso é reforçado numa referência ao chão.

[...] a gente foi que aterrou então a terra é nossa [...].

A posição do entrevistado contrapõe-se ao que define a legislação brasileira. O direito à propriedade, à casa, à terra não se firma no ato de ocupação, mas com o registro no Cartório de Imóveis por transação “Inter Vivos” ou “Causa Mortis”. Nesse aspecto, reside um dos pontos de conflito entre a população que a ocupa e o seu proprietário. Numa visão menos formalista e mais prática da propriedade, é difícil para a população conceber esse fato. Até porque, na relação de vida cotidiana, o acesso a casa, ao chão constitui uma necessidade para a sobrevivência e reprodução. E, na compreensão de alguns, um direito.

Assim, a vinculação à trajetória da ocupação torna, ao que indica, a luta pela terra uma questão relativamente abstrata na concepção do entrevistado, simbolizando, em alguns momentos, apenas a luta pelo papel, visto que,

[...] não sei se a terra é nossa, mas moro aqui. Para eu sair daqui, vou gritar muito. Fui nascido e vou lutar para ficar no lugar que eu lutei, que ficava muitos dias sem entrar num quarto para esperar enxugar [...].

Para outro entrevistado, a inexistência do documento - titulação da terra - em sua mão é motivo de instabilidade. Ao mesmo tempo, admite ser a luta pela terra mais arrefecida que as demais. Essa posição não parece ser compartilhada por todos, no dizer de um entrevistado:

[...] aqui ninguém fala em posse de terra. Eu vejo nos outros lugares as pessoas com documentos. Aqui a gente não tem nada, porque tanto faz a gente estar aqui como mandarem sair [...].

O Morar e a Moradia

As reivindicações pela moradia estão endereçadas à instituição governamental responsável pela execução da Política Habitacional na esfera estadual. Assim,

[...] a luta pela terra e a construção das casas pela COHAB [...].

[...] a melhoria que a COHAB está fazendo [...].

Embora almejada, a construção da casa pela COHAB tem elemento limitante e até mesmo paradoxal a sua situação de vida. O financiamento da habitação⁸⁴ implica retorno dos recursos empregados na construção da habitação ao órgão financiador. Entretanto, a precariedade da moradia e as mínimas possibilidades de “torná-la digna” pressionam-os na direção do financiamento. A conquista desse direito - a casa - corresponde uma obrigação. É fato que a prática do Estado, ao exigir o retorno, tem procurado excedente na transação efetivada. No que concerne à conquista, o morador apresenta:

[...] o que a gente quer estão fazendo, que era calçar as ruas, águas, luz e já colocaram de alvenaria. Foi uma luta também, mas a gente vai pagar. Estão dando agora melhoria para a gente para pagar depois. Então essa da COHAB não convém para a gente, porque vamos ter que tirar a comida da boca do menino para pagar a casa [...].

Segundo Véras e Banduki (1986, p. 41), vários são os enfoques a partir dos quais é abordada a questão da habitação, podendo ser,

⁸⁴ Sobre Política Habitacional pós 1964 ver: Valladares (1978, 1983); Maricato (1979); Lima (2012). Sobre ver Habitação: Forti (1979).

Vista como ‘problema’, como crise, como espaço privado de liberdade, como direito fundamental do cidadão, se associada à propriedade como símbolo de status e ascensão social, mercadoria e investimento, a habitação, em sua complexidade, comporta vários enfoques e é de interesse de várias ciências e áreas profissionais.

Embora a construção das casas da Ilha do Chié tenha sido executada por meio do projeto de autoconstrução – Capítulo 1 – o que reduz os custos do valor do empréstimo, ele, no entanto, não desaparece.

A fala antecedente expressa as relações de trabalho do pobre com o mercado de trabalho. A condição de pobreza, se, por um lado, é impulsionadora da luta, por outro lado, permite a entrada na favela de prática clientelista e assistencialista, incluindo-se, por vezes, numa condição de dependência. Fato que é captado quando os moradores se reportam ao político ou a sua presença na favela apenas em época eleitorais para troca de favores.

Esta, porém, não constitui uma prática generalizada dos políticos, nem a visão que fazem deles. O próprio caminhar dessa população nas suas lutas mostra que os políticos são chamados e a eles se agregam nas suas reivindicações.

Contextualizada aqui, no âmbito da moradia, as lutas sociais desencadeadas pela população da favela – retratada por meio dos moradores do Chié – desvendam, cada vez mais, as dificuldades, restrições com as quais se confrontam para terem acesso aos direitos sociais – parte dos direitos de cidadão. O crescimento acelerado das cidades se afeta o modo de vida de toda a população torna mais gritante e diferenciada para as camadas pobres, por isso que, além de não disporem das condições mínimas para viverem, têm que se adentrar na disputa contínua pelo território.

3.3 A ORGANIZAÇÃO E AS FORMAS DE PRESSÃO

Incluída numa posição de desigualdade social, resta à população

pobre, a luta. E esta, para se efetivar, requer condições favoráveis à organização dos segmentos nela envolvidos para, do mesmo modo, exercerem o poder de pressão sobre a sociedade.

Além disso, também, as condições favoráveis em termos de apoio externo: partidos políticos, igreja, políticos, instituições da sociedade civil, imprensa e a possibilidade do Estado em absorver as pressões e demandas; seja porque as considera justas – o caso do Governo Popular, ou seja, porque politicamente não pode ou não convém dizer não.

Tornando-se cada vez mais concreta a interferência do Estado na regulação social, mais definida se firma a tendência de expandir os instrumentos dessa interferência, seja em ritmo ou ordens variadas. Razão porque, a agenda de demandas da população, no período em apreço, face à organização e pressão, repercute na postura do Estado, mas, como mostra a realidade do Chié, em planos diferentes. Os menos aquinhoados associam-se para amparo mútuo. Indubitavelmente, concentram-se na luta pela sua inclusão social com vistas, conseqüentemente, a romper os privilégios reinantes na sociedade.

Reorganizando-se em Associação de Moradores, em 1980, os habitantes do Chié passam a exercer o poder de pressão, se bem que de forma tímida, sobre as instâncias do poder local. Moradia, infraestrutura, legalização da terra ocupam o enfoco principal dos seus interesses.

O processo organizativo local e a elaboração do primeiro projeto de urbanização, em 1981, contaram com assessoria externa – assunto abordado anteriormente. Após sua aprovação pelo órgão financiador – BNH, as obras são iniciadas, sendo, todavia, parcialmente executadas. Em 1985, seja por razões de ordem técnico/financeira, exigência do BNH, ou seja, por ausência de definição política, as obras são paralisadas. Conseqüentemente, a população local é levada a esperar. Uma espera simbólica, visto que não pararam de pressionar o poder público, e ao mesmo tempo concreta porque as condições físicas da localidade não se alteravam.

Com a mudança das forças políticas que assumem o Estado – Governo Arraes (1987-1990) –, há um direcionamento das propostas do projeto urbanístico, contando para tanto com a participação dos

Rosa Maria Cortês de Lima

moradores. A execução das obras passa a ser um componente na realidade para os moradores do lugar.

A Política de Habitação Popular de Pernambuco, no período referido, foi definida com base em determinados pressupostos:

Entendemos que a ação do governo, exigido pelas populações carentes e marginalizadas, deve ser direcionada numa perspectiva que priorize o social. Neste sentido, o tratamento dado à problemática habitacional do Estado de Pernambuco, face à constatação de sua gravidade e das reais possibilidades de enfrentá-la, tem privilegiado às massas pobres como princípio básico de política. [...] A retrospectiva das ações desenvolvidas no período de 1987 a março de 1990, nos reforça a crença numa Política habitacional baseada no reconhecimento do cidadão. (Atuação do Estado no período de março de 1987/março 1990 – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano-PE).

O adiamento das decisões para implantação do primeiro projeto fortalece o campo em que as demandas dos habitantes da localidade cresciam e se solidificavam no contexto das discussões internas para novos e constantes enfrentamentos.

Em realidade, a organização, a pressão articulada dos moradores da Ilha com as favelas em derredor (1987-1989) e a capacidade do governo estadual em absorver as reivindicações provocaram afinal a intervenção definitiva do poder público – construção das casas, implantação de infraestrutura.

Na favela do Chié, as reivindicações foram canalizadas por intermédio da Associação de Moradores local e as questões relativas à moradia, chão, serviços são dirigidas ao poder público e passam por momentos distintos, numa relação direta com o momento político do País. Isto pode ser acompanhado nos trechos que seguem:

[...] dizem que antigamente existia uma Associação

O Morar e a Moradia

de Moradores, com o regime militar e com um pouco de tempo acabou. Não temos nada oficial que comprove a existência dessa Associação [...] essa atual Associação começou a existir no final dos anos 1970 para 1980, com o surgimento do Projeto Ponte do Maduro. Antes disso, pelo que a gente tem conhecimento, as reivindicações da comunidade eram isoladas, não tinham. Alguém conhecia um cara na Prefeitura, pedia um caminhão de barro para ele, tinha um abaixo-assinado para uma coisa ou outra, mas não tinha uma organização política da comunidade. Hoje, as reivindicações são através da Associação da Comunidade do Chié, o pessoal se reúne, discute e trata [...] mas isso é cerca de 10 anos para cá, porque antes era totalmente desorganizada [...].

[...] antigamente, em 1950-58, por aí, já existia um embrião de Associação de Moradores na comunidade que, devido ao golpe militar de 1964, esta foi totalmente derrubada e as pessoas que participavam dela, muitos já morreram e outros se afastaram. O pessoal não teve coragem de continuar, como todo movimento social do Brasil foi barrado naquela época. Neste período de 1964 para cá, as pessoas se organizavam através de abaixo-assinado, de comissões, procuravam os vereadores para resolver os problemas. A partir de 1978, começou a se organizar a Associação de Moradores, começou a tentar levar à frente as reivindicações da sociedade, com muita dificuldade, porque, de modo geral, nas entidades populares, existia uma grande participação [...].

Requer mencionar aqui o que fala Jaccoud (1990, p. 144) sobre a postura do Estado com o Movimento de 1964, frente às organizações populares:

A repressão desencadeada pelo governo dirigiu-se contra os movimentos populares. Estruturando-se sobre duas fases, a repressão direta às organizações

populares e suas lideranças e as 'legalização' do cerceamento de sua atuação foi articulado nesse período um processo de desmobilização das camadas trabalhadoras. De forma geral esse processo visava eliminar a organização daquelas classes e sua intervenção no cenário político, interrompendo também seus canais diretos de reivindicações.

Santos, G. (1987, p. 76) aponta que, "A violação da ordem democrática, em 1964, colocou em recesso a dimensão democrática da cidadania brasileira".

Nesse contexto, a Associação de Moradores existente na Ilha, anterior a 1964, esfacela-se. Mesmo não constituindo, na época, um grupo com maiores forças de representação que extrapolasse os limites da comunidade e vivesse ainda um processo de organização interna em estruturação, os membros da Associação materializam a sua extinção com a destruição dos documentos existentes, receando medidas coercitivas.

Sinaliza-se, mesmo que rapidamente, dados referentes à organização popular no Recife, a partir do seu nascedouro. As lutas por melhorias de condições de vida, garantia dos direitos básicos, terra, moradia, equipamentos coletivos ensejaram o surgimento das primeiras organizações de bairro do Recife.

Em 1931, a população de mocambos da cidade, em defesa de seus direitos, cria A Liga Mista dos Proprietários da Vila São Miguel dos Afogados. Outras organizações vão surgindo, voltadas para as demandas específicas dos indivíduos a ela vinculados. Entretanto, é a partir de 1945, no período seguinte à redemocratização do País, que essas organizações se expandem.

Nas bases dessa organização, a presença de correntes político-partidárias de esquerda – PCB e PSB. Um novo impulso à estruturação desses movimentos de bairro está referendado ao período 1955-64, na gestão municipal – Pelópidas seguido por Arraes. O caráter popular da gestão destes prefeitos legítima e fortalece as ações das organizações de bairro (CÉSAR, 1987; ETAPAS, 1998; JACCOUD, 1990; REZENDE, 1990; SOUZA b, 1990).

Com a alteração do quadro político do País, a partir de 1964, verifica-se uma ruptura na caminhada da organização popular.

Todavia, registros da Equipe Técnica de Assessoria e Pesquisa Social (ETAPAS, 1988, p. 37) mostram que,

A partir da década de 1970, a resposta do movimento de Bairro à conjuntura política e às questões específicas das áreas como habitação, posse e uso do solo, transporte, educação, saúde, saneamento, se materializa através da criação de entidades como: Movimento Terra de Ninguém, Articulação do Setor Sul, Comissão de Luta do Ibura, Pró-Federação de Casa Amarela e Assembleia de Bairros⁸⁵.

Esse contexto de lutas, em que a organização popular se reaviva, na dimensão da articulação, que ocorre dentro de um cenário político em âmbito nacional situado numa perspectiva de “abertura” política, vai ter ressonância na década de 1980. Desta feita, influencia na definição da escolha do governante municipal de 1985 e na definição de política administrativa da Prefeitura⁸⁶.

Recorrendo-se a mesma fonte (1980, p. 37-36): “As Federações Setoriais são entidades criadas no sentido de articular e fortalecer as lutas das diversas organizações de um ou mais bairros, uma Federação Setorial de um bairro pode incluir outro bairro ou apenas determinadas áreas.”

A pressão exercida pela organização popular na cidade do Recife sobre o Estado potencializa, em parte, as possibilidades de ganhos das camadas mais pobres. Diferenciando, contudo, esses ganhos de acordo com o momento político e os interesses em jogo.

Referenciado anteriormente, na fala de um morador do Chié, o “abaixo-assinado” constituiu, nos momentos de repressão política, um instrumento e canal de penetração das reivindicações populares nos órgãos públicos. A intermediação com o poder nesse período

⁸⁵ Ver sobre essas organizações: De La Mora, 1987.

⁸⁶ Sobre a gestão municipal de Jarbas Vasconcelos - 1986-1989 -, ver ETAPAS (1988).

Rosa Maria Cortês de Lima

se fazia através do político, sendo descartada a relação direta com a população.

A dimensão e diversidade das necessidades dos moradores podem ser avaliadas quando registram a quem dirigem suas reivindicações, o que só vem ocorrer com a “abertura” política.

[...] a gente se dirige para a Prefeitura, para a COMPESA, a COHAB, o Governo do Estado e a Prefeitura [...].

[...] ao Governo do Estado, ao Prefeito, ao próprio Presidente da República. São reivindicações favoráveis à população [...].

[...] ao Secretário de Habitação, ao antigo BNH, Caixa Econômica, Ministério da habitação, tudo que era órgão vinculado à Habitação. Estamos lá ao longo de 10 anos [...].

A diferenciação social e o peso que esta acarreta produz, na realidade dos moradores, um efeito incentivador de pressões, assim exercidas, conforme falam:

[...] a gente faz reunião, aí faz passeata, faz faixa, se reúne na Associação e sai na rua [...].

[...] a gente faz passeata no Palácio e na Prefeitura [...].

[...] em passeata, ato público, lá na COHAB, tudo isso [...].

[...] a gente vai para lá (Associação) e de lá para a COHAB. A gente faz passeata lá na COHAB [...].

[...] fomos muito para o palácio do Governo debaixo de chuva [...].

O Morar e a Moradia

[...] vai para a Associação e de lá para a COHAB [...].

É importante ressaltar que sobre o órgão governamental responsável pela construção de moradia, recai a maior força da pressão. A razão disso, possivelmente, estaria, supostamente, contida na importância da casa, como destacam os habitantes da Ilha, assunto abordado anteriormente. Também, cabe mencionar que a localização da favela nas proximidades da COHAB atua com aspecto facilitador, na frequência em que essa pressão se exerce.

Diante das limitações a que são submetidos, a quantidade de pessoas que reúnem essas manifestações produz nos órgãos do Governo um efeito desconcertante. A imprensa – televisão, jornais, rádios – é um canal de denúncia das condições de vida e da inoperância do poder público, frente a essa situação.

[...] as nossas lutas têm sido em muitas caminhadas, passeatas, palestras, reuniões de ruas, utilizamos meios de comunicação de massa para fazer valer as nossas reivindicações e levar ao conhecimento de todos. Se possível, nós gostaríamos de fazer algo no jornal nacional, para explicar como foi nossa luta para todos e para outras comunidades que ainda não atingiram a esse nível de consciência nossa que possam através dessa comunicação de massa encaminhá-las para produzir tanto quanto nós [...].

O nível de consciência referido pelo morador no trecho anterior, ao que indicam outros depoimentos, parece encontrar-se num processo de construção. Isto porque as decisões do que e como fazer ainda são bastante repassadas à associação pelos próprios associados.

[...] tem a Associação que quando quer fazer uma passeata a gente se junta e vai [...].

[...] quem resolve é a Associação. A gente faz campanha, assembleia, passeata [...].

Entretanto, essas decisões não são tomadas de forma arbitrária e autoritária, e na representação de outro morador a comunidade participa.

[...] vamos para as reuniões nas quintas-feiras e decidimos se vamos fazer passeata [...].

[...] temos as reuniões dia de quinta-feira [...].

A Associação de Moradores do Chié é, na prática social de seus moradores, o órgão mobilizador. As dimensões da favela, percorridas num tempo de 30 minutos, facilitam o convite “porta a porta”, prática frequentemente utilizada. Nessa condição, mobilizar os habitantes locais para passeata, atos públicos, reuniões em órgãos do governo torna-se tarefa menos laboriosa. De outra perspectiva, a possibilidade de agregar os moradores está diretamente relacionada com o grau de interesse que o assunto desperta.

As reuniões na associação em dias determinados constituem elemento favorável para a concretização da mobilização e participação. A pauta de assuntos discutidos em reuniões e assembleias é vasta: o ticket de leite, as lutas já mencionadas neste trabalho, a discussão sobre a constituinte, quando da sua elaboração e da Lei Orgânica do Município e a articulação com outras Associações de Bairro e Movimento Popular de âmbito nacional.

Contudo, a participação nas reuniões e nessas discussões ali aventadas não pode ser colocada como uma questão que envolve todos os moradores. Pode-se, no entanto, afirmar que a organização está em processo, registrando alguns avanços. Enquanto dos depoimentos colhidos, um morador assim se pronuncia sobre a organização “[...] é porque alguém nos organizou, se esforçou para lutar pela gente [...]”; numa perspectiva de que o movimento ocorre independente dele, um outro afirma que a organização conduz à “luta pelos mesmos

direitos, pela moradia [...].”

É, porém, significativo afirmar que a aprovação e execução do projeto urbanístico se deram no momento em que o Estado era administrado pelo Governo Popular, notoriamente onde a penetração do poder de pressão popular se tornara mais acessível. Isto porque as partes interessadas – população/poder público – se alinharam em determinados pontos, tendo a flexibilidade do Estado se tornado mais elástica, compartilhava das reivindicações formuladas.

Consequentemente e, de modo relevante, para alguns entrevistados, mistura-se a figura do Estado – instituição – com a pessoa do governante, porquanto há uma identificação⁸⁷ de seus interesses no político Arraes. Enuncia o entrevistado “[...] a luta tem sido árdua, nós temos conseguido, graças ao governo Arraes [...]”.

A organização, o exercício da pressão quanto à natureza, volume e profundidade, varia em conformidade com a conjuntura política em que se estabelece. Isto é notório na realidade brasileira e latino-americana, cujos “momentos” democráticos são alternados por períodos de ditadura. A repressão política tem conseguido abafar ou calar – temporariamente – as manifestações de parcela dos segmentos sociais, cassando, desta feita, os direitos de cidadania – político e civil.

Nessa circunstância, o poder do Estado se distancia das manifestações da população sobre suas questões de vida – representada pela moradia no caso do Chié.

O ressurgimento do processo de organização no interior da favela está respaldado aqui na luta pela moradia e, nesse instante, expressava no sentido mais amplo do termo ou dos elementos que incorporava: casa, serviços coletivos, terra, infraestrutura, num contexto de melhoria de qualidade de vida. Esse processo cria e dissemina instrumentos e condições para a inclusão dos habitantes do Chié em contraposição aos privilégios de apenas alguns segmentos sociais, na condição de cidadão – usufruindo dos direitos sociais e no caminho da efetivação de uma ação política.

⁸⁷ Essa identificação, provavelmente, está relacionada a uma séria de fatores, tais como: a história política de Miguel Arraes que quando governou o município do Recife (Capítulo 1) e no primeiro mandato a frente do governo do Estado, priorizou ações para a população de classes mais baixas. Esta priorização registra-se, novamente, no seu segundo período de mandato em Pernambuco.

Rosa Maria Cortês de Lima

O uso dos meios de comunicação de massa pela organização popular, agregando-os a sua luta, constitui a própria saída da população do interior do seu ambiente – a favela – na perspectiva de tornar suas necessidades e lutas por direitos, reconhecidas pela sociedade.

Na ocupação das ruas – passeatas, ato público –, simbolicamente, na saída para o asfalto, deixam que se perceba a sua compreensão política sobre as lutas que travam e como essas atitudes ampliam as possibilidades de ganho.

Ao serem ouvidas pelo Estado em suas reivindicações, mesmo que estas não sejam atendidas, obtêm, por decorrência, por parte daquele, o reconhecimento do que solicitam. Nesse confronto, consolida-se uma legitimação recíproca – Estado – organização popular – ao que indica estaria em curso o processo de cidadania.

CAPÍTULO 4

MORADIA E AÇÃO POLÍTICA

No presente capítulo, aborda-se Moradia e Ação Política com o objetivo de compreender e interpretar o movimento de lutas desencadeado pelos moradores da favela do Chié, cujas ações incorporam a busca para obter bens materiais, mas, em especial assenta-se na procura de partilhar o processo político na sociedade, mesmo que confrontada aos limites da participação política popular no Brasil.

Ao tratar da ação política no contexto deste estudo, não se está com isto constituindo dois objetivos de análise polarizados teoricamente, nem tampouco dicotomizando-os. Na verdade, entende-se que ação política e cidadania desenvolvem-se num encadeamento indissociável dentro do tecido social.

A moradia expõe dois níveis de ação política, distinção acionada apenas como forma de abordagem, visto que, de fato, compõem-se numa mútua inter-relação.

O primeiro nível surge e se enraíza no embate de forças, tendo como centro de disputa o tecido social e as contradições a ele agregadas; o segundo emerge na esfera da articulação dos interesses individuais para criação e fortalecimento do coletivo. Em ambos os níveis, o enfoque principal converge para a interferência e partilha política, se bem que, por vezes, aparentemente pacífica, transparecem conflituosas no debate de interesses díspares entre classes distintas no interior da sociedade.

4.1 INTERESSES DIVERGENTES

As relações sociais estabelecidas no âmbito da sociedade refletem os interesses de classes que a constituem e são alicerçadas em

perspectivas diferentes. As lutas empreendidas pela população pobre fixam-se na busca de confrontar as desigualdades que a incluem num processo de exclusão e diferenciação no conjunto do ambiente social.

Os registros da história do Chié demonstraram o lugar ocupado e seus habitantes. Mostram que esse lugar esteve, frequentemente, entrelaçado com um universo complexo de interesses divergentes.

O mangue, quando ocupado em seu estado natural, não havia, ainda, despertado para a cidade e para parcela de seus atores sociais maior cobiça. Entretanto, a urbanização impõe novas marcas ao Recife. E, dentre elas, a destruição de trechos ocupados pelas pessoas que habitavam nesses lugares. A destinação da terra urbana evidencia os interesses divergentes que passam a compor o universo dos moradores do Chié no que se refere a um chão para morar.

A trajetória das lutas por moradia empreendidas pela população pobre, na cidade do Recife, revela, de forma mais acintosa, o conflito de classe que se desenrola no interior do território recifense.

Na história da Ilha, narrada no corpo deste trabalho, identificam-se várias tentativas de expulsão dos moradores. A sequência dos fatos evidenciam duas tendências de ação para aquele lugar: uma, de extinção com a retirada da população; e, uma outra de consolidação. Em verdade, nenhuma delas realizou plenamente suas proposições. Não havia se consolidado o caminho a ser seguido, ou até mesmo porque as ações que envolviam a área foram desencadeadas ao longo de toda sua existência, possibilitando perdas e ganhos para os moradores.

A expansão urbana do Recife conferiu às terras do Chié um alto valor imobiliário. O espaço conquistado através de aterros sucessivos vai recebendo, nos seus limites, a implantação de infraestrutura. Esses fatores viabilizam e geram possibilidades de especulação.

De outra parte, as ideias urbanísticas dos anos 1970, pautadas nas regras do planejamento modernizador, definem eixos de expansão urbana da cidade, cabendo destacar: a expansão em direção a Paulista, fazendo a integração do setor Norte, possibilitando o acesso ao distrito industrial de Paulista, a ocupação do litoral para veraneio e a implantação de vilas de COHAB. Em direção ao setor Sul, configurava-se a interligação ao Complexo de SUAPE. Na

concretização dessas ideias, inseria-se o alargamento da Avenida Agamenon Magalhães, primeira perimetral do Recife, viabilizadora desse empreendimento.

Ao longo dessa Avenida, seria, então, instalado o Centro Administrativo do Governo do Estado de Pernambuco. Todavia, entre as obras previstas, somente a construção dos edifícios Sede da COHAB-PE, Centro de Convenções – final da década de 1970 – e, posteriormente, o DNOS e o Ministério do Trabalho foram edificados.

O alargamento da Avenida Agamenon Magalhães modificou a configuração urbana da cidade e atingia diretamente a favela do Chié.

Ao discutir os efeitos da metropolização, adverte Costa (1982, p. 67):

O fenômeno da metropolização representa a integração de espaços urbanizados a partir de um núcleo centro, cujo crescimento e poder de influência direta ultrapassa seus limites político-administrativos.

Esse processo acelerado de urbanização engloba fatores de natureza econômica, política e social. É nesse contexto, que se situam as divergências de interesses, envolvendo os habitantes da localidade.

Os moradores, ao construírem o solo com o aterramento do mangue⁸⁸ para morar, reivindicavam o acesso aos serviços distribuídos no espaço urbano com outros segmentos sociais. Requeriam a garantia da permanência naquele chão e a construção de uma “moradia digna” que lhes permitisse sair de casa sem molhar os pés. Era a confirmação da “luta do povo” na expressão de um morador.

Estava posta, assim, a tensão estruturada sobre dois eixos diferenciados de interesse, onde o Estado assumia o duplo papel: o de interessado e o de interlocutor. Com efeito, a população situada no centro dessas divergências era impelida ao processo de organização como forma de resistência.

⁸⁸ Ver sobre os mangues do Recife: Castro (1954; 1967); Melo (1974).

Não se pode, porém, esquecer que muitas famílias foram retiradas da área, ou afirmar que a organização popular era de tal vulto que, por si só, fora capaz de bloquear a ação de expulsão ou a totalidade dos planos de renovação urbana.

A experiência de organização popular e as lutas, a partir daí empreendidas, somadas a outros fatores, possibilitaram a interrupção de projetos urbanísticos em Brasília Teimosa e no Coque, uma vez que provocariam uma expulsão significativa dos moradores daquelas localidades.

Com a supressão⁸⁹ da favela, o poder público disporia do espaço, disciplinando o seu uso e ocupação e liberando essa terra para novas construções, valorizando-a de imediato e em termos futuros.

O alargamento da Avenida Agamenon Magalhães provocou a maior retirada planejada da população da área. Contudo, ao término desse processo de expulsão, os moradores situados fora do eixo de desapropriação – os mais imediatamente atingidos – puderam permanecer no Chié. Situação persistente no tempo da realização desta pesquisa e, simultaneamente, propiciou a continuidade da luta pela posse da terra e sua urbanização.

Na década de 1980⁹⁰, os moradores do Chié concentram suas reivindicações e lutas na urbanização da favela, congregando antigos interesses dos seus ocupantes. Ainda que enfrentando propostas e contrapostas⁹¹ do poder público, no início da década, este se curva às ideias e pressão exercida pela população da área, afastando a perspectiva imediata de remoção⁹².

⁸⁹ Cabe lembrar a Política Habitacional de Agamenon Magalhães, entre 1930 e 1940, dirigida para extinção de favelas. Ver sobre o assunto: Pandolfi (1984); Rocha (1989).

⁹⁰ É interessante mencionar que a urbanização de favelas no Brasil constitui experiência que data da década de 1970. Ver: Souza (1990).

⁹¹ Sobre as propostas do poder público para as favelas, constantes do Projeto Ponte do Maduro, Ilha do Chié, Ilha de Santo Amaro, Ilha de Santa Terezinha e Ilha de Joaneiro, ver Capítulo 1, deste trabalho. Vale ressaltar que o cenário político da época, situado no contexto da “abertura” política. Esse elemento, já favorecia o diálogo do poder público com a população e o avanço de suas proposições. Entretanto, o projeto é apenas parcialmente executado.

⁹² Para leitura sobre remoção de favela no Rio de Janeiro, década de 1960, – ver:

As obras são iniciadas e executadas parcialmente, registrando, em seguida, uma completa interrupção em decorrência de um conjunto de fatores⁹³.

Imbuídos da luta, os moradores do Chié, agregados às favelas situadas no derredor – componentes do projeto Ponte do Maduro – concentram seu poder de pressão junto ao Governo popular⁹⁴, eleito para gestão estadual em 1987-90 (Governo Arraes). Desse modo, endereçam ao Estado as reivindicações no sentido de reativar o projeto de urbanização, compreendendo: obras de infraestrutura, construção de moradia e posse da terra.

A pressão popular foi exercida com maior vigor no Governo Estadual do Governador Miguel Arraes de Alencar (1987-1990) e na Gestão Municipal de Jarbas Vasconcelos (1986-1989). Essa pressão tinha explicação, segundo entendimento dos segmentos populares, no fato de que nesses governos, residiam maiores possibilidades de ganhos e respostas as suas reivindicações e demanda, uma vez que os governantes compartilhavam com propostas para enfrentar a questão da moradia.

Explicações sustentadas por Souza (1990a, p. 125) apontam, portanto, para fatores condicionantes da ação do Estado nos assentamentos populares, em respostas à pressão e à reivindicações formuladas. Nesse sentido, a autora nomeia como fatores condicionantes:

[...] o potencial de protestos do movimento popular; as oportunidades de ganho político do grupo do poder, enquanto promotor do 'bem estar social'; a conjuntura geral; a viabilidade econômica como técnica de empreendimentos.

A conjugação desses fatores cria condições favoráveis às pressões da população pobre, sobressaindo: o contexto em que essas pressões

Valladares (1978).

⁹³ No Capítulo 3, estão postos, como causas intervenientes da interrupção das obras do Projeto de Urbanização do Chié, fatores de ordem técnico/financeira, exigência do BNH (Órgão Financiador) ou ausência de definição política.

⁹⁴ Sobre a administração Jarbas Vasconcelos a frente da gestão municipal, ver: Boer (1987), entre outros.

ocorrem, no qual transparece a prioridade do social, mesmo que no âmbito do discurso; um período de lutas, no País, pela Constituinte, concorrendo para fortalecer o potencial organizativo da população.

Impelidos pelas circunstâncias integrantes de suas vidas e os aspectos condicionantes favoráveis, a população pobre da Ilha busca a ação política como instrumento de luta capaz de contribuir para modificar as condições de moradia em que vivem. A urbanização da área entre 1987 e 1990 materializa os anseios da população local e a responde a consolidação de seus interesses. Entretanto, a luta e pressão exercida não trouxeram como resultado a legalização da posse, não foi concretizada a velha reivindicação dos moradores do lugar, muito embora permanecesse em curso.

De fato, a regularização da terra passa para a população o sentimento real de segurança. Restringe possível expulsão ou retirada compulsória do local no qual a população está assentada.

O reconhecimento pelo Estado da população do Chié e áreas vizinhas em igual situação, como parte do espaço urbano, significa admitir da sua existência.

A percepção do espaço político como espaço de ganho, pelos moradores do Chié requer e provoca ações necessárias e eficazes – o fazer política. Assim, abre caminho para outros campos de articulação e de negociação.

4.2 UMA ALTERNATIVA: DO INDIVIDUAL AO COLETIVO

A população, ao ocupar a área de mangue do Chié, busca alternativas, mesmo que de forma isolada, para a solução de suas necessidades imediatas: sobrevivência, terra e moradia.

À medida que a população foi se instalando o processo de ocupação crescia, ampliando o número de pessoas em situação similar. Novas relações sociais se estabeleceram e floresceram através da vizinhança, das condições de sobrevivência, do trabalho, da sociedade.

No aterro do mangue e no erguer dos primeiros mocambos, são identificadas formas de cooperação mútua, manifestadas, por vezes,

por intermédio do ensinar o processo adequado de construir o solo, sobre as águas de forma manual⁹⁵. Não contavam para a ocupação do território com ações do governo, nem seguiam qualquer alternativa de ocupação planejada. Moviam-se essas ocupações pela necessidade de seus ocupantes, assim o desenho do urbano construído na prática assentava-se na premência da população de ter um lugar para erguer a moradia. A concentração de terra urbana comprometia incisivamente o acesso, por essa parcela da população, do direito à terra e à habitação.

A moradia, para indivíduos em situação de pobreza, constituiu o elemento aglutinador, em torno do qual se cristalizaram as reivindicações. Reivindicações que atendem em primeiro plano as necessidades individuais possibilitam a passagem desse aspecto individualizado para a dimensão coletiva, na proporção em que são partilhadas por um número maior de indivíduos situados no espaço físico-social, em condições semelhantes.

Como lembra Durham (1984, p. 26),

[...] os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência. A igualdade de carências recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais).

Evidenciam-se questões que embora atendam a necessidades individuais canalizam, também, interesses ao redor dos quais se criam as condições para o surgimento do coletivo. A esse coletivo são congregados, em seu interior, elementos de heterogeneidade que, ao espelharem as diferenciações, contribuem, por vezes, para a manutenção do processo⁹⁶.

As primeiras reivindicações dos moradores do Chié estão voltadas para o interesse de todos: matéria para melhorar o aterro em que se ergueram seus mocambos. Essas reivindicações, como informou

⁹⁵ É a denominação técnica de caixa, frequentemente usada nas áreas de mangue do Recife, registrada no Capítulo 1.

⁹⁶ Para leitura sobre coletivos, ver Arcoverde (1985), que em estudo realizado sobre o conceito de comunidade faz uma análise do discurso da prática do Assistente Social em instituições públicas.

a população, eram feitas de modo isolado e dirigidas a políticos ou representantes do poder municipal. Nem sempre atendidas. Depois veio a água, a luz. No entanto, as condições físicas da área e das habitações permaneciam bastante precárias. Por vezes, registrava-se tentativas de expulsão⁹⁷.

O plano individual das necessidades era ampliado, saindo do indivíduo para o interior da favela na conjugação de interesses e necessidades comuns e direcionavam-se para o tecido social. Numa afirmação de Santos (1987, p. 77): “O papel do indivíduo não se exalta na subordinação social ao individualismo.”

Nas imagens de um morador, está ressaltado o caminho percorrido pela população no desenvolvimento do processo que ocorre o individual e a construção do coletivo. Registram os avanços dos níveis de informação e conhecimentos dos seus direitos, condições indispensáveis à efetivação da ação política.

[...] o povo antes não se preocupava muito e não tinha conhecimento da realidade, não conhecia os direitos que tinham. Hoje a comunidade está conhecendo a força que tem [...].

Na história do Chié, a Associação de Moradores viveu dois momentos diferenciados: a primeira Associação⁹⁸, antecedente a 1964, era voltada, apenas, para encaminhar reivindicações; e a Associação criada em 1981, cujo campo de ação se situava no encaminhamento das reivindicações e estas se entrelaçavam no embate por direitos, adentrando na prática da ação política.

Jaccoud (1987, p. 57), numa análise sobre as associações de bairro do Recife no período 1945-1964, sinaliza que:

⁹⁷ Sobre as várias tentativas de expulsão do Chié, ver Capítulo 1.

⁹⁸ A primeira Associação de Moradores do Chié esfacela-se com o movimento de 1964, já mencionado neste trabalho. Jaccoud (1987, p. 57), numa análise sobre as associações de bairro do Recife no período 1945-1964.

O Morar e a Moradia

Na maior parte das vezes dirigindo suas reivindicações ao Estado e dele cobrando a situação de seus problemas, as associações foram progressivamente intensificando sua atuação. Incorporando formas mais associativas de trabalho e mais política de ação, em muitos momentos, as associações optaram pelo trabalho comunitário, sob forma de mutirão, para solucionar com rapidez seus problemas. Por outro lado, fizeram emergir seu caráter político, atuando como canal de penetração da sociedade política na sociedade civil, seja através dos partidos políticos de demandas político-eleitorais ou do próprio Estado.

No curso da pesquisa constatou-se que a Associação da Ilha não apresentava esse nível de organização política. Entretanto, estabelecia permanente conexão com uma postura política arraigada nas lutas pelo direito de acesso à moradia, ao mesmo tempo em que se articulava com outras formas de organização do movimento popular em curso no Recife, incluindo Federações, Confederações e instâncias organizativas de dimensão nacional.

Assumia a Associação, no tempo da pesquisa, o papel de órgão mobilizador e catalizador dos interesses dos moradores do Chié. Nessa circunstância, atuava com interesses individuais, canalizando-os na direção do coletivo.

A afirmação de Cardoso (1983, p. 229), subsidia o debate aqui realizado e estabelece conexões para a compreensão sobre o assunto: “Parece muito simplificador tomar as carências das periferias urbanas como fator capaz de produzir espontaneamente a mobilização para a ação.”

Esta afirmativa pode indicar determinar aspectos a serem considerados:

- Entende-se que, em situação de pobreza absoluta, a população não dispõe de condições para a mobilização, permanecendo numa situação de “isolamento social”⁹⁹;
- A compreensão da sua pobreza e das condições de

⁹⁹ Para leitura, é interessante ver o livro que aborda a questão dos mendigos em São Paulo, vivendo em níveis de pobreza absoluta. (STFFELS, 1977).

desigualdade social frente a outros indivíduos ou segmentos sociais constitui um elemento estimulador do processo de mobilizações;

- A articulação entre indivíduos em situações semelhantes, criando momento de discussão sobre as condições de sua realidade, encaminhada novas possibilidades de mobilização;
- A articulação com outros grupos (associações) em condições similares, com outros segmentos sociais e/ou com o Estado pode desaguar num processo mobilizador.

Em realidade, a mobilização se efetiva numa junção de fatores necessários e indispensáveis à participação.

Os depoimentos seguintes mostram o caminho e a dimensão que o participar assume, no entendimento dos entrevistados, em referência ao movimento do bairro¹⁰⁰.

[...] eu acho que é importante eu participar do movimento de bairro, abre a cabeça da gente para o mundo, a gente conhece melhor a realidade. Começa a ver as coisas de maneira diferente. Começa a ter um nível de consciência política maior. Eu pensava: Pra que votar? Não tinha essa questão de escolher um candidato, votava na oposição, porque a maioria das pessoas vota na oposição. E hoje eu tenho consciência de que não é só votar na oposição, tem que ver na realidade é oposição [...].

[...] a participação¹⁰¹ é um pouco relativa, porque, às vezes, o povo dá tudo de si, mas quando consegue sua casa começa a se acomodar [...].

[...] tem gente que já fez sua casa, aí nem aparece. Mas, metade do povo vai [...].

¹⁰⁰ Sobre movimento de bairro no Recife ver: ETAPAS, 1988; Cézár, 1985. E, sobre movimentos sociais no Recife, Jaccoud, 1990.

¹⁰¹ Em relação à participação ver: Ammann, 1880; Cardoso, 1977, e outros.

O Morar e a Moradia

A participação social no contexto da organização dos moradores emergia sob perspectivas diferentes: de um lado a participação era vista como instrumento de avanço no campo da politização; do outro lado como mediadora para atender as suas necessidades individuais. Contudo, o grau de participação dos indivíduos variava conforme o tipo de situação coletiva envolvida e a percepção que tinha sobre a questão.

No que tange a intensidade da participação em Associação de Moradores no Recife, baseada em informações da ETAPAS (1988, p. 30), registra-se:

A participação e organização dos moradores se observa sempre a partir de alguma luta ou reivindicação específica. Conquistado o objeto da luta, a articulação quase sempre se desfaz. É a partir dos sinais da conquista alcançada que a Associação se constrói. Mas a participação no cotidiano da construção da entidade não se dá com o mesmo nível de mobilização. No entanto, quando a estruturação forma da entidade se dá paralelamente a um processo de luta, evidencia-se uma participação mais permanente dos moradores.

O referencial dos moradores local para participar da Associação estava, primordialmente, concentrado nas lutas por ações concretas pautadas nas necessidades prementes de acesso a moradia e a posse de terra. Isto remete a diversas indagações formuladas pelos membros da Associação. As reivindicações, quando satisfeitas, afastariam as pessoas da Associação? Essa questão não tinha resposta no momento. Caso isso acontecesse, como ficaria a ação política, o partilhar das questões mais amplas da sociedade?

Imbuídos dessa preocupação, alguns entrevistados procuravam ampliar e aprofundar as discussões que se processam na Associação de Moradores.

[...] a gente não só conversa só sobre casa, mas, também, passa para o pessoal uma consciência política, como a gente vê o mundo lá fora [...].

[...] nas reuniões, a gente convocava as pessoas, conscientiza elas, e elas vão se juntando por

necessidade própria [...].

Nas imagens precedentes, a consciência política é posta como um bem transferível a outrem. E constitui objeto de atenção de determinados moradores no sentido de ampliar as discussões no interior do órgão representativo local para além das necessidades imediatas. Nessa perspectiva, contribui para o desenvolvimento dessa consciência.

A ampliação da questão no âmbito da Associação apresenta oposição de alguns moradores. Isso pode ser observado na fala que se segue:

[...] algumas pessoas colocam nas reuniões que não se deve discutir política, mas a gente sempre coloca a diferenciação entre política partidária e política que a gente está vivendo dia-a-dia [...].

Note-se que a prática da discussão política fortalece a possibilidade de um salto qualitativo em relação às discussões pautadas, e uma saída dos temas voltados exclusivamente centrados nas necessidades individuais, assumindo, portanto, outra dimensão, onde o coletivo é incorporado, exercitando a trajetória da ação política.

O potencial organizativo da população foi canalizado, inicialmente pela Igreja¹⁰², à semelhança de outras áreas do Recife.

[...] através da Igreja, levou essa discussão (construção da COHAB, Avenida Agamenon) para outras comunidades (favelas vizinhas), nós tivemos um vigário amigo que teve uma grande participação [...].

As referências positivas alusivas a Igreja Católica ganham importância no Chié. Mencionam o vigário como uma pessoa cuja linha de atuação se identificava com os interesses dos moradores. Posto que, encampava suas lutas e possibilitava a articulação com

¹⁰² Sobre a presença da Igreja junto às camadas populares no Estado, ver De La Mora, 1987; Castro, 1987.

outros movimentos organizados.

Para o movimento que tomou corpo no Chié, a luta pela moradia fortalece a organização conforme expressam:

[...] eu acho que sim, porque lutando pela casa vai ficar mais forte para outras lutas [...].

[...] fortalece, porque todo mundo quer ter uma casinha para morar [...].

[...] acho que sim, porque tem pessoas que não querem sair daqui e as casas são necessárias [...].

[...] fortalece. Há uma maior integração [...].

[...] fortalece, porque, reunindo-se, todo mundo sabe o que está se passando, que direitos vamos ter e estamos sempre aprendendo [...].

As narrações precedentes vinculam a organização popular às demandas não satisfeitas que constituem, ao mesmo tempo, o centro aglutinador dos indivíduos. Indicam que a organização é mais facilmente viabilizada quando luta por questões concretas.

Na realidade, os movimentos de bairro, movimentos coletivos¹⁰³ no Brasil, no período de realização desta pesquisa, encampavam, prioritariamente, as necessidades básicas. De fato, entra em consonância com a situação da maioria da população brasileira, como já se analisou no Capítulo 2, que para ter direito, lutam por tudo.

Entretanto, as imagens representadas abaixo levantam uma questão de significativa importância para o processo organizativo, ao se referirem ao fortalecimento da organização via luta pela moradia.

[...] fortalece, porque é um material, mas nós da Associação, a gente deveria fazer com que a luta

¹⁰³Sobre o tema, ver: Boschi, 1983; Carlos Nelson, 1981.

pela moradia fosse sua luta política [...].

A dimensão empreendida ao aspecto abordado “luta política”, constitui o próprio conteúdo da luta pela moradia levada a cabo pelos moradores do Chié.

A necessidade individual da moradia toma corpo na medida em que constitui a necessidade de um conjunto de indivíduos, em situações semelhantes. “[...] o problema individual se atrela ao coletivo”. (ZALUAR, 1985, p. 209).

Essa junção individual e coletiva é um componente de realidade no conjunto das lutas envidadas pelos moradores pobres do Chié.

No seu processo de organização pós 1980, parcela dos moradores da Ilha, reunida em Associação de forma mais frequente, articula-se com os movimentos sociais organizados da cidade do Recife, passando fazer a parte, nessa década, do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF).

Ao analisar a dinâmica do processo e do potencial organizativo dos movimentos social em vigor, no Recife, De La Mora (1987, p. 256-258), acentua:

Classificamos de Movimentos Sociais toda manifestação coletiva que vise à conquista ou preservação de um direito considerado legítimo por uma categoria social, através da pressão exercida com maior intensidade e violência, dependendo do caráter conflitivo inicial e a rapidez que se pretende imprimir à sua superação. [...] No Recife contamos com mais de 190 associações de moradores que parcialmente institucionalizam estes movimentos. Então agrupados em quatro entidades de articulação de caráter federativo: duas Assembleias de bairro Metropolitano do Recife e a Federação Comunitária do Estado de Pernambuco (FECOPE), e duas específicas: O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). e a Federação de Moradores das Vilas da COHAB e assimilados (FEMOCO HAB).

Os interesses individuais dos moradores canalizam-se para o coletivo e extrapolam os limites da favela. Vai, assim, essa população, junto ao poder público discutir sobre suas demandas. Organiza-se na luta por direitos. Esse movimento busca exercer seu poder de pressão na tentativa de influenciar as decisões político-institucionais e alcançar os objetos desejados. Como já foi anteriormente abordado, a conjuntura geral favorecia essa prática.

As reivindicações sobre moradia, dirigidas à COHAB, colocam na mesa de negociação atores diferentes: poder público e habitantes da favela. Essa discussão concentra um potencial de reivindicações que expressam os interesses do morador e a exigência de discutir detalhadamente todas as propostas: as implicações financeiras para os habitantes locais, as condições de execução e a definição de prioridade.

A fronteira da favela é ultrapassada, também, quando realizam passeatas ao Palácio do Governo e a órgãos públicos, ou lançam mão dos meios de comunicação de massa. Além disso, para encaminharem suas lutas numa perspectiva de ação política, contam com apoio de entidades de Assessoria Popular¹⁰⁴ e com a presença eventual de políticos – que encampem suas lutas – em reuniões¹⁰⁵ ou assembleias.

Os moradores do Chié, centrados inicialmente nos objetivos individuais, que buscam suprir suas necessidades imediatas de sobrevivência e moradia, encontram, nos seus limites próprios, outros indivíduos em situação semelhante. Enfrentam, nos anos iniciais da ocupação, uma penosa luta individual frente às condições de pobreza em que viviam, as adversidades do espaço que ocupavam, as contradições demonstradas no urbano, que os colocavam em situação de desigualdade social, mas dispendo de um mínimo para sobreviver.

¹⁰⁴ Etapas, Comissão de Justiça e Paz – presença registrada em reunião do 03.06.1980.

¹⁰⁵ Atas das reuniões da Associação do Chié registram: 30.07.1980 – “presença do amigo Jarbas Vasconcelos”. 21.03.85 – Posse da nova diretoria da Associação, presentes: Representantes dos Empregados Domésticos do Recife, Componentes da Juventude Socialista do PDT, Movimento de Mulheres do PDT, Associação de Moradores da Ilha de Santa Terezinha e representantes da Igreja. Reunião do 07.08.1981 assinala a presença de Conselheiros de Brasília Teimosa que orientavam sobre como se faz uma Associação de Moradores.

Rosa Maria Cortês de Lima

Tais fatores criavam condições para o encaminhar de questões circunscritas ao plano individual em direção ao plano do coletivo. Na articulação desses dois planos e um processo lento de sua estruturação caracterizado por avanços e recuos, seguem na caminhada da organização popular.

No seu processo de organização, contam com o apoio da igreja, articula-se com o movimento de bairro da cidade do Recife, amplia o campo de ação. Fortalecem-se no interior da favela, a partir da sua realidade concreta, situada em conflito de classe. Vivenciam limitações quanto à mobilização de parcela dos habitantes do Chié no sentido de participarem das lutas. Tem, na moradia, o centro aglutinador da luta da favela.

Nesse contexto, concentram seu poder de pressão, de modo que, através da ação política, interfiram e partilhem politicamente das decisões e dos bens sociais. É importante ressaltar que essa ação política só ocorrerá se a população dispuser de mínimas condições de sobrevivência que lhe permita elaborar o processo organizativo. Mostra a história do Chié que avanços foram registrados nesse campo e que se processaram de forma conflituosa, resultando em perdas e ganhos. E, assim situado, o avanço do individual ao coletivo e daí à partilha política encontra-se em processo. Não é um espaço concluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação do solo na cidade do Recife guarda determinadas singularidades, em face de outras cidades brasileiras. O aterro dos mangues é parte de sua história, desde o esboço mais incipiente de sua estruturação enquanto cidade. É um processo até mesmo anterior, vem da natureza, intensificado pelos holandeses, perpetuado pela população mais pobre, na luta pelo espaço para suas moradias.

A intervenção do homem expressa fatores de natureza socioeconômica e política, retrata questões macros que determinam o urbano: estrutura fundiária, desemprego, concentração de renda, situação econômica do Estado, tradição de dominação oligárquica cultural de dominação, paternalismo político, populismo, desarticulação social, fraco nível organizativo da população, cidadania restrita, entre outras. Fatores dessa ordem repercutem na correlação de forças que se estabelece entre grupos sociais diferentes com a intermediação do Estado.

Como tem demonstrado a história, o solo ocupado pela população pobre no Recife, em sua grande parte, situa-se em áreas de mangue, margens de canais, terras passíveis de alagamento, morros e encostas muitas das quais apresentam menores condições imediatas de urbanização. Tais circunstâncias têm se constituído argumento e contribuído para que a cidade e seu processo de renovação urbana se deem por sobre essas áreas, provocando uma expulsão dos seus ocupantes. Ademais, as precárias condições das moradias de baixa qualidade, padrão de referência para as indenizações, apresentam um custo reduzido frente às habitações de outros segmentos de renda mais elevados, o que “viabiliza” economicamente os empreendimentos. Enquanto que o valor das indenizações tem sido insuficientes para repor a moradia.

No entanto, outros interesses situam-se por trás dessa realidade: a criação de espaços para especulação imobiliária a curto prazo ou em prazos médios e longo, bem como, o distanciamento do pobre do

interior do urbano por “enfear” a cidade.

Não se pretende aqui negar a importância ou necessidade de renovação da cidade, mas de destacar como esta se processa.

Em verdade, isso representa um afastamento progressivo do pobre do tecido urbano, pressionando-o para locais mais distantes e similares, onde o trabalho de ocupação e construção do solo recomeça.

A ilha do Chié tem resistido à expulsão, tem ganho a luta, mesmo com histórias parciais. A conjugação de vários fatores que se entremeiam tem contribuído para que isso ocorra. Esses fatores estão relacionados à conjuntura política, à presença da Igreja, a partidos políticos, a órgãos de assessoria que passaram pela área, e ao potencial organizativo da população, o papel do Estado. A exemplo de outras áreas, como Brasília Teimosa ou Coque, a junção desses vários fatores obrigou o Estado a atender as reivindicações dos habitantes locais, contrariando interesses de segmentos com maior poder de representação na sociedade – especuladores do mercado imobiliário –, numa luta parcial contra o capital.

A permanência dos moradores da Ilha situada nessa localização se constitui um aspecto de sua identidade com o mundo urbano. Ao mesmo tempo em que propicia a seus ocupantes condições facilitadoras de acesso ao mercado de trabalho ou da simples sobrevivência, aos serviços coletivos, reduzindo os custos com o seu deslocamento, uma vez que está inserida no tecido urbano.

As lutas empreendidas pelos direitos sociais – assentadas no morar e na moradia, no acesso aos serviços distribuídos entre diferentes segmentos sociais, no interior do urbano, – têm contribuído como pontos de avanço na conquista, mesmo que restrita, e ampliação da cidadania.

Vivendo uma realidade conflituosa, entre jogos de interesses divergentes, representantes de classes sociais distintas, e percebendo as possibilidades de ganho político em momentos e circunstâncias diferentes, envereda pelo caminho da ação política – o fazer política – como potencial para assegurar ganhos sociais.

A caminhada de conquistas dos moradores do Chié não resolveu todas as demandas e carências. Mas, algo cristalizou. É importante perceber como essa população, numa luta miúda, constrói o espaço,

palmo a palmo, organiza-se e entende de certa forma o conteúdo da política, tendo conquistas significativas.

A história, entretanto, não se encerrou e também não tem um ponto final. O que acontecerá não está predeterminado, mas condicionado a uma série de fatores: capital, planejamento urbano, comportamento do Estado e o como a correlação de forças se ocorre na sociedade.

Ao final, convém registrar: o mergulho na análise, leitura ou interpretação da fala dos moradores do Chié enfrenta limitações de ordem prática. Em determinados instantes, as representações que fazem sobre o morar e a moradia ocorrem como que num “passe de mágica”, simples, diretas, de uma profunda riqueza de detalhes, imbricadas de teoria e prática, se assim se pode afirmar, como se bastassem por si sós. Por vezes, parecia que qualquer comentário tiraria o brilho, a força do significado de suas imagens.

O compromisso assumido no presente trabalho tinha como objetivo a leitura da fala do morador da favela do Chié. Isso foi realizado nas circunstâncias em que esta se deu e na perspectiva em que se visualizou. Outras interpretações, com certeza, poderão ser captadas e recairão sob a responsabilidade de quem as lê.

Este estudo 23 anos após a apresentação como Dissertação de Mestrado, e hoje no formato de livro, ocorre no momento em que a área do Chié foi transformada em ZEIS, está em curso o Projeto de Regularização Fundiária, possibilitando e assegurando, assim, aos moradores do lugar a titulação da posse da terra. Esta ação reúne os frutos de lutas iniciadas há aproximadamente 100 anos, conforme traduziram os entrevistados. Desvela o protagonismo dos muitos que construíram o chão para morar, dos avanços e refluxos dessas lutas, de parcela da história urbana, socioeconômica e espacial da cidade do Recife.

Um registro especial recai sobre o longo tempo decorrido para a concretização de ações de políticas públicas do Estado em áreas de assentamento popular, indicando a correlação de força presente no urbano, os interesses permeando as ações e a força do peso da balança para qual lado é dirigido.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira. Ideologia e desenvolvimento da comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia de. Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1979.

_____. A terra e o homem no nordeste. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 2003.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O coletivo Ilusório: Uma reflexão sobre o conceito de comunidade. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1985.

AZEVEDO, Sérgio de Andrade, Luiz Aureliano Gama. Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zalar, 1982.

AZEVEDO, Sérgio de. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli. Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 114 p. p. 67 – 114. (Série Debates Urbanos, 4).

BAKHITIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

BANCK, Geert. A Estratégia de sobrevivência de famílias de baixa renda no Brasil: um estudo de caso. In: VELHO, Gilberto (Coord.). O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa: Editora Estampa, 1989.
- BARROS, Souza. A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.
- BASTOS, Elid Rugai. Para a análise dos movimentos sociais. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 4, n. 13, p. 83-106, dezembro, 1983.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Coord. A práxis política e a economia em Pernambuco: estudo do funcionamento da economia metropolitana – Governo do Estado de Pernambuco. Recife: SEPLAN: grupo de trabalho para estudo da economia metropolitana do Recife, 1988.
- _____. Para reler o Recife e suas origens. In: RESENDE, Antônio Paulo. (Org.). Recife: que história é essa? Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. 268 p. 17-38. (Tempos e Espaços, 1).
- _____. Nordeste: Transformações no século XIX. In: BERNARDES, Denis; IANNI, Octávio; CORREIA, Sônia. Nordeste: História e política. Recife: Pires – Universidade Federal de Pernambuco, 1980.
- BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. Alagados, mocambos e mocambeiros. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-MEC. Imprensa Universitária, 1965.
- BEZERRA, Gregório. Memórias (1ª parte) 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 1985.
- _____. Habitação: e política e o habitante. In: BLAY, Eva Alterman. (Org.). A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

Rosa Maria Cortês de Lima

_____. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. Espaço e debates. São Paulo, a. 3, n. 9, p. 88-89, mai./agos., 1983.

BOER, Jaime e LADIN, Valéria. É povo de novo? Cadernos GAJOP- Gabinete de assessoria jurídica das organizações populares – Centro Luiz Freire, v. 6, p. 67-87, 1987.

BOLAFFI, Gabriel. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In: PRADO, Lícia Valladares (Org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. São Paulo: Brasiliense, 1977. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, 27.

_____. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

BONDUKI, Raquel, BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio Janeiro: Zahar, 1983.

BOURDIEN, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988/Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990 (Série Legislação Brasileira).

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim v. 1, n. 1, jan./jun., 1985. 127 p.

CAMARGO, Azeel Rangel, et al. A cidade na constituinte: pontos em debate. Espaço e Debates, São Paulo, a. 6, v. 3, n. 19, p. 66-75, 1986.

CAMARGO, Cândico Procópio Ferreira de, et al. São Paulo 1975: Crescimento e pobreza. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CAMPOS, Maria M. Malta. Educação e cidadania. Espaço e debates. São Paulo, a. 6, v. 3, nº 19, 1986. p. 106-107.

CANÁRIO, Milton de Abreu. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Terra de habitação x terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia na América Latina. In: A oposição no poder. Novos estudos CEBRAP. n. 10, 1984. São Paulo. p. 45-56.

CARDOSO, Adauto Lúcio e RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Dualização e reestruturação urbana. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

CARDOSO, Ruth e DURHAM, Eunice Ribeiro. Elaboração Cultural e participação social nas populações de baixa renda. Ciência e cultura, v. 29, n. 2, 1977.

CARDOSO, Ruth. Sociedade e poder: As representações dos favelados em São Paulo. Ensaio opinião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 6, 1987. p. 38-44,

_____. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CARVALHO, José Murilo. República e cidadania. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984. (Série Estudos, 26).

CARVALHO, Inaiá. M., MOREIRA E CASTRO, Nadua Araújo. Sobre a pobreza do Nordeste (ou melhor, da grande maioria dos nordestinos). In: CARVALHO, Inaiá, HAGUETTE, Tereza M. F. (Org.). Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro. São Paulo: Hucitec, CNPq, 1984.

Rosa Maria Cortês de Lima

CASTELLS, Manuel. Lutas urbanas e poder política. Porto: Porto, 1976.

_____. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Gustavo do Passo. As comunidades do Dom: um estudo de CEB's no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1987.

CASTRO, Josué de. A cidade do Recife: ensaios de geografia urbana. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

_____. Homens e Caranguejo. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CÉZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). Cadernos de Estudos Sociais, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 1, n. 2, jul./dez., p.161-181, 1985.

COIMBRA, Marcos A. E. L. S. Cidade, cidadania e política públicas. In: SOUZA, Amaury de. (Org.). Qualidade da vida urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 101 p. p. 79-101. (Debates Urbanos, 7).

CONSELHO E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. Retrato da gente. Recife: Etapas, 1987.

CORRIGAN, Paulo e LEONARD, Peter. Prática do Serviço Social no Capitalismo: uma abordagem marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COSTA, Eda Maranhão Pessoa. Expansão urbana e organização especial. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1982.

COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DE LA MORA, Luís. Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço recifense. In: REZENDE, Antônio Paulo

- (Org.). Recife: que história é essa? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 225-265. (Tempos e Espaços, 1).
- DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP, n. 10, p. 24-30, outubro, 1984.
- ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e Editora Ltda. 1979. 76 p. (Coleção Fundamentos, 10).
- _____. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- ESTATUTO DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- ETAPAS. Reflexos sobre a organização do movimento popular na Região Metropolitana do Recife. Recife, 1984.
- EVER, Tilman et al. Movimento de Bairro x Estado na América Latina. NEP-Núcleo de Educação Popular, n. 75, p. 8-25, set./out., 1984.
- FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade. (Org.). FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda e SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Mocambos do Recife: o direito de morar. Ciência Hoje, Recife, v. 3, n.18, p.75-80, mai./jun. 1985.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e ideologia do trabalho social. São Paulo: Editora Cortez, 1983.
- _____. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Editora Cortez, 1980.
- FEDERAÇÃO APENAS DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES OU DE MOVIMENTOS POPULARES. Recife: CECOSPEL. 10 p.

Rosa Maria Cortês de Lima

FORTALECENDO NOSSA ARTICULAÇÃO: reflexão sobre a articulação do movimento de bairros na Região Metropolitana do Recife. Recife: Inter-Entidades, 1985. 35 p.

FREIRE, Paulo, Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONÇALVES, Norma Lacerda. Estado, capital financeiro e espaço habitacional: o caso da Região Metropolitana do Recife. 287 f. 1985. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)–Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

GOODE, William J. e Hatt, Paul K. Métodos em pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRUPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAGUETTE, Tereza M. F. Condições de vida e cidadania no Nordeste. In: CARVALHO, Inaiá, HAGUETTE, Tereza M. F. Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro. São Paulo: Hucitec, Brasília, CNPq, 1984.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A moradia da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p. (Série Estudos Sobre o Nordeste,

v. 7).

HIRSCHMAN, Albert. O. De consumidor a cidadão: a atividade privada e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOFFMAN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1997. 183p. (Coleção Ensaaios, n. 24).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 15. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CAVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: espaço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez-CELATS, 1982.

IANNI, Octavio. Negritude e cidadania. Cadernos PMC, Rio de Janeiro, v. 2. p. 11-35, março, 1980.

JACCOUD, Luciana de Barros. Movimentos sociais e crise política em PE: 1955-1968. Recife: FUNDAJ, 1990.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 179 p. p. 145-179. (Debates Urbanos, 5).

KAMAYANA, Nabuco. A prática profissional do serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, a. 3, v. 6, 198. p. 147-155.

KOIKE, Marieta dos Santos. Ganchos, bicos e outras variações: a reprodução dos trabalhadores desempregados. 1984. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1984.

KOSIC, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Capitalismo e marginalidade na América latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Rosa Maria Cortês de Lima

_____. Processo de desarrollo del estado em América latina y políticas sociais. Accion Critica nº 5, Lima: CELATS/ALAETS, abr., 1979. p. 10-12.

_____. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos de reflexão. Espaço e debates, São Paulo, v. 8, jan./abr., p. 55-63, 1983.

KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Terra de habitação x terra de espoliação. São Paulo: Cortez, p. 70-88, 1984.

LAING, R. D. O eu dividido. Estudo sobre a loucura e a sanidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

LIMA, Boris A. Contribuições a metodologia de Serviço Social. Belo Horizonte: Editora Interlivros, 1979.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. Acidade autoconstruída. Editora Universitária da UFPE, 2012.

LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1981.

_____. O papel de estado na urbanização capitalista. In: FORLI, Reginaldo. (Org.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 15-51.

_____. Existe uma renda fundiária urbana? In: FORLI, Reginaldo. (Org.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 81-91.

_____. LOWY, Michael. Método dialético e teoria política. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico, v. 5).

LOW-BEER, Jaqueline Doris. Renda da terra – Algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, nº 8, jan./abr., 31-41, 1983.

LUKACS, Yeorg. História e consciência de classe: estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MAGALHÃES, Agamenon. A verdade – artigo publicado na folha da manhã – 31.03.40. In: Idéias e Lutas. Recife: Editora Raiz/

Fundarp, 1985.

MARICATO, Ermínia. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 3. ed. Livro 1: O processo de produção do capital. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 38-a).

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATHIAS, Gilberto. Urbanização e Subdesenvolvimento: setor informal e estratégia de sobrevivência. Espaço e Debates, São Paulo. a. 5, nº 14, p.5-21, 1985.

MELO, Maria Lúcia Macedo. Unidade e divisão no espaço da pobreza. São Paulo: Cortez, 1983.

MELO, Marcus André B. C. de. A cidade dos mocambos: estado, habitação e luta de classes no Recife. Espaço e Debates, São Paulo, a. 5, nº 14, p. 45-66, 1985.

_____. Estado, capital, política urbana na formação social brasileira: uma interpretação histórico-metodológica. 1982 316 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)–Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1982.

_____. Estado, capital, política urbana na formação social brasileira: uma interpretação histórico-metodológica. 1982. 316 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)–Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1982.

MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1978.

Rosa Maria Cortês de Lima

_____. As migrações para o Recife I: estudo geográfico. 1. v. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC, 1961.

MELO, José Antônio Gonçalves de. Tempos de flamengos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou patrão, o trem atrasou. In: MOISÉS, José Álvaro e Outros. Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Paz e terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

MOISÉS, José Álvaro, LIMA, Luiz Gonzaga de Souza, et al. Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

MEYER, Regina Maria Proserpi. Segregação espacial. In: BLAY, Eva Alterman. (Org.). A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Terra do mangue: invasões urbanas no Recife. Recife: FUNDAJ, 1990.

ETAPAS. Chié: uma história de luta. Conhecer melhor para saber como mudar. Cadernos Conhecer Melhor nº 3. Recife: ETAPAS, 1990.

MOVIMENTOS SOCIAIS: Questões conceituais. Lua nova: revista de cultura e política. São Paulo, n.17, junho, 1989. 206 p.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: menos que um balanço crítico, mais que uma resenha. In: SILVA, Luiz A. Machado, et al. Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbana. Anais. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro e Outros, 1985. p. 22-28.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OBSERVAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE OS MUCAMBOS DO

RECIFE: baseadas no censo efetuado pela comissão censitária dos mucambos criada pelo Decreto nº 182, de 17 de setembro de 1938. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

OLIVEIRA, Maria Herlinda Borges. Política do Estado e prática do Serviço Social. 1986. 235 f. Dissertação (Mestrado de Serviço Social)–Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1986.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy e Outros. A vida na escola e a escola da vida. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para um re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 7-16: Introdução.

OLIVEIRA, Valdemar de. No tempo de Amaury. Recife: Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, 1975.

OLIVEN, Ruben George. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, Gilberto (Coord.). O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campos, 1980. p. 23-36.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães: Consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1984.

PARK, Robert Ezca. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

PERLMAN, Janice E. O mito da marginalidade: favela e políticos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERNAMBUCO, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Habitação popular no interior de PE: referencial para uma atuação voltada à realidade local. Recife, SEHDUR-DIPLAN, 1990.

Rosa Maria Cortês de Lima

_____. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Política de habitação popular em Pernambuco: atuação do governo estadual no período de março 1987/março 1990. Recife: SEHDUR-DIPLAN, 1990.

PERRUCCI, Gadiel. A república das usinas. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1978.

_____. Favela do Rio e mocambos do Recife. Recife: Fundação da Promoção Social, 1962. 58p.

PERUZZO, Dilvo. Habitação: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

PINO, Angel. Política de promoção social e exercício da cidadania – uma crítica às práticas de confinamento da pobreza. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, a. 10, nº 31, p.141-159, set./dez., 1989.

PAULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

RAMALHO, José Ricardo. Resistência operária: recriando as formas de lutas. Cadernos do CEAS, nº 94, p. 29-36, nov./dez., 1984.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RECIFE. Lei orgânica do município do Recife: Promulgada em 4 de abril de 1990.

REZENDE, Antônio Paulo (Org.). Recife: Que história é essa? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. 268 p. (Coleção Tempos e Espaços, v. 1).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Espaço urbano, mercado de terras e Produção da habitação. In: SILVA, L. A. Machado da. (Org.). Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 95 p. p. 29-47. (Sérgio Debates Urbanos, v. 1).

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e PECHAMAN. O que é questão da moradia. São Paulo: Brasiliense S.A., 1983. (Coleção Primeiros Passos).

ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado. A ideologia de Agamenon Magalhães: Processo sim! Mas com ordem! 1989. 129 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Pós-Graduação em Serviço Social, Recife-PE, 1989.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo e BONDUKI, Nabil Georges. Política de habitação e a luta pelo direito à habitação. In: MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. (Org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modelos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lúcio Prado (Org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. 293 p. (Coleção Ciências Sociais).

_____. Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Tempos e Espaço).

_____. Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

_____. Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: VALLADARES, Lícia de Prado (Org.). Repensando a Habitação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 79-105. (Debates Urbanos, n. 3).

SERRA, Rose Mary Souza. A prática institucionalizada do Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 1986.

Rosa Maria Cortês de Lima

SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1978.

SCHERER, Elenise F. Classes populares e ampliação da cidadania. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 23, p. 25 – 43, 1987.

SCHMIDT, Benício V. A presença do estado nas grandes cidades. Espaço e debates. São Paulo, a. 6, nº 13, p. 84–102, 1984.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 98p. (Coleção Debates Urbanos, n. 6).

_____. Movimentos Sociais para além da dicotomia rural urbano. Recife: Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas, 1985.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; MONTENEGRO, Antônio Torres. Movimento de bairro: repetição/ invenção. Recife: ETAPAS, 1988.

SILVA, Oswaldo Pereira da Silva. Pina: povo, cultura, memória. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire – produção alternativa, 1990.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius caldeira (Org.). São Paulo: o povo em movimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes – CEBRAP, 1981.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. ed. São Paulo - Recife-PE: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 271 – 345

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21 – 36.

SOUZA (a), Maria Ângela de Almeida. Assentamentos Populares do Recife: cadastro e mapeamento. Recife: SEHDUR-DIPLAN-URB, Recife, 1990.

_____. (b). Habitação: Bem ou Direito? A condições de acesso

à habitação popular analisadas à luz da atuação da Cohab-PE na RMR.1990. 2003 f. Dissertação (Mestrado de Desenvolvimento Urbano e Regional)–Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1990.

SPERIDIÃO, Faissol. Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

STOFFELS, Maria-Ghislaine. Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SWEETZY, Paul M; ROWTHORN, Bob; MARX, Karl. Para uma crítica da economia política. 3. ed. Publicações Escorpião, 1969. 106 p. (Cadernos o Homem e a Sociedade, nº 1).

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo: Editora Poli Ltda, 1982.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 9 – 14: Prefácio.

TOPALOV, Christian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo (Org.). Marxismo e urbanismo capitalista. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1979.

VALLADARES, Lícia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: Resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 199 p. 21 – 77 (Debates Urbanos, n. 3).

_____. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VASCONCELLOS, Eliane J. Gody e KRISCHKE, Paulo J. Igreja, motivações e organização dos moradores em loteamentos clandestinos. In: KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Terra de habitação x terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984. p. 57- 69.

VASQUEZ, Adolfo. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Rosa Maria Cortês de Lima

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VILLAÇA, Flávio. A terra como capital (ou a terra-localização). Espaço e Debates. São Paulo, a. 5, n. 16, p. 5-14, jun., 1985.

WEBER, Silke. Aspirações à educação: o condicionamento do modelo dominante. Petrópolis: Vozes, 1976.

WEFFORT, Francisco Correia. A cidade dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco Correia; BENEVIDES, Maria Victoria (Orgs.). Direito, cidadania e participação. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Jornais Consultados

Diário de Pernambuco, períodos: 1968 a 1973; 1975 a 1979; 1988 a fevereiro de 1990.

Folha de Pernambuco, período: 1988, 1989, 1990.

Jornal do Commercio, período: 1985, 1988, 1989.

Diário do Município do Recife, período: 1968 a 1973 e 1978.

Atas

Atas da Associação Comunitária dos Moradores da Ilha do Chié (ASCOMIC), período: 1980 a 1985.

Atas da Câmara Municipal do Recife, período: 1969 a 1971.

Outros

Diário do Estado / Diário dos Municípios. Ano XV. 21 de abril de 1938. Decreto-Lei Nº 49.

Outros decretos: Lei Nº 50, 109, 121, de 1938 e Lei 181 e 186 de 1939. Resumo assinado pelo Prefeito Antônio Novaes Filho.

COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS. Decreto Nº 182, de 17 de setembro de 1938. Imprensa Oficial – Recife, 1939.

Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei Nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983, do município de Recife, cria as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Lei Nº 14.947, de 30 de março de 1987, Regulamenta o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), instrumento político fruto da luta do movimento popular, que possibilita a legalização das áreas, em conformidade com as características que apresenta.

Lei Nº 16.303/97, de 23 de maio de 1997, municipal que atualiza a Lei Nº 14.947, de 30 de março de 1987.

